



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS
PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL

A Política Pública de Transformação do Sistema Federal de Educação Profissional e Tecnológica: uma Reconfiguração Identitária do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB

Maria de Fátima Dantas Carneiro Souto

Orientador: Professor Doutor Swamy de Paula Lima Soares

João Pessoa - Fevereiro

2017

MARIA DE FÁTIMA DANTAS CARNEIRO SOUTO

A Política Pública de Transformação do Sistema Federal de Educação Profissional e Tecnológica: uma Reconfiguração Identitária do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas de Gestão e Avaliação da Educação Superior.

Orientador: Professor Doutor Swamy de Paula Lima Soares

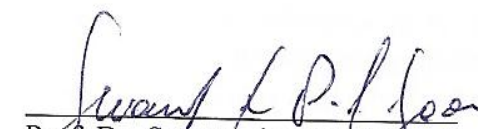
S728p Souto, Maria de Fátima Dantas Carneiro.
A política pública de transformação do sistema federal de
educação profissional e tecnológica: uma reconfiguração
identitária do Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia da Paraíba - IFPB / Maria de Fátima Dantas
Carneiro Souto. - João Pessoa, 2017.
125f. : il.
Orientador: Swamy de Paula Lima Soares
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE
1. Educação. 2. Política pública. 3. Sistema federal de
educação. 4. Institutos federais. 5. Identidade.

UFPB/BC

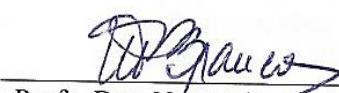
CDU: 37(043)

MARIA DE FÁTIMA DANTAS CARNEIRO SOUTO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Paraíba, defendida em 14 /02/2017 e submetida à avaliação da Banca Examinadora constituída pelos Professores:


Prof. Dr. Syamy de Paula Lima Soares
Presidente/Orientador


Prof. Dr. Almiro de Sá Ferreira
Membro Externo/IFPB


Profa. Dra. Uyguciara Veloso Castelo Branco
Membro Interno/MPRGAV/CE/UFPB

À meu pai, José Dantas Carneiro (in memória), o maior incentivador da minha trajetória de vida, e onde quer que ele esteja, sei que é a luz que ilumina meus passos.
À minha mãe, Teresinha, pelos momentos que não pudemos estar juntas.
Aos meus filhos que nos momentos mais difíceis fazem qualquer sacrifício valer à pena.
Aos jovens desse país e a todos aqueles que trabalham pela valorização da Educação Profissional. E à vida, pois ela é bonita, é bonita e é bonita.

A gente pensa uma coisa, acaba
escrevendo outra e o leitor entende
uma terceira coisa... e, enquanto se
passa tudo isso, a coisa propriamente
dita começa a desconfiar que não foi
propriamente dita.
A Coisa.

Mário Quintana.

AGRADECIMENTOS

"E aprendi que se depende sempre de tanta, muita, diferente gente. Toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas. E é tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá. E é tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense estar (...)"

Gonzaguinha, 1982.

Partilho essa conquista com todos aqueles que dela participaram, direta ou indiretamente. Agradeço, especificamente,

Ao meu orientador, Professor Doutor Swamy de Paula Lima Soares, pelos sábios conselhos, e intervenções, também pela paciência e compreensão.

À banca examinadora.

Ao pessoal da secretaria e Coordenação do MPPGAV, em especial à Professora Salete, pela agilidade e presteza em todas as vezes que precisei de seu auxílio.

Aos professores do MPPGAV, em especial a Professora Uyguciara Veloso Castelo Branco, que me interpelou na entrevista do processo seletivo me induzindo a delimitar melhor os rumos do meu estudo, pelos ensinamentos e pelo conhecimento compartilhado.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, que me instigou e tornou possível este estudo.

Aos amigos mestrando que dividiram seus conhecimentos e seu tempo em tardes de muita aprendizagem.

Aos gestores das instituições da rede federal de educação da Paraíba que participaram dessa pesquisa, por dividirem comigo suas experiências.

A todos os servidores do IFPB, que me incentivaram e colaboraram para a conclusão deste estudo.

RESUMO

A educação profissional no Brasil registra, na atual conjuntura histórica, um novo cenário, fundamentado em uma política de expansão e de reordenamento dessa modalidade de ensino. A política de reordenamento da rede federal de educação profissional se deu mediante a organização de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ou, simplesmente, Institutos Federais (IF). Os Institutos Federais são instituições multicampi de educação superior, básica e profissional, destinados a ofertar educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Foram organizados a partir da integração de duas ou mais instituições federais de educação profissional de um mesmo estado, e da transformação de Centros Federais de Educação Tecnológica, de Escolas Agrotécnicas e de Escolas Técnicas Federais vinculadas a Universidades Federais. Aos Institutos Federais coube a responsabilidade de promoverem a verticalização da educação básica à pós-graduação; de promoverem a expansão do número de campi e a oferta de cursos considerando a necessidade das regiões atendidas. Destaca-se ainda a realização da gestão da expansão, do corpo técnico e docente, como também a adequação das instalações físicas, para poderem garantir a qualidade da educação ofertada, isso tudo sem perderem de vista sua própria identidade. O presente estudo objetivou analisar o processo de organização da identidade dessa “nova” institucionalidade. Propusemo-nos analisar as repercussões das mudanças institucionais, ocorridas entre o período 2003 a 2010, no IFPB, considerando a visão e o discurso dos atores institucionais. A escassez de estudos sobre o tema e a relevância dada à educação profissional pelas atuais políticas educativas brasileiras justificam a importância deste estudo. O processo de pesquisa foi estruturado em três níveis, a saber: revisão teórica, análise documental e pesquisa de campo. A pesquisa de campo, realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, contou com a realização de entrevistas semiestruturadas com seis atores institucionais que viveram todo o processo da transformação. O estudo indica que a política de organização dos Institutos Federais no Brasil, para além da proposta de ampliar a oferta pública do ensino profissional de nível médio, representou a consolidação de uma rede de ensino destinada, especificamente, à educação profissional e requereu um esforço de adequação por parte dos mesmos.

Palavras-chave: Política Pública; Sistema Federal de Educação; Institutos Federais; Identidade.

ABSTRACT

Professional education in Brazil registers, in the current historical juncture, a new scenario, based on a policy of expansion and reordering of this mode of teaching. The reordering policy of the federal network of professional education was given by the Organization of Federal Institutes of education, science and technology or, simply, Federal Institutes (IF). The Federal Institutes are several *Campi* institutions of higher education, professional, basic, intended to offer professional and technical education in the different methods of teaching. Were organized from the integration of two or more federal institutions professional education of a State, and the transformation of Federal Centers of technological education, Agro-technical schools and Federal technical schools linked to Federal universities. Federal Institutes fit the responsibility to promote the vertical integration of basic education to graduate; to promote the expansion of the number of campuses and the offer of courses considering the needs of the regions served. Highlights the completion of expansion management, staff and faculty, as well as the adequacy of facilities, in order to ensure the quality of education offered, all of this without losing sight of your own identity. The present study aimed to analyze the process of organization of the identity of this "new" institutionalism. We analyze the effects of institutional changes, which occurred between the period 2003 to 2010, the IFPB, whereas the vision and discourse of institutional actors. The scarcity of studies on the subject and the importance given to education by the Brazilian education policies for the current importance of this study. The research process was structured into three levels, namely: theoretical review, document analysis and field research. Field research, held at the Federal Institute of education, science and technology of Paraíba, semi-structured interviews with six institutional actors who have lived the process of transformation. The study indicates that the policy of the Organization of the Federal Institutes in Brazil, in addition to the proposal to extend the tender offer of the middle-level vocational education, represented the consolidation of a network of education intended, specifically, to the professional education and required an effort of adaptation by the same.

Keywords: Public Policy; Federal system of education; Federal Institutes; Identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades.....	38
Figura 2 Quantidade de Municípios atendidos com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.....	39
Figura 3 Rede Federal 2003	40
Figura 4 Expansão dos Institutos Federais no território brasileiro.....	41
Figura 5 Área de Abrangência do Instituto na Paraíba.....	43
Figura 6. Matriz para análise da pesquisa.....	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Expansão da Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico do ano 2002 ao ano 201034

Quadro 2: Estrutura Corporativa do CEFET / IFE.....45

Quadro 3: Sujeitos entrevistados, sua função e a codificação.....67

Quadro 4: Objetivos das Escolas Técnicas, dos CEFETs, dos Institutos Federais.....76

Quadro 5: Modelo Referencial da estrutura administrativa para Reitoria dos Institutos Federais.....78

Quadro 6: Caracterização dos sujeitos entrevistados.....83

Quadro 7: Pontos positivos e negativos elencados pelos entrevistados.....98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Expansão das unidades dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia no Brasil, período de 2003 a 2014.....73

Gráfico 2: Expansão das unidades dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia no Brasil, período de 2003 a 2014 Taxa de Crescimento por região.....74

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AI-5 - Ato Institucional nº 5

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CEFET-RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro

CEFET-MG - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

CEFET-PR - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná

CONDETUF- Conselho das Escolas Técnicas vinculadas às universidades Federais

CONCEFET-Conselho de Dirigentes Centros Federais de Educação Tecnológica

CONEAF - Conselho das Escolas Agrotécnicas Federais

CNE - Conselho Nacional de Educação

EPT- Educação Profissional e Tecnológica

ETFPB -Escola Técnica Federal da Paraíba

FMI - Fundo Monetário Internacional

IFES -Instituição Federal de Ensino Superior

IFs - Institutos Federais

IFETes - Institutos Federais de Educação Tecnológica

IFPB-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

ISEs- Institutos Superiores de Educação

LDB -Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC -Ministério da Educação

PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional

PDE- Plano Desenvolvimento Educacional

PL- Projeto de Lei

PNE- Plano Nacional de Educação

PPGE- Programa de Pós-Graduação em Educação

PROEJA- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação- Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROEP -Programa de Expansão da Educação Profissional

REDE FEDERAL- Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RFEPT- Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SESC - Serviço Social do Comércio

SEMTEC- Secretaria da Educação Média e Tecnológica

SETEC- Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO	15
II O CAMINHO PERCORRIDO	24
2.1.Elementos históricos do ensino técnico no Brasil.....	24
2.2. A política pública que transformou as Escolas Técnicas em CEFETS.....	28
2.3.A transformação do CEFET em Institutos Federais.....	35
2.4.Institutos Federais: constituição e primeiras dificuldades.....	36
2.5.Instituto Federal da Paraíba e seus Campi.....	43
III APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A IDENTIDADE.....	46
3.1.A Questão das Identidades Organizacionais.....	51
3.2.Discutindo a Identidade Institucional no Caso do IFPB.....	54
IV TRILHAS METODOLÓGICAS: O CAMINHO PERCORRIDO NA PESQUISA..	61
4.1.Método de Abordagem.....	62
4.2.Tipo de pesquisa quanto aos objetivos.....	63
4.3.Procedimentos Técnicos.....	64
4.4.Enfoque Predominante.....	65
4.5.Instrumento de Coleta.....	66
4.6.Análise de Conteúdo.....	68
V ANÁLISE DOS DADOS.....	70
5.1.Categoria 1- Participação no processo da transformação.....	84
5.2.Categoria 2- Compreensão do novo modelo institucional.....	87
5.3.Categoria 3- Reações às mudanças: Resistência à mudança e Adaptação à mudança.....	94
VI CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	109
ANEXOS.....	116

Anexo 1 Parecer consubstanciado do CEP.....	117
APÊNDICES.....	120
Apêndice A - Entrevista.....	121
Apêndice B - Carta aos Entrevistados.....	122
Apêndice C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	123

I. INTRODUÇÃO

Todavia construir um objeto científico é, antes de mais nada e sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, frequentemente inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo, na objetividade das organizações sociais e nos cérebros. O pré-construído está em toda parte. (Bourdieu, 1999, p. 34)

Este estudo teve como objetivo fundamental investigar o estado de mudança vivido pelas Instituições Federais de Ensino Técnico tomando como referência o caso do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB. Analisou-se como vem se equacionando a questão da identidade institucional, no âmbito da nova feição da educação profissional no Brasil decorrentes, em grande parte, das políticas para esse nível de ensino e das tensões e desafios impostos às mesmas.

O interesse pelo tema não surgiu apenas da necessidade de ter um título acadêmico. O ímpeto investigativo se desenvolveu durante a minha vivência no interior da antiga Escola Técnica Federal da Paraíba e cresceu no exercício profissional como servidora dessa instituição de ensino.

Uma forte inquietação foi surgindo à medida que passei a refletir sobre o fato de que as instituições que compõem a rede federal de educação profissional e tecnológica vinham atuando, tradicionalmente, na formação profissional, especialmente no setor técnico-industrial e agropecuário, e em apenas dez anos se transformaram em Centros Federais de Educação Tecnológica (no caso da Paraíba, CEFET-PB) e logo depois em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFEs), ofertando além do ensino médio, o superior e

diversos cursos técnicos para alunos em idade regular, técnicos para jovens e adultos, tecnológicos, engenharias, licenciaturas, e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

A ideia da criação dessas novas instituições surgiu no bojo do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), em julho de 2004, transformando o ambiente da Rede Federal de Ensino, com a publicação do Decreto 5.154, de 23/07/04¹ revogando o Decreto 2.208/97² e iniciando, assim, a expansão da Educação Profissional e Tecnológica. Em 2005, o presidente anunciou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o qual incluía a construção de 65 unidades de ensino. Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação (MEC), em 2007, a expansão passou a fazer parte das ações, e o governo anunciou então a construção, até 2009, de mais 150 unidades de ensino, contemplando todos os Estados e o Distrito Federal. A pretensão é que seriam investidos R\$ 750 milhões para obras e R\$ 500 milhões, por ano, para custeio e salários de professores e funcionários a serem contratados por meio de concurso público. Considerando-se a primeira e a segunda fase dessa expansão, seriam acrescidas, às 160 mil vagas ofertadas em 2007, mais 274 mil vagas, um incremento, portanto, de 171%. A meta seria chegar até 2010 com 500 mil vagas em todo o território nacional. Se, de 1909 a 2002, o número de escolas destinadas a essa modalidade da educação não ultrapassou 140 unidades, até 2010 a meta seria chegar a 354 unidades.

Importante registrar que as instituições que atualmente compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica originaram-se de 19 escolas de “aprendizes e

¹ O decreto presidencial Nº 5.154 de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No Brasil, educação profissional é um conceito de ensino regido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996), anteriormente complementada pelo Decreto 2208, de 17 de abril de 1997 e, atualmente, pelo Decreto 5154, de 23 de julho de 2004. O principal objetivo da educação profissional é a formação para o exercício de uma profissão, com o aprendizado de saberes ligados aos diversos exercícios do trabalho, tanto para estudantes quanto para profissionais que buscam ampliar suas qualificações. A educação profissional segundo a legislação brasileira se organiza nos seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional ;II – de educação profissional técnica de nível médio, que pode ser subsequente ao ensino médio (para quem já concluiu a educação básica); concomitante ao ensino médio (para quem já concluiu o ensino fundamental e está cursando o ensino médio); integrada ao ensino médio (em currículo único com esta etapa da educação básica), inclusive na modalidade EJA;III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

² O Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, regulamenta o art.39 da Lei de Diretrizes e Bases: Art. 3º A educação profissional compreende os seguintes níveis: I - básico: destinado à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; II - técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto; III - tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

artífices” que foram instituídas por Decreto Presidencial (Nilo Peçanha) em 1909 (Decreto nº 7.566, de 23/09/1909) e que sete anos após sua criação, transformaram-se em “liceus industriais”. Em 1942, o ensino profissional equiparava-se ao nível médio e os liceus passaram a se chamar “escolas industriais” e, em 1959, “escolas técnicas federais”. Paralelamente a esse processo, uma rede de escolas agrícolas vai se construindo: Escolas Agrotécnicas Federais que, em 1967, passaram a “Escolas Agrícolas”. Em 1978, as Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná foram transformadas em “CEFETs”, equiparando-se aos centros universitários.

Na década de 1990, deflagrou-se um processo de “cefetização”, no qual várias outras escolas técnicas e agrotécnicas tornaram-se CEFETs. Mas, a partir de 1997, atos normativos do governo federal direcionaram essas instituições para uma oferta mais ampla de cursos superiores, remetendo a oferta de cursos técnicos à responsabilidade dos estados e à iniciativa privada. A separação entre o ensino médio e técnico, pelo Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997 (BRASIL, 1997), promoveu a reforma da Educação Profissional, criando dois sistemas de ensino: o regular (ensino fundamental e médio) e o superior; e a Educação Profissional. Este último passou a ter três níveis: a) o básico, destinado à qualificação; b) o técnico, com organização curricular própria e independente do médio; c) o tecnológico de nível superior (tecnólogo).

É preciso salientar, que na contramão desses atos normativos do governo federal, a partir de 1997, a Portaria nº 646/97 determinou aos CEFETs a expansão do ensino profissional e a redução de matrículas no ensino médio. O MEC se utilizou de uma estratégia tentadora para obter adesão à referida Portaria, que foi a de condicionar o incremento ou não dos recursos a essa adesão. Tratou-se, sem dúvida, de um indicativo de extensão do ensino médio integrado no epicentro de uma série de atos normativos que, a partir de 1997, preconizavam a expansão desordenada da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Este foi um ato normativo substanciado por uma perspectiva mercantilista e fragmentária, sob a ideologia da empregabilidade, pois previa a organização do ensino em módulos e a pedagogia das competências. A Portaria nº 646/97 trazia em seu conteúdo o dualismo na educação profissional e tecnológica, sendo incompatível com um projeto de educação que pretendia superar as dificuldades da realidade do ensino profissional e técnico brasileiro. (FRIGOTTO, 2006; CADERNOS ANDES, 2007; LIMA FILHO, 2005)

Em 2004, iniciou-se a reorientação das políticas federais para a Educação Profissional e Tecnológica,³ inicialmente com a revogação do Decreto nº 2.208/97 (BRASIL, 1998a) pelo Decreto nº 5.154/04 (BRASIL, 2004a) e, depois, com a promulgação do Decreto nº 5.224 de 01/10/2004 (BRASIL, 2004b), que transformou os CEFETs em autarquias federais vinculadas ao Ministério da Educação, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Contudo, foi a Lei nº 11.892/08 (BRASIL, 2008) que congregou o conjunto de instituições com objetivos similares. Do ponto de vista jurídico, os IFEs são definidos como autarquias, nos termos do Decreto nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que integram a Administração Pública Indireta. Sinteticamente, são definidas como “pessoas jurídicas de direito público de capacidade exclusivamente administrativa”. Trata-se de um serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

Em 2008, o governo Federal iniciou um trabalho de reestruturação da Rede de Educação Profissional, transformando os Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas e Agrotécnicas em Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica que, por sua vez, enquanto Institutos Federais, estavam relacionados ao conjunto das políticas para a educação profissional e tecnológica estabelecidas que foram: a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cooperação com os estados e municípios, ensino médio integrado, educação à distância, sistema nacional de formação de professores, elevação da titulação dos profissionais das instituições federais e a defesa de que a formação para o trabalho esteja vinculada a elevação de escolaridade dos trabalhadores.

O processo de transformação do CEFETs em IFEs trouxe, em seu bojo, diretrizes, programas e até mesmo recursos financeiros, que passaram a exigir uma nova estrutura e novas dinâmicas institucionais adequadas às necessidades dos cursos, atendimento acadêmico diferente do dispensado no modelo anterior, necessidade de mais interação entre os setores, maior demanda de recursos humanos e nova relação da Instituição com a comunidade;

³Lima Filho e Queluz (2005) destacam, por sua vez, que a constituição de modelos alternativos de ensino superior tem sido adotada pelas reformas educacionais realizadas nos países da América Latina, a partir dos anos de 1990, principalmente mediante a oferta de cursos superiores de tecnologia. No Brasil, a abertura de cursos de tecnologia pavimentou o caminho da transformação das instituições de ensino técnico e médio em instituições de educação superior, possibilitando a diversificação da educação superior, principalmente a pública federal. As instituições federais de educação superior, agora, não são, exclusivamente, as universidades de pesquisa, mas contam com outros modelos que oferecem, prioritariamente, a formação profissional, através de cursos tecnológicos.

principalmente trouxe a necessidade, premente, de repensar a forma de se envolver e contribuir com o novo modelo de instituição que era proposto. Sob esse cenário, alterações bastante significativas tiveram que ser introduzidas na estrutura e dinâmica dos CEFETs, bem como na atividade de trabalho dos seus servidores.

As Instituições passaram, portanto, subitamente, a oferecer distintos níveis e modalidades de educação, promovendo pesquisa e extensão. Por conta dessas múltiplas funções, nelas surgiram uma série de tensões, tensões essas provocadas por uma combinação de forças e processos, impactando a dinâmica rotineira e provocando uma consequente reconfiguração da identidade institucional, no caso específico deste estudo, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

O texto da Lei nº 11.892/08 provocou debates acalorados sobre a transformação do CEFET em IFEs. Em 22 de julho de 2009, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/SETEC enviou aos dirigentes dos IFEs orientações e sugestões para o processo final de elaboração dos seus Estatutos. Uma vez efetuados os ajustes recomendados, o Estatuto do IFPB foi publicado no Diário Oficial da União em 21 de agosto de 2009.

Cumprindo o que estabelece o Estatuto, o IFPB elaborou o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigência 2009-2014, do qual constavam o perfil institucional, o projeto pedagógico institucional, a organização acadêmica da instituição, o perfil do corpo docente, técnico-administrativo e discente, a organização administrativa, a auto avaliação institucional e o demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira. O Estatuto aprovado definiu o seu funcionamento, ficando os campi administrados por diretores-gerais e seu funcionamento estabelecido pelo PDI e pelo Regimento Interno de cada *campus*.

Este trabalho foi delineado a partir do estudo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, desde a sua implantação com o advento da Lei nº 11.892/08, e representa o resultado de uma investigação sobre o discurso dos servidores do instituto, em face das transformações ocorridas nas atividades laborais, advindas das demandas impostas pela nova configuração institucional. Considerando a abrupta mudança da política da educação tecnológica no país, o que suponho é que a instituição não poderia responder ileso aos novos desafios, sem ter que passar pelas tensões naturais que envolvem todas as transformações. A forma e a velocidade com que foi capaz de se adaptar e reconfigurar; a esse cenário irá determinar em grande parte o destino da instituição. Estamos, hoje, diante de um fenômeno político e social envolvendo a história, a trajetória dos seus

agentes, as particularidades regionais e locais, os condicionantes econômicos e as estratégias políticas que orientaram essas mudanças.

Além da legislação se fez também necessário analisar o cenário político-econômico e social da época. O cenário da década de 1990 apresentou uma influência do mercado no sistema educacional brasileiro em decorrência da globalização da economia. Como resultado dessa política, surgiu a reforma da Educação Profissional, implantada nas Instituições Federais de ensino a partir de 1996. Para justificar essa transformação foi usado o argumento de que a Reforma da Educação Profissional iria possibilitar a inclusão social de jovens e adultos pela profissionalização média, além de prepará-los para o mundo do trabalho dentro do modelo político econômico da época.

Os Institutos Federais foram relacionados ao conjunto das políticas para a educação profissional e tecnológica que estavam em curso. Aqui reafirmamos novamente a dualidade da trajetória: à elite, o sistema regular; e às classes médias baixas e menos favorecidas, a Educação Profissional.

Os Institutos Federais se tornaram, então, mais do que um modelo institucional moderno, tornaram-se, segundo o pensamento da época, a expressão maior da política pública de educação profissional brasileira e isso produziu mudanças significativas na vida e na história das instituições que optaram por aderir à proposta governamental, pois a criação dessas novas entidades remeteram às implicações sociais, culturais, políticas, pedagógicas e identitárias.

Fazendo uma análise da política educacional que norteou a educação tecnológica e de que forma a comunidade do IFPB se programou e se movimentou em direção ao desenvolvimento de saberes profissionais contextualizados, especialmente soluções técnicas e tecnológicas, e de como planejou socializar esses saberes e seus benefícios às comunidades, ou seja, como se preparou para as exigências de uma prática cada vez mais definida com base na complexidade, na incerteza, na singularidade das situações e nos conflitos de valores, foi possível apreender que a expansão dos Institutos Federais repercutiu na reconfiguração da sua identidade.

Certo é afirmar que os Institutos são referência na oferta de educação profissional de nível médio, mas uma das hipóteses desse estudo foi a de que a política de expansão e interiorização o diversificou demais, quando ofertou dentro de uma mesma instituição de educação profissional de nível básico e médio, educação de jovens e adultos, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, bacharelados, e pós-graduação.

O fato é que, diante do desejo governamental de democratizar o acesso à educação, alavancar o desenvolvimento do país e de facultar mobilidade social, a tarefa imposta aos IFEs foi desafiadora, pois rapidamente tiveram que se adequar à capacidade de articular projetos educacionais de ensino médio e ensino superior. Ademais, o histórico revela que o legado de experiências que o Instituto dispunha estava diretamente relacionado à formação de profissionais para áreas técnicas. E foi reconhecendo, com o caminhar, com a explosão de funções, que o desafio que se foi imposto gerou uma reconfiguração de identidade, que me propus analisar.

O interesse pelo tema tomou vulto quando me deparei com a análise de outros autores os quais relataram o histórico de tensões no interior das instituições federais de educação profissional e tecnológica, envolvendo sua identidade e os compromissos dos saberes profissionais que produzem, aplicam e socializam.

O objeto investigado remeteu à experiência de criação e recriação de saberes próprios à nova atividade de trabalho dos servidores do IFPB. A situação do instituto foi singular: os servidores tinham, de um lado, o Estatuto, o PDI e o Regimento Interno, com regras e normas neles cunhadas; e, de outro lado, situações concretas do cotidiano, do inesperado, das experiências vividas, dos seus desejos e até daquilo que esperam dessa nova modalidade institucional: IFPB.

Diante do exposto, acreditamos que a situação vivida foi conflituosa tanto para a Instituição como para cada servidor em particular. Na confluência desses fatos, entendemos ainda que o processo de formação de identidade possui uma natureza histórico-cultural. Não sendo espontâneo aos seres humanos, é construído a partir das condições materiais presentes em um determinado contexto social, de relações sociais que são também permeadas, dentre outros aspectos, pela disputa pelo poder.

Perante o que foi apresentado, este trabalho teve como objetivo analisar possíveis reconfigurações da identidade Institucional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, entre o período 2003 - 2010, dando voz aos seus atores e, a partir dessa escuta e subsidiado pelos documentos oficiais da época da transformação, delineamos elementos que nos permitiram compreender a identidade institucional constituída. As vozes institucionais apontaram para o delineamento de uma nova identidade institucional constituída pós-transformação em Institutos, como decorrentes da publicação do Decreto 5.154/04.

Problematização

Diante da nova configuração da Instituição, questionou-se: o que continha o novo Estatuto, o PDI, com vigência 2009-2013, elaborado a partir dele e, o Regimento Interno que começou a ser traçado em 2010? Como os servidores se inseriram nas estratégias de atuação da unidade para a execução das políticas públicas concernidas pela nova institucionalidade? Que relações os servidores estabeleceram, entre si e com os demais, no processo de implantação do novo desenho institucional do IFPB? Como os servidores enfrentaram as inovações e as dificuldades advindas da nova configuração institucional? A partir desses questionamentos, estabeleceu-se que a pergunta central que se quer responder nesta pesquisa é: como se configura a Identidade Institucional do IFPB num contexto de mudança no desenho institucional segundo seus atores?

O problema de pesquisa identificado culmina no objeto da atual pesquisa e na intervenção: a identidade institucional do IFPB no âmbito das mudanças ocorridas entre os anos de 2003 A 2010. Portanto, temos como objetivo geral analisar a política pública de transformação do Sistema Federal de Educação Profissional no período 2003 a 2010, e suas repercussões na reconfiguração identitária, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), a partir da visão dos seus atores. Como objetivos específicos temos:

1. Examinar os documentos-base da mudança ocorrida entre os anos 2003 a 2010 no IFPB;
2. Identificar os elementos que constituem a identidade organizacional do IFPB, de acordo com a visão de atores envolvidos;
3. Identificar os saberes que foram convocados, criados ou recriados pelos servidores para construir as referências necessárias à sua nova atividade de trabalho.

Cabe ressaltar que a identidade institucional pode ser analisada sob referências teórico-metodológicas variadas. Aqui nós optamos por compreender a identidade institucional como um processo complexo, delineado pela relação entre atores sociais e estruturas. Neste sentido, entendemos que tal discussão necessariamente passa pela compreensão das visões e atuações dos sujeitos que fazem a instituição. Desde o início deste trabalho, tivemos a preocupação de dar vozes aos atores, conferindo-lhes o direito de externar o sentimento de construção da sua identidade institucional. Como ressaltaremos no capítulo metodológico, a estratégia utilizada foi a realização de entrevistas semiestruturadas com atores que

presenciaram a mudança institucional supracitada. Os dados obtidos foram analisados considerando a técnica de análise de conteúdo.

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos, o texto foi organizado da seguinte forma: o segundo capítulo apresenta elementos importantes para se compreender a organização dos Institutos Federais a partir da expansão da Educação Profissional no Brasil, passeando através da história da educação profissional no Brasil. A educação profissional pode ser entendida através de uma série de caminhos e infinidade de itinerários, especialmente se buscamos o processo histórico de sua constituição, para entendermos sua especificidade. Isso significa considerar o tema, não somente no seu momento atual, mas, sobretudo, mediante sua construção ao longo do tempo. Tal questão remete de pronto, ainda que de forma breve, a compreender as origens e as transformações da educação profissional e sua relação com as transformações do Estado Brasileiro.

A seguir apresenta, no terceiro capítulo, questões pertinentes à identidade, recorrendo a alguns autores como: Bradley (1996), Weeks (1990), Norton, (2000) e outros. Estes autores afirmam que a Identidade Institucional deve ser entendida como a forma pela qual os indivíduos se percebem dentro da Instituição em que vivem e como percebem os outros em relação a eles próprios (BRADLEY, 1996). Weeks (1990) define identidade como o sentimento de pertencer a um determinado grupo; é a identidade que define “o que você tem em comum com algumas pessoas e o que o torna diferente de outras” (WEEKS, 1990, p.88). Analogamente, Norton (2000) entende identidade como a forma “como a pessoa entende sua relação com o mundo, como essa relação é construída ao longo do tempo e do espaço, e como a pessoa entende as possibilidades para o futuro” (NORTON, 2000, p. 5).

No quarto capítulo, são apresentados a metodologia adotada e os materiais utilizados para o desenvolvimento deste trabalho. No sentido de trilhar um caminho metodológico seguro para aquisição dessas informações, buscou-se apoio na pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (1994 p. 21), que responde a questões particulares e se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, visto que se preocupa com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, criando um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. O quinto capítulo será destinado à análise das entrevistas. No sexto capítulo, à guisa de conclusão, apresentamos as considerações finais.

Apesar das dificuldades e dos obstáculos enfrentados e em decorrência dos aspectos políticos, econômicos e sociais desencadeadores de mudanças no intervalo de tempo - 2003 a

2010, consideramos esse período promissor para os profissionais da educação do IFPB porque, nessa época, conquistamos algumas vantagens significativas para a classe, como o desenvolvimento de uma política de qualificação substancial.

Devido à importância e complexidade da questão suscitada pela investigação, entendemos que a temática não se esgota com este trabalho, antes dá a clareza da necessidade de continuar pesquisando, principalmente diante da importância dos Institutos Federais da Educação no processo de democratizar o acesso ao conhecimento e a educação, principalmente à população interiorana deste país.

CAPÍTULO II – O CAMINHO PERCORRIDO

2.1.Elementos históricos do ensino técnico no Brasil

Neste capítulo, objetiva-se traçar um panorama geral da Educação Técnica e Tecnológica no Brasil, trazendo breves informações acerca das mudanças ocorridas, enfatizando no conjunto de políticas públicas de expansão da Educação Profissional, o processo de “*Ifetização*”, não só pela sua natureza e missão, mas, sobretudo, pela sua estrutura institucional que permite que as antigas Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais tenham uma atuação no ensino médio, nos cursos superiores e nas licenciaturas em todos os estados brasileiros. A política de criação do IFEs (ou “Processo de Ifetização”) ganha centralidade nesta pesquisa e as questões relativas à identidade institucional constitui o objeto do estudo.

Quando analisamos a história da educação técnica no Brasil, é possível perceber que, até o século XVIII, a educação foi pensada visando formar a elite, sem possuir qualquer vínculo com a capacitação para o trabalho, já no século XIX não existiam propostas sistemáticas de experiências de ensino, pois a educação propedêutica voltada para as elites ainda prevalecia.

Inicialmente, fica claro que a aprendizagem dos ofícios foi organizada tendo em vista uma ideia de trabalho manual. Quando os escravos, no período colonial, foram inseridos em determinados tipos de trabalhos manuais, os homens livres afastaram-se dessas atividades para que não fossem identificados com os escravos.

Segundo Cunha apud Santos (2006):

No tempo da Colônia e do Império era nítido a quem se dirigia o ensino artesanal e manufatureiro: aos miseráveis, aos órfãos, aos abandonados, aos delinquentes, enfim, a quem não podia opor resistência a um ensino que preparava para o exercício de ocupações socialmente definidas como próprias de escravos – e, se essa exclusividade não existia, pelo menos o fato ou a suposição de que os escravos exerciam tais ocupações já era sinal de que elas deveriam ser evitadas pelos homens livres, até mesmo para marcarem sua distinção da condição escrava. (CUNHA, 2005 a, p. 6).

Porém, tendo em vista a necessidade do aprendizado das profissões, foram instituídas, ainda no período colonial, por volta da segunda metade do século XVIII, as Corporações de Ofícios.

Em 1809, o Príncipe Regente, cria o Colégio das Fábricas, que pode ser considerado como o marco inicial da educação profissional no Brasil. A partir daí, no decorrer do século XIX, várias instituições foram surgindo para atender às crianças pobres e órfãs. Essas instituições tinham propostas direcionadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação aos ofícios como: tipografia, carpintaria, sapataria, tornearia, dentre outras. Na década de 1840, dez capitais de Província, receberam as chamadas Casas de Educadores e Artífices que foram criadas para atender os menores abandonados estimulando a diminuição da criminalidade nas cidades. Nessa perspectiva, pode-se inferir que a educação profissional no Brasil nasce revestida de uma perspectiva assistencialista, com o objetivo de amparar os pobres e órfãos desprovidos de condições sociais e econômicas satisfatórias.

Nesse contexto, a educação profissional, em seus primórdios, no Brasil, assumiu um caráter de ordem moralista, para combater a vadiagem, ou assistencialista, para propiciar alternativas de sobrevivência aos menos favorecidos pela sorte, ou ainda economicista, sempre reservada às classes menos favorecidas da sociedade, distanciando-a da educação das chamadas elites dominantes do País.

A educação articulada ao trabalho surge, então, com marca de: “preparação dos pobres, marginalizados e desvalidos da sorte para atuarem no sistema produtivo nas funções técnicas localizadas nos níveis baixo e médio da hierarquia ocupacional” (KUENZER, 1992, p. 12). O ensino profissional surgiu da tentativa de consolidação do trabalho manual entre escravos e homens livres nas Corporações de Ofícios, mas deslocou-se fundamentalmente para o auxílio e a salvação dos pobres e desvalidos, tanto nas anteriores Corporações de Ofícios, como nos Colégios das Fábricas. Assim, os desprovidos eram atendidos pelas

instituições escolares profissionais como possibilidade de salvação de sua desgraça, isto é, da falta de uma família e de suas escassas condições financeiras.

A característica principal que acompanhou o ensino profissional, desde a sua fundação, encontra-se vinculada a uma separação fundamental entre trabalho manual e trabalho intelectual. Seguindo Cunha (2000, p. 90) que tratou sobre esta carência e afirma que: esse "espaço vazio" se explica, pelo fato de que os historiadores da educação brasileira se preocupam, principalmente, com o ensino que se destina às elites políticas e ao trabalho intelectual, deixando o trabalho manual em segundo plano. A dualidade entre trabalho manual e intelectual ou propedêutico e acadêmico acompanha a o desenvolvimento do Ensino Técnico em geral ao longo do tempo, desde a sua origem até os dias de hoje.

Sobre este aspecto da dualidade entre o trabalho manual e intelectual, é possível afirmar que o uso da força e das habilidades manuais, além do preconceito relacionado a tais atividades, nasceram juntos com a implantação do sistema de aprendizagem de ofícios no Brasil.

Posteriormente, foram criados os Liceus de Artes e Ofícios, no Rio de Janeiro, em 1857, e em São Paulo, em 1873 (SANTOS, 2000, p. 209-210). Os Liceus de Ofícios foram criados com outras definições para o ensino profissional. Esses tinham como objetivo propagar e desenvolver uma instrução artística e técnica das artes e dos ofícios industriais. Os cursos eram gratuitos e exclusivamente para os indivíduos livres. Na Primeira República (1889-1930), houve a adição de um fator para formação da mão de obra no Brasil e sua relação com o ensino profissional foi [...] “a chegada dos padres salesianos: o ensino profissional como antítese ao pecado” [...] (SANTOS, 2000, p. 211). E, assim, dentro dos Liceus de Artes e Ofícios surgiram as escolas profissionais salesianas.

Em 1906, segundo Mendonça (2014, p. 91) o Presidente da República Afonso Pena, no seu discurso de posse, fez a seguinte declaração: A criação e multiplicação de Institutos de Ensino Técnico e Profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis.

O MEC (BRASIL, 2012) APUD Mendonça (2014 p.91), considera 1906 como o ano de consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil, por terem sido promovidas as seguintes ações:

Realização do “Congresso de Instrução “que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados. O projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os

alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho. A Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, no Brasil a Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro.

Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906: “A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis” (Grifo do autor) BRASIL (2012a, p. 2)

Posteriormente, em 1910, o então presidente da república Nilo Peçanha, inaugurou 19 Escolas de Aprendizes e Artífices. A criação dessas escolas foi instituída por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 (SANTOS, 2000, p. 212). Essas escolas eram mantidas pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria e ofereciam ensino profissional primário gratuito.

Aqui faço uma pausa na perspectiva histórica para articular o processo educativo para o trabalho com o projeto hegemônico capitalista. O Ensino Técnico sempre manifestou a relação de poder e de classe nele permeada. Machado (1982), em seus estudos, demonstra que este ensino vem sendo perpetuado por necessidades econômicas, políticas e sociais, que se desvelam em seu devir. Compreender o desenvolvimento do Ensino Técnico, no entanto, significa trilhar não somente a exterioridade do que está definido a respeito deste ensino, mas também adentrar por suas vias simbólicas, ou seja, pelo que está escondido, camuflado, mitificado, a fim de entender as contradições presentes no processo histórico e nas relações sociais.

O século XX traz à tona a preocupação com a preparação de operários para o exercício profissional. Para Kuenzer (2007, p.27), é a partir de 1909 que o Estado brasileiro assume a educação profissional. Ainda assim, contextualizadas em um período em que o desenvolvimento industrial praticamente inexistia, essas escolas tinham [...] “a finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os desvalidos da sorte, retirando-os das ruas” [...], caracterizando-se como política pública moralizadora da formação do caráter pelo trabalho.

A criação das Escolas de Aprendizes e Artífices foi um dos acontecimentos mais marcantes da Primeira República em termos educacionais. As Escolas de Aprendizes e Artífices ofereciam o “ensino prático”, divididos nos ramos: industrial, agrícola e comercial.

Foi só ao longo das décadas de 1930 e 1940, que se pode realmente afirmar que houve o desenvolvimento de alternativas voltadas à formação dos trabalhadores. Em 1937, as

Escolas de Aprendizes e Artífices foram transformadas em Liceus Profissionais. E esses liceus eram destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus. No mesmo ano, a Constituição mencionou o Ensino Técnico, profissional e industrial.

É possível se concluir que o ensino profissional se estabeleceu como parte de um projeto de modernidade. A escola responsável pelo ensino profissional, a partir dos anos de 1930, já poderá ser entendida como instituição moderna por excelência, isto é, a instituição disciplinar.

A educação para a salvação de desvalidos começou a perder espaço na ampliação do acesso ao ensino profissional. O ensino profissional foi reformulado e um dos elementos fundamentais da mudança do ensino profissional, na modernidade, refere-se à utilização da nomenclatura que definiu o novo trabalhador, isto é, o profissional técnico, e não mais o artífice. Isso ocorreu principalmente através da instalação da Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, com funções regulatórias do ensino profissional.

Em 1941, com a Reforma Capanema, o ensino profissional passou a ser considerado ensino secundário, bem como, no ano seguinte, por decreto, as poucas Escolas de Aprendizes e Artífices que ainda restavam no país foram transformadas em Escolas Industriais e Técnicas.

A partir dos anos de 1950, novas leis sobre o ensino profissional foram promulgadas. As Escolas Técnicas, em 1959, foram transformadas em autarquias, passando a serem chamadas de Escolas Industriais Federais. Essa transformação implicou em nova forma de funcionamento e relação com o Estado. A mais importante transformação foi a autonomia didática e de gestão.

A chegada dos militares ao poder, no ano de 1964, promoveu uma série de mudanças no cenário político brasileiro. Em um primeiro momento, os novos representantes instalados no governo priorizavam a contenção das oposições políticas por meio de Atos Institucionais Ais- que ignoravam completamente as diretrizes estabelecidas pela Constituição de 1946. Dessa forma, os novos elementos que chegavam ao poder buscaram empreender ações que dessem uma feição oficial ao governo militar.

E foi com esse pano de fundo que o governo edificou e autorizou as reformas educacionais, sendo elas a Reforma Universitária Lei nº 4.024/68 e a Reforma do 1º e 2º graus Lei nº 5692/71.

Porém, nos anos 1970 com a aceleração do crescimento econômico, houve uma forte expansão da oferta de ensino técnico e profissional. Em 1978, surgiram os três primeiros

Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS), que tinham como objetivo formar engenheiros de operação e tecnólogos, os CEFETS viraram a unidade padrão da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico. Eles absorveram as atividades das ETFs e das Escolas Agrotécnicas Federais e se preocuparam em preparar o país para a revolução tecnológica ocorrida entre os anos 1980 e 1990.

Em 1982, a Lei nº 7.044/82 extinguiu a “profissionalização compulsória”, substituindo-a pela “preparação para o trabalho” que, segundo Cunha (1985): [...] “trata-se de um termo impróprio e impreciso, pois embora mantivesse a imagem de ensino profissionalizante, permitia qualquer coisa” [...].

2.2.A política pública que transformou as Escolas Técnicas em CEFETS

Ao analisar as políticas públicas para a educação profissional sentimos a necessidade de estabelecer ligações entre as concepções neoliberais gestadas no âmbito nacional e internacional, principalmente a partir da década de 1990. Estas são questões estreitamente vinculadas às políticas educacionais, que vêm sendo implantadas no país e, em âmbito mais geral, à definição e promoção das políticas sociais, tendo como característica principal desta fase do capitalismo, a globalização da economia, o fim das fronteiras econômicas, o desmonte do Estado, diminuição dos direitos sociais, como saúde, educação, habitação, transporte, comunicação, estabilidade de emprego, aposentadoria digna, destruição das economias microrregionais, etc. Uma globalização que pode ser entendida como competitiva e que criou um jogo de poder onde as empresas transnacionais, ao invés de contribuírem para o desenvolvimento dos povos e nações, apenas buscavam maximizar os seus lucros através da tecnologia e de engenharias altamente racionalizadas. Sua política investiu contra o auto desenvolvimento dos povos.

Segundo Arruda (1995), essa política:

Afeta comunidades e nações de ambos os hemisférios. Um clima de incerteza e instabilidade se avoluma no próprio mundo rico. Os avanços tecnológicos e organizativos da produção, a maré sempre mais abundante de produtos de consumo e, sobretudo, a hipertrofia da atividade financeira especulativa resultante da desregulação e do progresso telemático têm sido acompanhados de crise financeira e fiscal dos estados, do crescimento econômico sem aumento da oferta de emprego e de deterioração ambiental. Isto lança no desespero um número crescente de famílias trabalhadoras e nutre um crescente abismo social nos países ricos. Enfraquece as organizações dos trabalhadores e alimenta sentimentos xenófobos e racistas contra os imigrantes vindos dos países pobres. (p. 6).

O neoliberalismo, no entanto, não trata apenas das questões econômicas, comércio internacional e proteção aos blocos econômicos. Ele é um modelo que perpassa todas as esferas da vida humana e uma de suas áreas mais importantes e estratégicas, e que nos interessa aqui, é a educação. Para Azevedo (2004), a política educacional apregoada pelos neoliberais exigiu novas regras para a educação.

Postula-se que os poderes públicos devem transferir ou dividir suas responsabilidades administrativas com o setor privado, um meio de estimular a competição e o aquecimento do mercado, mantendo-se o padrão de qualidade na oferta dos serviços. (p. 15).

A educação sempre desempenhou um papel estratégico para o modelo neoliberal. A privatização da educação e o direcionamento da formação para atender aos objetivos da produção capitalista, o de preparar as pessoas apenas para o mundo do trabalho, com uma visão meramente tecnológica, além de a educação ser o meio para a difusão do liberalismo como a única forma de organização social por meio da livre iniciativa e do livre mercado.

A concepção neoliberal, no contexto das políticas públicas, passou a forçar melhores desempenhos educacionais básicos nos países em desenvolvimento para dar condições para a globalização. Organismos internacionais, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), deram prioridade ao financiamento da Educação Básica. Assim, o cenário da década de 1990 apresenta-nos uma acentuada interferência do mercado no sistema educacional brasileiro em decorrência da globalização da economia. Um dos resultados dessa política, pautada no modelo societário neoliberal, é a reforma da educação profissional, implantada nas instituições federais de ensino a partir de 1996. A justificativa do Governo Federal, na época, era de que a Reforma da Educação Profissional possibilitaria a inclusão social de jovens e adultos trabalhadores através da profissionalização média, além de prepará-los para o mundo do trabalho, de forma a atender as exigências do modelo político-econômico vigente.

Recorrendo a Frigotto (2011), ele afirma que:

As reformas neoliberais, ao longo do Governo Fernando Henrique, aprofundaram a opção pela modernização e dependência mediante um projeto ortodoxo de caráter monetarista e financeiro rentista. Em nome do ajuste, privatizaram a nação, desapropriaram o seu patrimônio (Petras, Veltmeyer, 2001), desmontaram a face social do Estado e ampliaram a sua face que se constituía como garantia do capital. (...) A educação não é mais direito social e subjetivo, mas um serviço mercantil. (p.240)

Dentre as ações estatais formuladas para a educação profissional, podemos destacar o Decreto nº 2.208, de 17/04/97 que trata da separação entre o ensino médio e técnico. “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (KUENZER, 2000, p. 24). A separação da formação geral e profissional, nos cursos técnicos, teve a intenção velada de privilegiar uma formação restrita e direcionada para ocupações no mercado de trabalho.

A obrigatoriedade de ofertar cursos profissionais de nível básico a alunos das redes públicas e privadas de educação básica, assim como para trabalhadores com qualquer nível de escolaridade, trouxe à tona a interferência do mercado na formulação das políticas educacionais. A profissionalização foi voltada para o mercado e passou a ser realizada através de módulos, pelo sistema S (SESC, SENAI, SESI, SENAR, etc.), como também da transferência dos recursos públicos para a iniciativa privada. O Decreto nº 2.208/97 foi o maior indicador e refletiu a forma subordinada como foi sendo conduzida nossa inserção no mundo globalizado. A Portaria MEC nº 646, de 14/05/1997 regulamentou a implantação do Decreto nº 2.208/97, na Rede Federal de Educação Tecnológica, para se adequar às novas deliberações, no prazo de até quatro anos, ou seja, até o ano de 2001.

A educação profissional em nível técnico passou a ter um caráter terminal, oferecida de forma concomitante ou sequencial ao ensino médio. Na complementação, deveriam ser oferecidas apenas as disciplinas específicas, ficando a parte propedêutica para o ensino médio. A oferta de ensino médio nas escolas federais foi reduzida em 50%, a formação técnica tornou-se um complemento da educação geral.

A Lei Federal nº 9.649, de 27/05/98, vinculou a expansão da oferta de educação profissional a convênios com estados, municípios, distrito federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, comprovando com isto a redução do papel do Estado possibilitando o desenvolvimento e a privatização das instituições federais de educação profissional mediante essas parcerias.

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. § 7º É a União autorizada a realizar investimentos em obras e equipamentos, mediante repasses financeiros para a execução de projetos a serem realizados em consonância ao disposto no parágrafo anterior, obrigando-se o beneficiário a prestar

contas dos valores recebidos e, caso seja modificada a finalidade para a qual se destinarem tais recursos, deles ressarcirá a União, em sua integralidade, com os acréscimos legais, sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis. § 8 O Poder Executivo regulamentará a aplicação do disposto no § 5 nos casos das escolas técnicas e agrotécnicas federais que não tenham sido implantadas até 17 de março de 1997."(BRASIL, 1998)

Para que as Instituições se adequassem à legislação vigente, foi instituído pelo governo federal o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), cujo objetivo era acompanhar a aplicação da Reforma da Educação Profissional nessas instituições. A construção e montagem de laboratórios ficaram sob a responsabilidade do Estado, através de recursos do PROEP e as entidades comunitárias, estados, municípios e outras entidades particulares interessadas em educação profissional e tecnológica ficaram responsáveis pela manutenção, contratação de pessoal e desenvolvimento do processo educacional. Com a Lei 9.649/1998, a União absteve-se da sustentabilidade destas instituições, responsabilizando somente o parceiro pelas formas de manutenção e gestão das escolas. As verbas oriundas do programa eram vinculadas à aplicação de suas metas e as escolas que não aderiram ao programa viram seus laboratórios se sucatearem, além de não receberem verbas de investimento em infraestrutura. Aquelas que aderiram ao programa transformaram-se e o fator financeiro passou a ser o elemento norteador de suas ações (SOUSA, 2005).

Fica evidente, portanto a inversão de papéis entre Estado e mercado. O Estado estabeleceu diretrizes a fim de contemplar a formação técnica desassociada da formação geral (Decreto nº 2.208/97). A interferência do mercado sobre o papel do Estado pode ser notada quando, ao verificarmos os documentos expedidos pelo MEC, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, percebemos um processo de mercantilização da educação. Segundo Frigotto, o mercado tornou-se “sujeito regulador da concepção e da organização da educação, tende [ndo] a eternizar a concepção instrumentalista, dualista, fragmentária, imediatista e interesseira de formação humana”. (FRIGOTTO, 2003, p. 47-48).

Abro aqui um parêntese para discorrer um pouco sobre a interface das mudanças ocorridas no mundo do trabalho e sua ligação com as transformações na formação para o trabalho. Tais mudanças se aliam com a hegemonia da cartilha neoliberal sendo o paradigma regulatório da ordem capitalista de produção e reprodução social da vida material no mundo globalizado, se tornando a melhor alternativa para recompor as bases de acumulação de capital abaladas pela crise do modelo de desenvolvimento implementado no pós II Guerra Mundial.

Para Antunes (2002), essas mudanças são materializadas pela reestruturação do trabalho e gestão da produção em busca de maior racionalidade e rentabilidade dos processos e dos produtos para garantir melhores condições de competitividade nos mercados cada dia mais globalizados. O principal resultado desta reestruturação foi a adoção da produção enxuta, combinando elementos do taylorismo-fordismo e do toyotismo, o que levou a maior racionalidade da produção e consequente diminuição do trabalho vivo, provocando desemprego, flexibilização de direitos trabalhistas, intensificação da precariedade do trabalho e exclusão social. Verifica-se também a intensificação do trabalho por meio da inserção cada vez mais intensa de ciência e tecnologia nos processos produtivos; aumento do controle do trabalhador beneficiado pelo avanço da informática e da microeletrônica; o aumento das relações informais de trabalho, do trabalho em tempo parcial e do subemprego.

No contexto sócio - histórico brasileiro, isso tem se materializado principalmente através de ações concretas desencadeadas nos dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso e nos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva.

No primeiro, podemos destacar a implantação de uma nova institucionalidade para a política de formação do trabalhador, ao redirecionar a política de educação profissional, de modo a submetê-la à política de trabalho e renda, ressaltando a intenção governamental de tratar a questão educacional voltada para o trabalho. O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) foi implantado; redimensionou o vínculo do ensino técnico profissionalizante com o ensino médio, baixando o Decreto nº 2209/1997; e a implantação dos cursos superiores de tecnologia, para possibilitar maior flexibilidade para a Rede Federal de Ensino Técnico e Tecnológico e para as universidades atenderem de forma mais imediata as demandas do mercado. Estas medidas, direta ou indiretamente, estavam ligadas às orientações do Banco Mundial. Em continuidade a esta política, dentre outras medidas, o Governo Luís Inácio Lula da Silva praticamente reedita o Plano Nacional de Qualificação Profissional (PLANFOR), com a implantação do Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQ); substituiu o Decreto nº 2208/1997 pelo Decreto nº 5154/2004 que, sem romper com a visão “interessada” do ensino profissional, ofereceu novas possibilidades de integração curricular entre ensino médio e ensino técnico profissionalizante, promovendo uma “contra-reforma” da formação unitária do trabalhador; acionou políticas de ampliação do acesso ao ensino superior, por meio do redimensionamento do Programa de Financiamento Estudante do Ensino Superior (FIES), implantação do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), e da

consolidação dos cursos superiores de tecnologia, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Foi muito além do que o Governo Fernando Henrique Cardoso, pois foi capaz, no que concerne à gestão de políticas de formação do trabalhador, de atender de forma mais imediata as demandas do mercado, como para conformação ao desemprego, à intensificação da precariedade, à flexibilização das relações de trabalho e à exclusão. Isto se deve também ao conjunto de programas de inclusão social, tais como o Programa Bolsa Família, o Programa Brasil Alfabetizado, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), dentre outros.

Segundo Gomes e Moraes (2012).

No curso histórico da sociedade brasileira já se encontra claramente delineada a fase do sistema de elite, o qual, por razões econômicas, políticas, sociais e culturais, vem sendo profundamente transformado por meio das políticas de corte Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa “neoliberal-conservador” (Governo FHC) e “neoliberal-populista” (Governo Lula) (Gomes, 2008), fazendo emergir, apenas contemporaneamente, o sistema de massa. Contudo, estamos muito distantes de alcançar a meta de 30% de matrícula do grupo etário de 18 a 24 anos estabelecido pelo PNE. (p.185)

A seguir, será apresentado quadro que mostra que a expansão da Rede Federal de Educação seguiu um cronograma; na primeira fase, a expectativa era de entregar 64 escolas às comunidades, e na segunda fase, entregaria 150 instituições. A distribuição geográfica assim se apresentou:

Estado/Região	Escolas/Centros Federais de Educação até 2002	1ª fase	2ª fase Até 2010	Total
SUL				
Paraná	8	4	6	18
Santa Catarina	8	4	7	19
Rio Grande do Sul	12	5	10	27
NORTE				
Acre	0	1	2	3
Amazonas	4	1	5	10
Roraima	1	1	1	3
Pará	7	1	5	13
Amapá	0	1	1	2
Tocantins	2	1	3	6
Rondônia	1	1	2	4
NORDESTE				
Maranhão	4	6	8	18
Piauí	5	2	6	13

Ceará	5	1	6	12
Rio Grande do Norte	5	3	6	14
Paraíba	6	1	5	12
Pernambuco	8	2	5	15
Alagoas	4	0	4	8
Sergipe	3	0	3	6
Bahia	9	4	8	21
SUDESTE				
Minas Gerais	21	4	12	37
Espírito Santo	6	3	5	14
Rio de Janeiro	8	6	7	21
São Paulo	3	7	12	22
CENTRO-OESTE				
Mato Grosso	3	2	6	11
Mato Grosso do Sul	0	2	5	7
Goiás	6	1	6	13
Distrito Federal	0	1	4	5
Total	139	64	150	354

Quadro 1: Expansão da Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico do ano 2002 ao ano 2010

Fonte: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica 2011

2.3.A transformação do CEFET em Institutos Federais

O marco inicial legal para a Reforma foi o Decreto nº 6.095/07, que estabelecia a criação dos Institutos Federais e as normas para a transformação dos CEFETs, Escolas Agrotécnicas, Escolas Vinculadas às Universidades Federais e a Escola Técnica Federal de Palmas em *campi* desses Institutos. No Decreto, fica explícito o projeto de organização de uma rede federal com nova arquitetura organizacional, que seria montada a partir da “adesão voluntária” das instituições já existentes, à nova instituição – os Institutos Federais. As instituições de educação profissional foram “convidadas”, pela Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/07, a aderir à nova instituição, no prazo de 90 dias. Em julho de 2008, deu entrada no Congresso Nacional a Mensagem 513, assinada pelo presidente da república, encaminhando o Projeto de Lei nº 3.775, que daria uma nova conformação à rede federal e criaria os IFEs. O Projeto foi aprovado em dezembro de 2008, dando origem à Lei nº 11.892.

Porém, durante o processo de transformação, o governo federal enfrentou algumas reações por parte dos grupos atingidos. Os CEFETs, por exemplo, tinham como principal objetivo alcançar o *status* de Universidade Tecnológica, a exemplo do acontecido com o CEFET Paraná, em 2005, porém, em 2007, o MEC se contrapôs a esse movimento,

informando não ser esse o objetivo do Ministério e consubstanciado no Decreto nº 6.095, que já indicava a criação dos Institutos Federais, houve uma reação inicial que não foi incorporada pela maioria dos CEFETs. Somente se mantiveram na resistência o CEFET-RJ e o CEFET-MG, que se sentiram merecedores do mesmo direito de transformação em Universidade Tecnológica, devido ao fato de terem sido elevados à categoria de Centros Federais na mesma época que o CEFET-PR.

O Conselho de Dirigentes dos CEFETs apoiou a proposta governamental e apresentou sugestões em documento elaborado em agosto de 2007, que foram quase todas incorporadas no texto legal (CONCEFET, 2007). Dentre elas, contava a indicação da adoção de um processo de implantação disposto em lei única e a inclusão dos IFEs entre as entidades constituintes do Sistema Federal de Educação, com prerrogativas equivalentes às das universidades.

Incluía, também, o apoio à Escola Técnica Federal de Palmas, solicitando que fossem dadas àquela instituição condições similares aos CEFETs, em termos de recursos humanos e materiais na transformação em IFE. Como é possível comprovar, na leitura da Lei nº 11.892/08, todas foram atendidas.

Apesar da resistência e críticas, a maioria dos CEFETs, Agrotécnicas e Escolas Vinculadas às Universidades Federais aderiram à proposta de transformação em IFE, exceto os do Rio de Janeiro e Minas Gerais, que continuam reivindicando, até a presente data, a transformação em Universidade Tecnológica, e por este motivo sofrem algumas restrições, quanto à abertura de novas Unidades e contratação de servidores.

Otranto (2010) elenca os principais argumentos contrários à transformação em IFE e afirma que estes argumentos passaram por questões ligadas:

- a) ao tempo de criação de cada instituição e sua história; b) à finalidade da formação profissional; c) à necessidade de qualificação de jovens, adultos e trabalhadores rurais. Havia o temor da perda de identidade das escolas que sempre tiveram a formação profissional de nível médio como objetivo principal (OTRANTO, 2010, p. 92).

Em 29 de dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892/08, e assim foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), a partir da adesão de 75 instituições, dentre as 102 que poderiam optar. Os IFEs foram compostos por todas as Escolas Agrotécnicas, 31 dos 33 CEFETs e oito das 32 Escolas Vinculadas.

Segundo Otranto (2010) muitas as variáveis garantiram essa rápida adesão, que vão desde articulações políticas, temor das instituições serem preteridas na divisão dos recursos orçamentários e não terem condições de crescimento fora do modelo dos IFEs, até o fato dos administradores dos Institutos terem os títulos de reitores e pró-reitores e, a quantidade significativa de cargos comissionados criados para atender a nova estrutura.

2.4. Institutos Federais: constituição e primeiras dificuldades

Essa expansão deflagrou a necessidade de delinear um novo perfil para as Instituições Federais de Educação que se viram frente a vários desafios, além da oferta do ensino técnico do qual se ocupara desde 1909, data da sua origem. A Lei da Criação dos Institutos, promulgada em 29 de dezembro de 2008, Lei nº 11.892/2008, designou novos rumos decisivos quanto à história da Rede Federal, que, de acordo com legislação, passa a ter variadas funções que vão desde a formação do técnico à possibilidade de formação do doutor, numa perspectiva denominada de verticalização do conhecimento.

Os Institutos Federais são instituições que apresentam uma estrutura diferenciada, uma vez que foram criadas pela agregação/transformação de antigas instituições profissionais. Segundo a legislação que os instituiu, os Institutos Federais devem constituir-se como centros de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular e qualificar-se como referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização aos docentes (Lei nº 11.892/08, art. 6º).

O texto legal também destaca que o IFE tem como proposta realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo, e promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais. Deve, ainda, orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, a partir de mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural, em cada Instituto Federal.

Os IFEs sintetizam, hoje, a expressão maior da atual política pública de educação profissional brasileira, e estão produzindo mudanças significativas na vida e na história das instituições que optaram por aderir à proposta governamental, por esse motivo essas mudanças precisam ser acompanhadas bem de perto, conforme indica Otranto (2010, p. 101-102).

A análise da lei já aponta algumas ambiguidades que vêm gerando interpretações particulares. Uma delas é atribuir o significado de “pesquisa aplicada” à pesquisa dirigida aos setores industriais e empresariais. Porém, a quantidade de finalidades e características expressas na lei, no seu artigo 6º, passa a certeza de que o IFE é, em última análise, mais um modelo alternativo à “universidade de pesquisa”, que vem sendo implementado na América Latina, nos últimos anos, a partir do incentivo explícito do Banco Mundial.

O modelo alternativo à universidade de pesquisa vem sendo apontado pelo Banco Mundial mais explicitamente desde a década de 1990. O Brasil vem implantando esses modelos, por exemplo, nos Centros Universitários e, agora, nos Institutos Federais, com a alegação de que os cursos por eles ministrados seriam mais “flexíveis” e de menor custo que os universitários ditos “tradicionais”. No entanto, as escolas profissionalizantes, em sua grande maioria, não estavam preparadas para a transformação em instituições de educação superior, *multicampi*, com todas as funções, direitos e deveres de uma universidade, com oferecimento da graduação, licenciatura e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão, além de outras não exigidas para as universidades, mas obrigatórias para os Institutos Federais, tais como: o ensino médio, técnico e educação de jovens e adultos.

A figura a seguir demonstra que a Rede Federal vivenciou a maior expansão de sua história. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 *campi* em funcionamento.

São 38 Institutos Federais presentes em todos estados, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. Essa Rede ainda é formada por instituições que não aderiram aos Institutos Federais, mas também oferecem educação profissional em todos os níveis. São dois CEFETs, 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica.

Importa destacar que a Expansão da RFEPT passou por etapas: de (1909 a 2002), de (2003-2010), de (2011-2014) e de (2014-2016), as quais apresentaremos na figura a seguir:

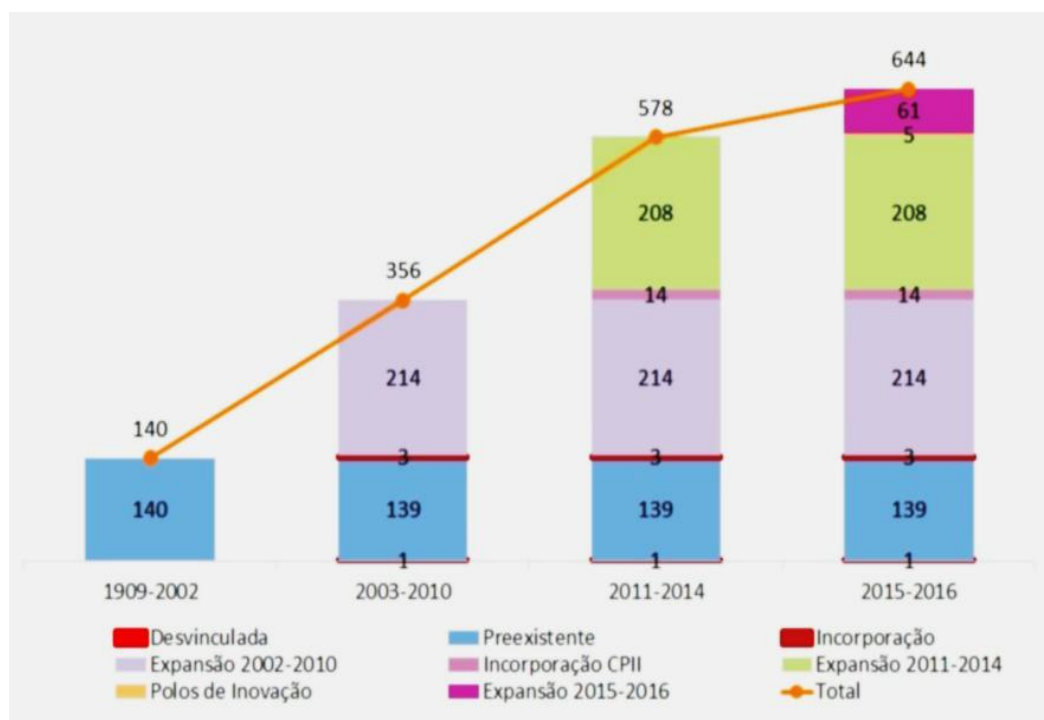


Figura 1 Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades

Fonte: SETEC/ MEC

Na página da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), podemos encontrar um balanço dos números da expansão da RFEPT, sob a forma de gráfico. Em síntese, as estatísticas do governo apontam que, de 1909 a 2002, foram construídas 119 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2010, o MEC concretizou a construção de 201 novas unidades referentes ao plano de expansão da EPT, totalizando 321 *campi*, em funcionamento. Entre 2011 e 2014 foram construídos mais 190 unidades totalizando 511 *campi* e entre 2015 e 2016, 57 foram construídos. Ao todo, são 568 municípios atendidos pela RFEPT. (BRASIL, 2016).

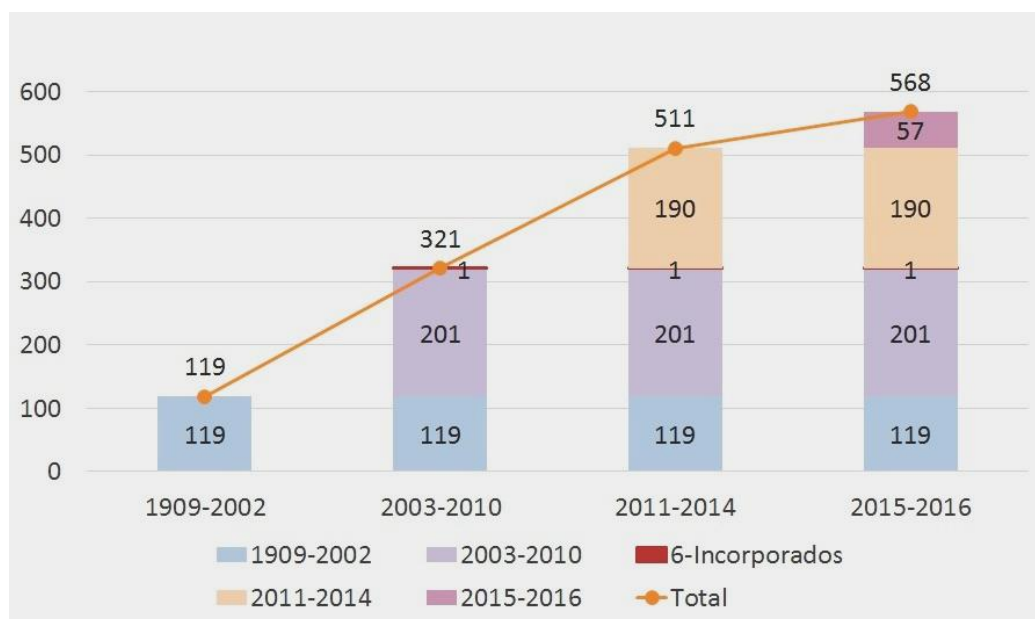


Figura 2 Quantidade de Municípios atendidos com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Fonte: Rede Federal. redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal

A partir do ano de 2003, iniciaram-se ações voltadas à democratização da oferta da educação técnica no país, através de um plano estruturante de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A primeira fase do plano compreendeu a construção de 64 novas Unidades de Ensino para somar às 140 que já existiam. Na figura 3 pode-se observar como era distribuída a Rede Federal até 2003.

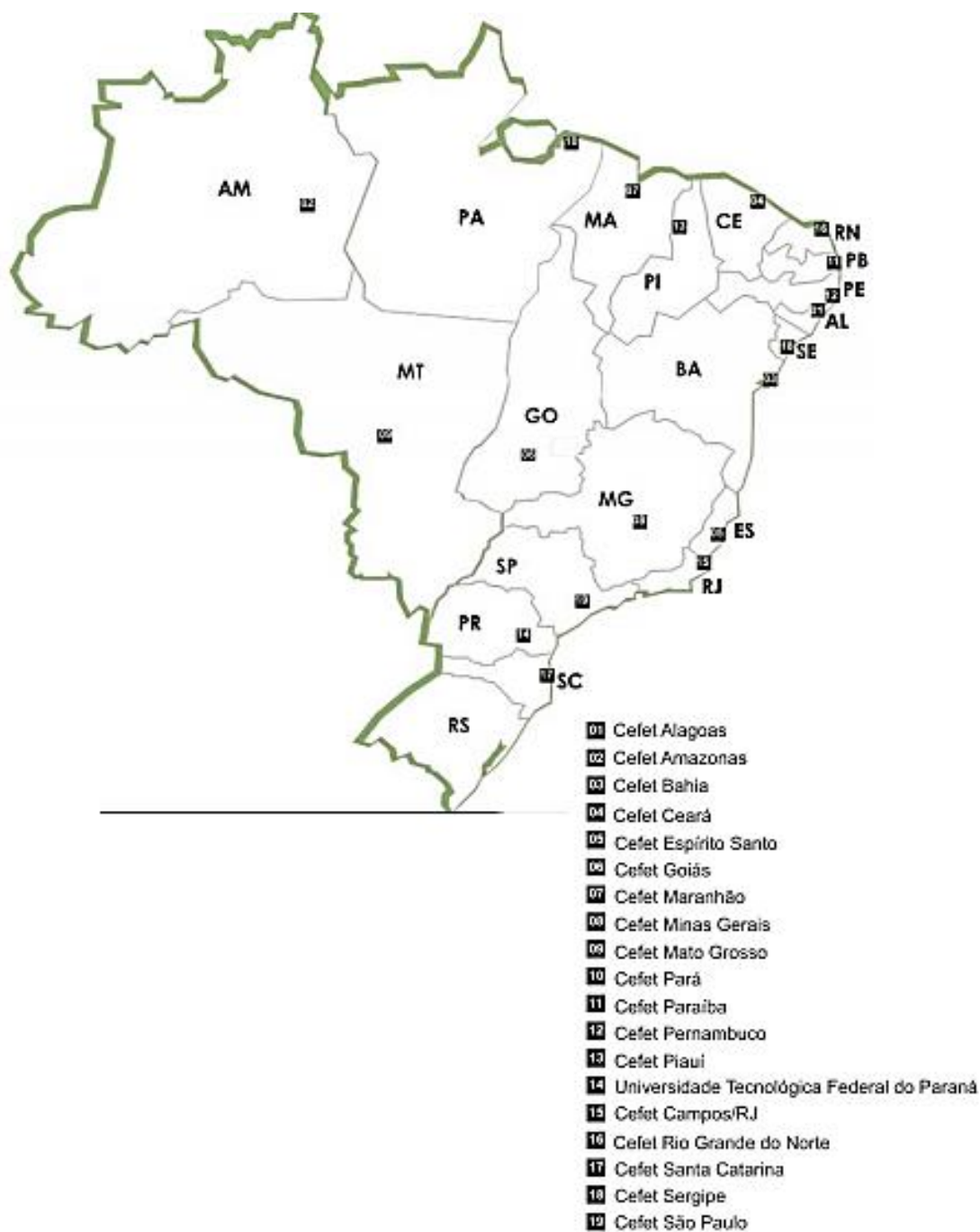


Figura 3 Rede Federal 2003

Fonte: MEC

A figura 4 mostra a evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no território brasileiro. Pode-se observar que o objetivo da expansão foi o de ampliar a presença dos IFETs em todas as partes do território nacional, assegurando que cada microrregião brasileira pudesse contar com um campus de IF. A proposta era atender, de

forma qualitativa, as principais demandas relacionadas à formação profissional, como também possibilitar uma interiorização sem precedentes da oferta de ensino superior público, além de potencializar a oferta de ensino médio em cada estado brasileiro (BRASIL, 2011).

Com a expansão da RFEPCT todas as mesorregiões brasileiras foram atendidas com um *campus*, o que demonstra o grau de capilaridade da rede.



Figura 4 Expansão dos Institutos Federais no território brasileiro.

Fonte: MEC

A expansão, como podemos observar totalizou 562 *campi*, espalhando a Rede por todo “o tecido social do país, por meio da sua interiorização o que a transforma em uma das mais importantes estruturas públicas potencialmente indutoras do desenvolvimento regional/local e da resolução de demandas sociais” (MEC/SEPT, 2009, p.12).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba é a atual denominação de uma instituição que tem mais de 100 anos de história. Iniciou suas atividades em 1910, numa ala do quartel da Força Policial, cedida pelo governo do Estado, tendo

permanecido neste local por 19 anos. Depois foi transferida para o Edifício construído na Av. João da Mata, onde funcionou até os primeiros anos da década de 1960, finalmente instalando-se no atual prédio na Avenida 1º de Maio, no bairro do Jaguaribe, em João Pessoa. Recebeu diversas denominações: Escola de Aprendizes e Artífices da Paraíba - de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa - de 1937 a 1961; Escola Industrial “Corioloano de Medeiros” ou Escola Industrial Federal da Paraíba - de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba – ETFPB - de 1967 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – CEFET/PB - de 1999 a 2009 e, desde então, IFPB.

Inicialmente, eram oferecidos os cursos de Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Encadernação e Sapataria, para crianças e jovens das camadas mais pobres, na faixa etária entre 10 e 13 anos. Os ofícios ensinados voltavam-se principalmente para o artesanato de interesse local. Havia poucos ensinamentos de tipo mais industrial, visto que tal atividade ainda era insipiente no Estado. O corpo docente das Escolas de Aprendizes e Artífices era formado por normalistas, que ministravam as disciplinas de formação geral (Português, Matemática e Religião) e os contramestres, que eram recrutados diretamente nas fábricas e oficinas, para ministrar a formação profissional.

No ano de 1911, o Decreto n. 9.070 estabeleceu a oficialização do tratamento de mestre aos aprendizes que concluíssem o curso após quatro anos regulares de estudos. Lima (1995), afirma que tal medida significou um importante estímulo para o ingresso e permanência na Escola de Aprendizes e Artífices da Paraíba, e facilitou a entrada do aluno no mundo do trabalho qualificado. De acordo com o documento ETFPB (1979), no início, a instituição não contava com o apoio da população, haja vista que havia um descaso com o ensino profissional. A educação era elitista e intelectualizante e estava a serviço das classes dominantes. As escolas profissionais, que se destinavam às classes populares, por sua vez, eram quase equiparadas a centros correcionais. O trabalho era visto como algo penoso, como um castigo e até certo ponto vergonhoso.

O Instituto Federal da Paraíba (IFPB), com Reitoria em João Pessoa, foi criado a partir da integração de duas instituições: o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e a Escola Agrotécnica Federal de Sousa. O Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba originou-se da Escola Técnica Federal da Paraíba, antes denominada Escola Técnica Industrial, por sua vez, oriunda do Liceu Industrial e este, da Escola de Aprendizes Artífices, de 1909.

A seguir o cenário da Rede Federal de Educação Profissional na Paraíba.

2.5. Instituto Federal da Paraíba e seus Campi

O Instituto Federal da Paraíba - IFPB é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e Cultura - MEC. O IFPB conta com 21 *campi* no estado. As unidades são gerenciadas pela Reitoria, que tem sede na capital, João Pessoa. Os *campi* em funcionamento são: Areia, Cabedelo, Cabedelo Centro, João Pessoa, João Pessoa Mangabeira, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé Do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel, Pedras de Fogo, Santa Luzia, Santa Rita, Soledade e Sousa. Na figura .5, podemos observar toda a área de abrangência do Instituto na Paraíba

O IFPB oferece diversos cursos presenciais e a distância, nas modalidades integrado ao ensino médio, subsequente, superior e pós-graduação. Todos gratuitos.

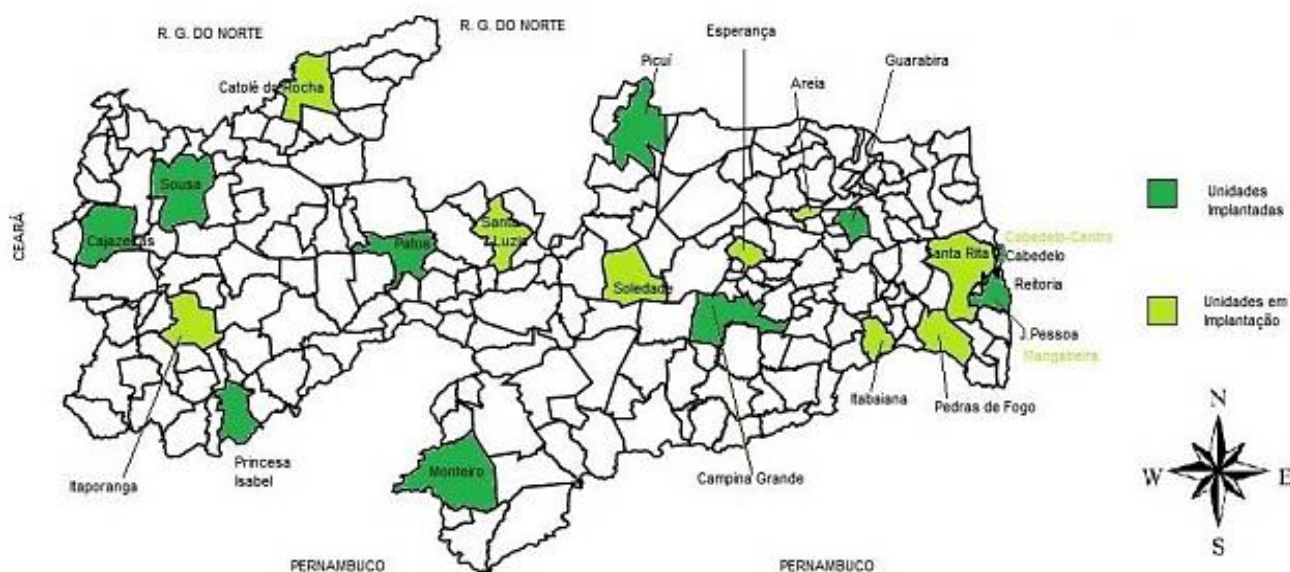


Figura 5 Área de Abrangência do Instituto na Paraíba

Fonte: <http://www.ifpb.edu.br/campus>

O Instituto Federal da Paraíba, como todos os Institutos no Brasil, passou a ter um caráter inovador decorrente das especificidades de sua identidade institucional, caracterizado pela oferta curricular verticalizada da educação básica, passando pelo ensino técnico, formação inicial e continuada até o nível superior.

A Lei nº 11.892/08 efetivou a expansão da Rede Federal de Educação Básica, Profissional e Tecnológica por meio dessa nova institucionalidade. A Rede Federal se propôs à reinvenção, rompendo com as estruturas tradicionais para constituir ações amparadas no princípio da democratização: do acesso, da gestão da educação e do conhecimento. Teve fortes repercussões sobre a configuração da Educação Profissional no país, em particular sobre as estratégias pedagógicas e desenho institucional das Escolas Técnicas Federais. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, viveram novas transformações, principalmente com a ampliação de novas unidades, com o aumento do número de campi, com a contratação de novos efetivos e com a reforma na estrutura administrativa, passando a ser dotada de mais autonomia, de modo a assemelhar-se à estrutura das Instituições de Ensino Superior.

A primeira fase dessa expansão foi iniciada em 2006 e teve como objetivo a inauguração de escolas federais de formação profissional e tecnológica em regiões ainda desprovidas dessas instituições. Na segunda fase, estava prevista a criação de 150 novas unidades de ensino em todo o país, até o ano de 2010. Atualmente, a Rede conta com 644 instituições de ensino, entre institutos federais, universidades tecnológicas, CEFETs e escolas técnicas vinculadas a universidades.

Os impactos de tais mudanças no IFPB, as formas de sua recepção pelos principais atores que a constituem, é o que se propôs nesse estudo.

No Estado da Paraíba, tal expansão tomou grandes proporções, passando de seis unidades em 2002, para 12 *Campi* do Instituto Federal em 2010, e naquela época já existia a aprovação de funcionamento de mais oito unidades, a serem implantadas a partir de 2013. Atualmente a expansão atingiu o número de 21 campus. Houve portanto inovações na sua dimensão política, institucional e pedagógica.

A expansão, no entanto interferiu diretamente na estrutura da Instituição como podemos comparar no quadro abaixo.

CEFET	IFE
Orçamento Centralizado	Orçamento descentralizado/Autonomia Financeira
Centralização Administrativa	Autonomia Administrativa
Diretor Geral, Gerentes e Conselho Diretor	Reitor, Colégio de Dirigentes, Pró-reitorias e Conselho Superior
Unidade de Ensino Descentralizada	<i>Campus</i>

Quadro 2 Estrutura Corporativa do CEFET / IFE

Fonte: Regimento do IFPB Lei 11892/2008

Em face dessa “profunda reforma”, o Instituto passou a ser uma instituição com uma estrutura diferenciada exigindo também do seu quadro técnico uma postura diferenciada. Porém, não obstante a aceitação de grande parte da comunidade acadêmica uma vez que viu nessas mudanças uma forma de crescer e ser reconhecida, podemos inferir, que a ascensão à categoria de Instituto de Ensino Superior foi recebida com uma certa desconfiança por muitos e gerou muitas reações contrárias, sobretudo por questões ligadas ao tempo de criação de cada instituição, a sua história e identidade institucional, à finalidade da formação profissional, à necessidade de qualificação de jovens, adultos e trabalhadores rurais e, sobretudo o temor da perda da identidade já criada, da autonomia e do poder político educacional. A nova Instituição não era aquela cuja tradição se havia aprendido a reconhecer.

A discussão sobre identidade se torna um dos elementos centrais que compõem o estudo. Em que medida as mudanças advindas do “processo de ifetização” impactaram na constituição da identidade institucional.

Ciente de que os resultados encontrados reproduzem apenas um estudo de caso, em uma instituição específica, espera-se contribuir no que se refere ao entendimento sobre os impactos que grandes mudanças estruturais, políticas e organizacionais podem ocasionar na identidade das instituições e em sua autonomia administrativa e pedagógica.

CAPÍTULO III– APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A IDENTIDADE

Neste capítulo, apresenta-se o referencial teórico utilizado para dar suporte ao estudo realizado. Considera-se como tema central a construção da identidade institucional, o que inclui especialmente os sujeitos que integram a instituição, em relação permanente com o outro.

Para melhor compreender as questões apresentadas, é seguramente relevante averiguar os olhares sobre identidade institucional, bem como dos sujeitos sociais. Vários filósofos, sociólogos, historiadores desenvolvem estudos que abordam a construção da identidade do indivíduo e as relações sociais.

Elias (1994) discorrendo sobre o assunto nos diz que:

Cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem... São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém menos reais e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação às outras, a ela e nada mais, que chamamos de “sociedade”. (ELIAS, 1994, p.23)

O autor afirma que a sociedade é algo indissociável do indivíduo, pois as relações sociais são constituídas por meio da interação. A sociedade está formada por um entrelaçamento de pessoas que entre si, criam, dão vida e consolidam relações interpessoais e interdependentes e formam a sociedade. Não existe sociedade sem indivíduos e nem indivíduo sem sociedade, cada ser humano é criado por outros, e o representa, um papel social no qual o indivíduo crescerá dentro dos hábitos e crenças de uma família e de uma dada região, portanto, como afirma Elias (1994, p.19) “o indivíduo é parte de um todo maior, que ele forma junto com outros”.

O que buscamos como ponto central é o fundamento de que a identidade da Instituição foi modificada com a transformação do seu objetivo primeiro e, por conseguinte gerou a necessidade da reconfiguração da identidade dos sujeitos que a constituem.

Segundo Arruda (2010), o que estamos vendo é que os Institutos Federais de Educação estão perdendo sua identidade original de formadores de técnicos para assumir outra, indefinida, mas diferente da identidade anterior. O que gostaríamos de ressaltar é que apesar da lei definir metade das vagas dos Institutos Federais para a oferta de educação profissional de nível médio e básico, o fato é que estes Institutos irão assumir uma identidade diversa das de suas instituições de origem. No caso específico da educação profissional de nível médio,

sua oferta perde a centralidade que tinha nas antigas escolas técnicas, para ressurgir como uma das atribuições formativas dos Institutos Federais.

Isso leva os servidores a modificar sua forma de atuação, em suas relações com o outro e sendo um sujeito social, necessitará reconfigurar sua identidade.

Certamente as mudanças ocorridas no seio da instituição, ao longo da sua existência e mais notadamente na última década, foram decorrentes da ligação indivíduo-sociedade, do pluralismo e não da individualidade, como em uma grande teia, onde indivíduo e instituição foram interagindo e se refazendo. Em meio a essas reflexões, é necessário, portanto reconhecer o sujeito como flexível, mutável e indissociável da sociedade, e que assume inúmeros papéis de acordo com o meio.

Para entender a formação do conceito de identidade institucional é necessário que retornemos a origem dos estudos sobre identidade e suas diferentes teorizações, pois o conceito de identidade institucional originou-se do conceito de identidade individual e suas características particulares carregam profundas semelhanças.

Refletir sobre identidade é algo imprescindível a quem deseja compreender o movimento que delimitou os rumos das mudanças ocorridas na educação profissional e em particular nos atuais Institutos Federais para pensar os caminhos a adotar.

Refletir também sobre a identidade do sujeito institucional, em possível crise, devido à avalanche de mudanças decorrentes das transições e transformações ocorridas, em apenas oito anos no IFPB, é um amplo desafio de cunho teórico, especificamente em uma sociedade marcada pela efemeridade dos aspectos da vida, onde nada é reconhecido como inabalável e uno, tudo é líquido. Líquido foi o termo utilizado por Bauman (1998) para ilustrar a voracidade com a qual as mudanças impregnam, destroem e impossibilitam qualquer vestígio de estabilidade e segurança na pós-modernidade.

Hall (1998) conceitua identidade baseando-se principalmente na teoria social. Para ele, esta questão deve ser analisada partindo das interações realizadas entre o indivíduo e a sociedade e, também, inclui o conceito de identidade cultural, fundamentado nas questões culturais que surgem do nosso “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e nacionais. O autor defende a posição de que as identidades estão sendo alteradas pelo que denomina “modernidade tardia” de maneira que elas constantemente irão ser transformadas de acordo com as mudanças do mundo social, podendo, desta forma, provocar uma chamada “crise de identidade”, pois abala o quadro de referência dos sujeitos e provoca uma ruptura nos padrões que outrora pareciam centrais e imutáveis.

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade. Etnia, raça, e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. (HALL, 1998, p. 9)

Os estudos oriundos da psicologia e da psicanálise também foram de grande importância para a formação de um conceito acerca da identidade, principalmente as pesquisas de Freud e de Lacan, mas estes se centraram principalmente na análise da identidade individual tendo grande contribuição para a compreensão de que os indivíduos não nascem com uma determinada identidade, mas sim, a vão moldando naturalmente desde a infância até o final da vida. Freud analisa especificamente a atuação dos fenômenos psíquicos e Lacan se concentra nos processos de identificação através da socialização do indivíduo, no que ele chamou de concepção do “espelho” (Lacan, 1977 apud Hall, 1998, p.37). A identificação com a imagem do semelhante, à fase do espelho constituiria a matriz e o esboço do que seria o ego.

É preciso considerar que o conceito de identidade é abordado em praticamente todas as áreas do conhecimento. Nas ciências sociais, Hall (2004) aborda três concepções para o conceito de identidade: a identidade do sujeito do Iluminismo, a identidade do sujeito sociológico e identidade do sujeito pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo era baseado numa concepção de pessoa como um indivíduo totalmente centrado, unificado, com capacidade de razão, consciência e ação. Este sujeito possuía um centro, que era o núcleo interior, o qual surgia quando do nascimento e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo o mesmo essencialmente – contínuo ou idêntico a ele – ao longo da existência. O centro essencial desse sujeito era a sua identidade.

O sujeito sociológico reflete a complexidade do mundo moderno e a consciência de que aquele núcleo interior não era autônomo nem autossuficiente, sendo formados na relação com outras pessoas que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – do mundo. Esta passou a ser a visão clássica sociológica da identidade, que é formada na interação entre o eu e a sociedade. “O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu’ real, mas este é formado e modificado por um diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2004). Dessa forma, a identidade preenche o espaço entre o interior e o exterior. Segundo o autor:

O fato de que projetamos a ‘nós’ próprios nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os ‘parte de nós’, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura [...] o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis (HALL, 2004, p. 11-12).

Na concepção pós-moderna, o sujeito é fragmentado, composto por várias identidades, algumas vezes, contraditórias ou não resolvidas.

Para Hall (2004, p. 12):

[...] as identidades que compunham as paisagens ‘lá fora’ e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as ‘necessidades’ objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático.

Tal concepção assume o sujeito como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. Esta é vista como móvel, sendo definida historicamente. Para o autor, que assume esta posição epistemológica, o sujeito assume identidades diferentes – que não são unificadas em torno de um “eu” coerente – em momentos diferentes. Existe em cada sujeito identidades contraditórias, de modo que as identificações estão sendo deslocadas. Nesse contexto:

[...] a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2004, p. 13).

Recorremos também a Castells (1999) para entender o processo de formação da identidade. Segundo ele, a identidade pode ser entendida como “(...) a fonte de significado e experiência de um povo” (p.22), sendo construída em contexto de relações de poder, podendo ser compreendida somente se situada historicamente. Castells (1999), no entanto, adverte:

Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para que isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedade, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como sua visão de tempo/espço. (CASTELLS 1999, p.23)

Assim o processo de formação de identidade tem uma natureza histórico cultural e que não é espontâneo dos seres humanos; o processo é construído a partir das condições materiais presentes em um determinado contexto social a partir das relações sociais.

Dubar (2009) afirma que a identidade é, ao mesmo tempo, pessoal e social, pois está relacionada às mutáveis expectativas dos outros quanto ao indivíduo e deste quanto a si mesmo, configurando o Eu-Nós.

O processo de civilização faz nascer de um Nós comunitário, dominante, os Eus sujeitos a seu lugar em sua linhagem, um Nós societário que liga Eus estrategistas e autocontrolados (“estatutários”). O processo de racionalização converte formas comunitárias tradicionais e penetradas de magia em formas societárias desencantadas, mas engajadas numa transformação do mundo pelo trabalho concebido como vocação e via da salvação (“narrativas”). O processo revolucionário de libertação transforma por vezes Eus alienados pela exploração econômica e a dominação de classe em Eus críticos, “multidimensionais” livremente associados (“reflexivos”). (DUBAR, 2009, p.69/70)

As diversas formas identitárias certamente estão intrinsecamente ligadas às relações intra e interpessoais que, por sua vez, estão em constante dinâmica entre si e vai modificando a visão de mundo e de si mesmo a partir das transformações sociais. Estas transformações são decisivas na forma com que a realidade é construída e percebida. E se considerarmos o ritmo acelerado em que as mudanças têm ocorrido nas últimas décadas é possível verificar a instalação da crise de identidade. Dubar (2009) esclarece:

A antiga configuração entrou em crise: ela já não basta para a pessoa se definir nem definir os outros, para se identificar, compreender o mundo e, sobretudo, projetar-se no futuro. (...) Os efeitos desestabilizadores sobre as subjetividades desse questionamento e dessas exigências foram inventariados na vida privada, profissional ou no espaço público. São inseparáveis de transformações sociais e das formas de relações interpessoais, das modalidades da relação com o outro. (DUBAR, 2009, p.258)

Apoiamo-nos em Dubar (2005) para entender a formação da identidade como resultado da interação entre os sujeitos, cuja construção se dá numa dimensão social e pessoal. Quando ele afirma ser a identidade o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições. Para o autor, entender a construção da identidade social e, por extensão, da profissional, implica investigar duas dimensões: o contexto da situação de trabalho como elemento que interfere nas concepções do sujeito acerca da profissão e de sua formação e, também, a forma como concebe o trabalho a

partir de sua trajetória pessoal, de sua biografia. Configurada nas relações sociais e de trabalho, a forma identitária assumida pelo indivíduo permite compreender como a sua profissionalidade é constituída.

Se pensarmos, através das proposições de Dubar (2005), que a construção identitária se afirma também no contexto da situação de trabalho, enquanto elemento que interfere nas concepções do indivíduo acerca da profissão e de sua formação, podemos pressupor que nossas reflexões acerca da reconfiguração da identidade dos servidores do IFPB está justificada.

Weeks (1990) define identidade como o sentimento que o sujeito tem de pertencer a um determinado grupo; é a identidade que define “o que você tem em comum com algumas pessoas e o que o torna diferente de outras” (WEEKS, 1990, p. 88). Norton (2000) concebe identidade em referência à como uma pessoa entende sua relação com o mundo social (como ela é posicionada pelo discurso a uma posição identitária de mais ou menos prestígio), como essa relação é construída através do tempo e espaço (história de vida do sujeito) e como a pessoa entende possibilidades para o futuro (luta para ter acesso a uma identidade mais prestigiada, por exemplo) (NORTON, 2000, p. 05). Bradley (1996), por sua vez, assevera que:

A identidade social se refere ao modo como nós, enquanto indivíduos nos posicionamos na sociedade em que vivemos e o modo como percebemos os outros nos posicionando. As identidades sociais provêm das várias relações sociais que as pessoas vivem e nas quais se engajam (BRADLEY, 1996, p. 24).

Isso quer dizer que identidades sociais não são entendidas como definidas biologicamente ou fixas. Segundo Sarup (1996, p. 28), “a identidade não é algo que encontramos, ou que tenhamos de uma vez e para sempre. Identidade é um processo” (SARUP, 1996, p. 28). Hall (1990) afirma que é através do discurso que as pessoas têm as suas identidades sociais construídas e se posicionam no mundo.

3.1.A Questão das Identidades Organizacionais

Para Machado (2003) Identidade organizacional refere-se à construção do conceito de si vinculado à organização na qual se trabalha, mediante a interação com a instituição, ocorrendo a partir da juventude enquanto se estiver vinculado a alguma instituição, com a finalidade de incorporar as instituições no imaginário de forma a orientar a ação nessas organizações. Conhecer a realidade social da organização a partir do estudo das identidades é

uma forma de “compreender a estruturação da ação nesse ambiente, pois as identidades têm também o papel de estruturar a ação, por parte dos indivíduos, grupos ou organizações.” (MACHADO, 2003, p. 65).

Para Brown (1997, p.658) a identidade da organização se manifesta nas ações dos indivíduos, que “agem como a organização” quando eles incorporam os valores, as crenças e os objetivos da coletividade.

Whetten (2006, p.231) afirma que a identidade organizacional é o julgamento dos indivíduos sobre os aspectos centrais, distintos e duradouros da organização. Os aspectos centrais, segundo o autor, estão ligados ao sistema de crenças, valores e normas da empresa. Os aspectos distintos estão relacionados à exclusividade da organização, referência para garantir a identificação organizacional e definir as fronteiras da organização. O aspecto duradouro é o que garante a continuidade da empresa e a sua constante transformação.

De acordo com Whetten (2006, p.223) as principais questões em torno da identidade da organização são: "Quem nós somos?"; "Em que tipo de negócio nós atuamos?"; "O que nós queremos ser?"; entre outras. A identidade pode estar refletida em valores e crenças compartilhados, na missão, na estrutura e processos e nos objetivos, entre outros. Em termos organizacionais, a identidade é o aspecto mais saliente, o mais arraigado da cultura.

As respostas às questões mencionadas são resultantes das identificações das pessoas com a organização, pois não existe identidade sem identificação, ou seja, a identidade é relacional, ela se constrói em relação ao outro, com o qual o sujeito se identifica ou se desidentifica. Desse modo, a construção de um “eu organizacional” é consequência da percepção de si mesmo como membro da organização (BROWN, 1997).

As organizações estão vivas na mente de seus membros e a identidade organizacional faz parte de sua identidade individual; reforçando a ideia de que a identidade organizacional se manifesta mediante as ações dos indivíduos como organização, quando eles incorporam valores, crenças e metas da coletividade (BROWN, 1997). A identidade é o meio através do qual os membros organizacionais dão sentido ao que fazem, de acordo com as regras gerais da organização. As pessoas na organização constroem o significado de suas ações com base na intermediação de um conjunto de crenças atribuídas como identidades. As identidades refletem como os indivíduos e os grupos definem o que fazem em relação ao seu entendimento sobre o que é a organização da qual fazem parte. Identidades, então, representariam aspectos da cultura traduzidos a determinado contexto (NOGUEIRA, 2000).

De acordo com Machado (2005), o passado, o presente e a expectativa do futuro são variáveis associadas à imagem cognitiva da organização. A identidade de uma organização, definida a partir de representações construídas por seus atores organizacionais, orienta a ação desses indivíduos no contexto do seu trabalho nas empresas.

A identidade organizacional pode ser compreendida como resultante de esquemas cognitivos ou da percepção a respeito dos atributos diferenciadores e essenciais da organização, incluindo seu posicionamento no contexto e as comparações relevantes com outros grupos ou organizações. Eventos externos e situações ambientais que refutem ou coloquem em questão essas características definidoras podem ser percebidos como ameaças a percepção dos membros em relação à identidade da organização da qual fazem parte, e podem ocasionar, inclusive, consciência mais clara dos próprios atributos definidores da identidade organizacional (WHETTEN, 2006).

Ainda assim, nem sempre as pessoas estão conscientes dos atributos definidores da identidade organizacional, que podem permanecer subliminares para elas até que a identidade seja ameaçada ou desafiada. Muitas vezes, alterações consideradas importantes no contexto ambiental, como as promovidas por novas normas que regulamentam o setor ou aquelas provocadas por definições do posicionamento estratégico entre concorrentes, podem revelar ou tornar mais evidente a identidade coletiva da organização (MACHADO e NOGUEIRA, 2004).

Os indivíduos ligam-se à organização, através do desempenho de papéis e é pelo desempenho desses papéis que atribuem significado a si próprios e reafirmam os valores da organização. Quando as estratégias da organização divergem dos valores significativos para a identidade ou vão contra aqueles já institucionalizados, o desempenho de papéis passa a ser experimentado como uma luta entre a identidade subjetiva e objetiva. Os indivíduos, nesse caso, podem mostrar que rejeitam essas mudanças, na medida em que se distanciam e, cognitivamente, evitam comprometer-se com esses papéis e com a organização (RODRIGUES, 1995).

Diante do exposto, para que a identidade institucional possa ser discutida em termos atuais, convém recuperar as diversas identidades que a instituição veio assumindo desde sua criação.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ao mesmo tempo em que possibilitou a reestruturação, expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, trouxe o grande desafio da articulação da educação

profissional científica e tecnológica e da educação superior com a educação básica e da graduação com a pós-graduação, com ênfase na inovação e ciência aplicada. Embora essa seja uma prerrogativa legal, o IFPB, não se preparou para atender um público tão diverso de alunos, com diferentes faixas etárias e variados interesses. Bem como para ofertar diferentes níveis e modalidades de educação, o que pode nos fazer indicar sobre o desgaste da imagem institucional, em virtude da perda provisória de sua história e da difícil consolidação de sua nova identidade, já que a identidade institucional é definida a partir de representações construídas por seus atores organizacionais, e orienta a ação desses indivíduos no contexto do seu trabalho.

3.2. Discutindo a Identidade Institucional no Caso do IFPB

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, segundo a lei 11.892/2008, estabelece uma nova configuração da rede federal de educação profissional e tecnológica e inaugura novas possibilidades de construção de outros campos de conhecimento, ciência, técnicas e tecnologias que passam a abarcar uma diversidade de práticas ligadas à oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades. Esse panorama institucional instaura no interior dos institutos federais, a construção de vários campos e *habitus* formados no exercício da prática social desenvolvida em cada campo e na relação entre eles.

Para captar os processos de mudanças, rupturas e resistências, segundo as perspectivas dos agentes atuantes no IFPB, recorreremos a teoria de Bourdieu que compreende que os atores sociais estão inseridos espacialmente em determinados campos sociais, onde a posse de grandezas de certos capitais (cultural, social, econômico, político, artístico, esportivo etc.) e o *habitus* de cada ator social condiciona seu posicionamento espacial e, na luta social, identifica-se com sua classe social e que para o ator social tentar ocupar um espaço é necessário que ele conheça as regras do jogo dentro do campo social e que esteja disposto a lutar (jogar).

Bourdieu (1996) afirma que a proximidade do espaço social, aglutina os agentes, ao tomarem parte em setor localizado do espaço, são mais próximas (por prioridades, disposições e gostos) e mais inclinadas a tanto. A proximidade entre as pessoas define a potencialidade objetiva de unidade, aponta para a formação de grupo e classe provável.

A identidade, é produto da cultura de grupo que é construída por ressignificações dos elementos referentes ao sistema cultural, e usando a expressão de Bourdieu, pode-se chamar de cultura legítima, apreendida empiricamente, pelo conceito de *Habitus*.

A identidade profissional, portanto, constrói-se na base do *habitus* e inúmeros os efeitos da estrutura institucional na forma de ser dos seus profissionais, que dão origem, a determinados traços funcionais e tomada de posição. A Instituição como ambiente de trabalho, como manifestação da vida, em toda sua complexidade é o ambiente que traduz os anseios e as necessidades profissionais dos integrantes.

Os indivíduos ocuparão espaços próximos quanto mais próxima for a quantidade e a espécie de capitais que detiverem e estarão mais distantes quanto mais distante for o volume e o tipo de capitais detidos por eles. A riqueza econômica (capital econômico) e a cultura acumulada (capital cultural) geram internalizações de disposições (*habitus*) que diferenciam os espaços a serem ocupados pelos homens.

O conceito de *habitus*, como um conhecimento adquirido na prática, nos permite entender como as representações se formam, se organizam e se reproduzem nos campos constituídos.

À luz dessa teoria, partimos do resgate da trajetória histórica das instituições federais de educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil, das suas transformações e das contradições existentes, na perspectiva de compreensão dos embates travados no processo de formulação das políticas públicas para essa modalidade de ensino.

Os Institutos assumem “uma forma híbrida entre Universidade e Cefet e representando, por isso mesmo, uma desafiadora novidade para a educação brasileira.” (PACHECO, PEREIRA e DOMINGOS SOBRINHO, 2009, p.10). Os institutos, portanto, desenvolvem práticas já conhecidas, isto porque, se assemelham aos antigos Cefets (Centros Federais de Educação Tecnológica) e Escolas Técnicas e Agrotécnicas, mas também incorporaram novos elementos de um novo modelo institucional, o que só se tornou possível a partir da tomada de consciência dos sujeitos envolvidos nesse processo por meio da reflexão sobre as práticas em vigor. Nesse sentido, o campo da Educação Profissional, enquanto “espaço estruturado de posições cujas propriedades dependem das posições nestes espaços.” (BOURDIEU, 1983) constituiu-se na história escrita pelos servidores no seio das instituições, por meio das suas concepções, práticas e dos *habitus* adquiridos, mas que também configura-se como um campo em construção, para a formação de novos *habitus*.

Para o autor, um campo define-se pela disputa entre o novo que está entrando e tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência (BOURDIEU, 1983). Para compreender o papel desses sujeitos como agentes dessa prática, recorreremos ao conceito de Bourdieu (2007) ao utilizar a palavra agentes, como

aqueles que agem na dialética da sociedade, permeados por *habitus*, que formam uma matriz de disposições duráveis, reatualizadas e modificadas ao longo da vida. Esse conjunto de disposições é composto por um sistema subjetivo, herdado pelo indivíduo, acrescido do processo de internalização da objetividade, da realidade. Por isso, o *habitus* torna-se uma “matriz de percepção, de apreciação e de ação que tende a orientar as ações individuais” (CANEZIN, 2001, p.125).

O *habitus* não somente se aplica à interiorização de valores e normas, mas também inclui sistemas de classificações anteriores às representações sociais. As representações sociais denotam não só a forma como os agentes percebem o mundo social, mas também a contribuição que eles dão para a construção desse mundo.

Conforme Ferretti (2011), na disputa de capital social nesse processo de transformação da Rede Federal de Educação, apareceram contradições quanto a percepção dos diferentes grupos em relação ao papel das instituições de educação profissional. O que gerou questionamentos em relação a perda da identidade das antigas Escolas Técnicas e Cefets e da verticalização e multiplicação muito rápida dos campi com ausência de estrutura adequada e das condições de trabalho para a oferta de cursos de qualidade.

Esse embate se torna mais evidente quando percebemos a divisão existente entre o núcleo comum (ensino médio) e as disciplinas das áreas técnicas (ensino técnico) onde os professores disputam prestígio, número de vagas para contratação, espaço físico, equipamentos etc. A disputa por espaço institucional e pedagógico entre os cursos técnicos e os cursos superiores, também pode ser percebida e se caracteriza como uma marca no processo de construção do campo da educação profissional na constituição dos institutos.

Oliveira (2001) esclarece que isso se dá, principalmente, porque atualmente, o nível superior tornou-se uma aspiração da classe trabalhadora que vê nele, uma possibilidade de ascensão social e econômica.

O processo de transformação da ETF - PB em CEFET – Paraíba e logo depois em IFPB trouxe, em seu bojo, diretrizes, programas e até mesmo recursos financeiros e novos públicos que passaram a exigir uma nova estrutura e novas dinâmicas institucionais adequadas às necessidades dos cursos, atendimento acadêmico diferente do dispensado no modelo anterior, necessidade de mais interação entre os setores, maior demanda de recursos humanos e nova relação da Instituição com a comunidade; principalmente trouxe a necessidade, premente, de repensar a forma de se envolver e contribuir com o novo modelo de instituição que era proposto. Sob esse cenário, alterações bastante significativas tiveram que

ser introduzidas na estrutura e dinâmica do CEFET -PB, bem como na atividade de trabalho dos seus servidores.

A Instituição passou, subitamente, a oferecer distintos níveis e modalidades de educação, promovendo pesquisa e extensão e, por conta dessas múltiplas funções, surgiram no seu interior uma série de tensões provocadas por uma combinação de forças e processos, impactando a dinâmica rotineira e apontando para que se possa pensar que provocou uma consequente reconfiguração da identidade institucional.

Os IFEs foram caracterizados em sua lei de criação como: instituições de educação superior, básica e profissional, pluri curriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Com referência à formação superior, é necessário destacar que os institutos são equiparados às universidades, sendo regidos, regulados e avaliados da mesma forma, com autonomia para criar e extinguir cursos. A principal limitação existente consiste na obrigatoriedade em resguardar 50% das vagas para cursos técnicos e 20% para licenciaturas. Desta forma, é possível perceber que os IFEs são, por efeito de sua lei de criação, híbridos e que devem atuar em todos os níveis e modalidades, inclusive pós-graduação. Diante dos imensos desafios da educação, ciência, tecnologia e inovação no país, os institutos ainda buscam a sua identidade e procuram superar as dificuldades para consolidação integral da sua atuação em pesquisa e pós-graduação.

Profundamente arraigado desde o princípio de sua fundação, qual seja o de ensinar um ofício técnico com vistas a colocações no mercado de trabalho, muitos dos institutos ainda não oferecem as condições necessárias para se fazer pesquisa, ainda que atualmente esse cenário venha sendo, lentamente, alterado. Este cenário relatado acima demonstra as enormes dificuldades que os IFEs têm e terão de enfrentar para a consolidação do seu novo *Status*.

Assim, no contexto institucional, verifica-se que a imagem do IFPB tem passado por significativas transformações. De modelo institucional autorreferente e imagem tradicional de competência técnica profissionalizante para um modelo que tem requerido novos parâmetros de procedimentos técnicos e educativos. Ao Instituto tem se exigido cada vez mais, de um lado, uma expansão de vagas, acompanhada da diversificação do público atendido e, de outro, a “pressão” exercida em prol da manutenção de um bom desempenho nas avaliações institucionais, desafios que obrigam um permanente reinventar da formação e do trabalho.

O impacto de todas essas pressões (instituição, perfil discente) aponta para o quão complexo se apresentam os desafios no exercício da profissão dos servidores do IFPB na atualidade e apontam também para a necessidade de alteração profunda nos métodos de trabalho, pois há um espectro mais diversificado de estudantes, modalidades diversas, dentre outros fatores. Além disso, o produto do seu trabalho também deve ser submetido a um controle mais estrito e explícito, sob a forma de exames de qualidade e avaliações. Diante de todo esse contexto, tem sido debatida a reconfiguração da profissionalidade, a que chamemos de identidade, do servidor do IFPB e da própria instituição.

Gostaríamos de, neste ponto, sublinhar que estamos diante de um fenômeno social envolvendo a história das instituições e a trajetória social dos seus agentes. Os Institutos precisaram adquirir sentido para os seus agentes. Um fator preponderante que devemos levar em conta é o forte valor simbólico da antiga Instituição e que os agentes que nela permaneceram foram por ela moldados e talvez possamos mesmo achar que se trata de um “estigma de origem”, um elemento do imaginário coletivo cuja origem remonta ao início de sua fundação (1909), mas que ainda está presente nas representações sociais construídas por diferentes grupos sobre a educação profissional tecnológica.

Necessário se faz “passar” um pouco pelo documento intitulado: Manifestação Do Conselho de Dirigentes dos Centros Federais De Educação Tecnológica - CONCEFET. Neste documento de 2007, o Conselho de Dirigentes aborda a questão sobre o significado do termo Instituto e afirma que o termo instituto carrega vários significados:

[...] pode ser a designação de organizações de caráter educacional, acadêmico, cultural, artístico, profissional, esportivo, religioso, e outros ou ainda pode denotar expedientes regidos por normas, regulamentos, rituais (instituto do casamento, do pátrio poder, etc.). O complemento federal explica a sua natureza pública e o seu vínculo enquanto mantido pelo Governo Federal. No entanto, é na Educação, Ciência e Tecnologia que se revela o seu espaço de atuação e na função social a que está intrinsecamente visceralmente vinculada, que é possível compreender melhor a sua identidade. (CONCEFET, 2007, p. 3)

Ainda nos referindo ao documento do CONCEFET (2007), nele os dirigentes se indagam sobre a proposta de criação dos IFEs afirmando:

A proposta de criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia – IFET, segundo o Decreto No 6.095, de 24 de abril de 2007, tem endereço: A Rede Federal de Educação Tecnológica e os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET; no que pese esta referência traduzir a origem e conferir algum significado aos IFET, ela é insuficiente para compreender a proposta na sua totalidade. Neste sentido é natural que se pergunte o porquê da proposição se, o reconhecimento social dos CEFET

faz destes um dos melhores exemplos brasileiros de experiência bem sucedida enquanto instituição pública voltada pra a qualificação profissional. Que singularidades há nos IFET que pode conferir a estas instituições a capacidade de tornar substantivo o seu papel? (CONCEFET, 2007, p. 3)

Esta última indagação: “Que singularidades há nos IFET que pode conferir a estas instituições a capacidade de tornar substantivo o seu papel?” (CONCEFET, 2007, p. 3) fica pairando no ar implorando por uma resposta desde que se deu a transformação.⁴

Alguns elementos podem ser citados como dimensão da transformação: a reformulação curricular que se processou no seu interior; um universo de atuação muito maior para potencializar os esforços no sentido de mudar uma realidade local considerando como espectro as potencialidades das mesorregiões; reestruturação organizativa da Educação Profissional e Tecnológica deve ser realizada também em função das novas demandas colocadas pelo atual contexto histórico e regional visando incorporar setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil; incorporam novos requerimentos da sociedade e estes passam a atender novas demandas; o novo escopo que então passou a ser delineado permite o desenvolvimento do ensino profissional e tecnológico em diferentes setores do conhecimento para diferentes áreas do mundo do trabalho.⁵ Além da formação nas diferentes áreas profissionais em níveis técnico e tecnológico, a legislação dispõe, ainda, sobre a formação de professores para “ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas

⁴ Neste documento, o CONSELHO DE DIRIGENTES se manifesta em relação à proposta de criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia - IFET, cuja principal referência, no momento, é o Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Este documento é fruto dos debates, no âmbito do CONCEFET, que sucederam a apresentação da proposta de criação dos IFET dentre as medidas contidas no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE do II Governo do Presidente Luiz Inácio Lula e representa o sentimento dos Diretores Gerais de que a nova construção institucional pode melhor traduzir o significado da Educação Profissional e Tecnológica enquanto modalidade potencializadora do indivíduo no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimento a partir de uma prática interativa com a realidade.

⁵ Através da Resolução CNE/CEB nº 04/99 ficam instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico, configurando um quadro com 20 áreas profissionais. Adiante, em 2001, com a edição pelo Conselho Nacional de Educação do Parecer CNE/CES Nº 436 de 2 de abril de 2001, essa orientação passa a vigorar também para o ensino superior de tecnologia que adota as mesmas áreas para este nível de ensino.

científica e tecnológica” (Decreto Nº 5.224, Artigo 4º, inciso VII), ganhando a condição de Universidade *stricto sensu*, ou seja, a universidade do ensino profissional e tecnológico; e a recomposição do quadro de pessoal para atender às novas atribuições.

Além desses elementos citados acima, os IFEs passaram a apresentar outra característica dentre as instituições educacionais: a flexibilidade curricular de verticalização da formação do estudante a partir da educação de nível médio integrada à educação profissional de nível técnico, e essa articulada com a graduação tecnológica, com as especializações e com a pós-graduação.

E, ainda, através dos eixos temáticos dos conteúdos curriculares, deve ser incentivado o trabalho de pesquisa e a investigação científica, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos que constituem o patrimônio da humanidade. Articuladas com essas atividades surgem naturalmente as ações de extensão garantindo a qualidade e legitimidade do trabalho acadêmico, a liberdade intelectual e a produção e divulgação de resultados, favorecendo a constituição de parcerias e acordos de intercâmbios com entidades, empresas e centros de excelência do país e do exterior.

O documento do CONCEFET (2007) afirma:

...a rede federal de educação tecnológica traz para dentro de seu lócus o compromisso com uma população diversificada, em diferentes estágios de formação, com desafios de vida cada vez mais complexos, cidadãos que alimentam expectativas bastante promissoras de vida. Cabe ressaltar, no entanto que, por sua trajetória histórica, essas instituições possuem uma identidade com as classes menos favorecidas e com um trabalho no sentido da emancipação. (CONCEFET, 2007, p. 18).

No intuito de agregar valor ao tema em tela, o estudo volta-se para a discussão da Identidade institucional considerando a trajetória e experiência do IFPB em seu novo modelo de gestão após a transformação em Instituto Federal de Educação, pretendendo abordar a importância da definição e vivência da identidade, seus desafios, seu processo de desenvolvimento e transformações.

Tendo em vista as questões do presente estudo, a principal preocupação foi definir um percurso metodológico que correspondesse aos objetivos propostos. Pretende-se, no próximo capítulo, formular tal percurso de maneira que este forneça parâmetros para análises que permitam avaliar em que medida, no discurso dos atores principais, estes foram afetados pela transformação.

CAPITULO IV – TRILHAS METODOLÓGICAS: O CAMINHO PERCORRIDO NA PESQUISA

Este capítulo tem como principal objetivo apresentar o quadro metodológico da investigação, e quais foram as opções metodológicas que nortearam este estudo.

Inicialmente, faremos uma breve descrição dos motivos pelos quais surgiu o interesse pelo tema e como se delimitou a questão chave a ser investigada, assim como os procedimentos necessários para a sua aplicação, os aspectos principais para operacionalizar o estudo e os procedimentos a serem utilizados na coleta dos dados, por fim, indicar-se-á o processo a se utilizar no tratamento e na análise dos mesmos.

O trabalho em questão tem como campo empírico o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). A rede federal de educação técnica e tecnológica do Brasil passou por um intenso processo de expansão nunca antes visto em sua história. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. De 2003 a 2010, 214 novas instituições foram previstas no plano de expansão da rede federal de educação profissional e criadas, além de outras escolas federalizadas. O governo brasileiro anunciou investimentos da ordem de R\$1,1 bilhão na expansão da educação profissional. Atualmente, são 562 unidades.

Nosso interesse em pesquisar essa temática está relacionado ao movimento expansionista da rede federal de educação profissional e tecnológica vivido, nos últimos anos, no Brasil e compreender a teia que envolveu essa transformação e as mudanças decorrentes no contexto de criação de um novo modelo institucional quando da publicação do Decreto nº 5.154/04 e da Lei nº 11.892/08 de criação dos Institutos Federais de Educação.

A nova Instituição criada passou, subitamente, a oferecer distintos níveis e modalidades de educação, promovendo pesquisa e extensão. Por conta dessas múltiplas funções, nelas surgiu uma série de tensões provocadas por uma combinação de forças e processos, impactando a dinâmica rotineira e provocando uma consequente reconfiguração da sua identidade.

Esse recorte trouxe à tona a discussão da formação da identidade institucional, de uma “nova identidade” advinda das implicações políticas e sociais decorrentes da mudança.

Propusemo-nos a analisar então, considerando a visão e o discurso dos atores mais sensíveis aos processos de mudança, como estes as percebiam na instituição no período entre

2003 a 2010. O objeto de investigação suscitou algumas questões: que relações os servidores têm estabelecido entre si e com os demais no processo de implantação do novo desenho institucional do IFPB? Como os servidores têm enfrentado as inovações e as dificuldades advindas da nova configuração institucional? Como os servidores percebem a Instituição atualmente?

A partir desses questionamentos, estabeleceu-se a pergunta central que se quer responder nesta pesquisa: como se configura a Identidade Institucional do IFPB, num contexto de mudança no desenho institucional, tendo como referência a visão dos atores da instituição?

O problema identificado culmina no objeto da atual da pesquisa, que seria a investigação da identidade institucional do IFPB no âmbito de criação de um novo modelo institucional, que requer novos saberes para orientar o fazer profissional.

O objetivo central do estudo foi analisar a política pública de transformação do Sistema Federal de Educação Profissional no período 2003 a 2010, e suas repercussões na reconfiguração identitária, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), a partir da visão dos seus atores.

O estudo incluiu ainda os cinco objetivos específicos seguintes: examinar os documentos-base da mudança ocorrida entre os anos 2003 a 2010 no IFPB; identificar os elementos que constituem a identidade organizacional do IFPB, de acordo com a visão de atores envolvidos; identificar os saberes que foram convocados, criados ou recriados pelos servidores para construir as referências necessárias à sua nova atividade de trabalho.

4.1.Método de Abordagem

A metodologia se configurou na análise qualitativa através do método fenomenológico, visando revelar os significados contidos nos depoimentos pessoais dos entrevistados.

Moreira (2002) ressalta que “o método fenomenológico enfoca os fenômenos subjetivos na crença de que verdades essenciais acerca da realidade são baseadas na experiência vivida. (...) O que interessa é a experiência vivida no mundo do dia-a-dia das pessoas” (p. 108).

A sua aplicação no campo da pesquisa tem a ver com o interesse do pesquisador naqueles significados que são atribuídos pelos sujeitos pesquisados e às percepções que eles têm daquilo que está sendo estudado. A pesquisa fenomenológica busca construir uma

compreensão acerca do fenômeno através da captação da intencionalidade (da experiência intencional, vivida) que aparecem nos relatos dos sujeitos. O sujeito é considerado como um “atribuidor de sentido” às situações vivenciadas em seu cotidiano, e não um ente que apenas repete ideias adquiridas de forma mecânica. A compreensão dos sentidos atribuídos ao fenômeno é que se pretende alcançar através do método fenomenológico. Ele permite a descoberta de certos determinantes sobre os sujeitos e sobre a situação abordada, ou seja, a expressão da vivência (Martins & Bicudo, 2005). Em síntese, o pesquisador busca compreender o sentido revelado na descrição da experiência.

É a análise dessa descrição que permitirá conhecer as relações intrínsecas à experiência. Assim, eu tenho um tema que é meu objeto de interesse, e me aproximo dele com uma pergunta que vai permitir o conhecimento dos elementos que fundam aquela vivência: as unidades de sentido.

A descrição tem um papel primordial na pesquisa fenomenológica, pois é um processo de descoberta e como possuidora de uma função de tornar visíveis os elementos que constituem o fenômeno em estudo. Portanto, na presente pesquisa, essa abordagem descritiva permitirá a apreensão dos aspectos da identidade institucional nas vozes dos sujeitos.

Amatuzzi (2001) afirma que qualquer forma de expressão humana pode se constituir num depoimento. Entretanto, o que caracteriza o método fenomenológico não é a forma do depoimento, mas o modo como lemos essa expressão e que qualquer tentativa de abordar a vivência já é uma forma de atribuir-lhe um significado.

Assim, “a pesquisa fenomenológica pretende voltar ao vivido [vivência], não negando as elaborações que se fazem a partir dele, mas colocando-as provisoriamente entre parênteses, para revê-las, depois, à luz daquela fonte primeira” (AMATUZZI 2001, p. 55).

Podemos concluir, portanto, que é através dos depoimentos (relatos verbais), enquanto manifestações dos sentimentos, pensamentos e ações implícitos na vivência, que temos acesso a ela.

Diz o autor:

A luz sob a qual se lê o depoimento é, então, uma luz que permite atravessar a materialidade empírica do próprio depoimento, chegar ao vivido [vivência] que ele expressa, e depois, abstraindo-se do contexto concreto deste sujeito, buscar os significados gerais em relação à existência humana problematizada pelo pesquisador. (AMATUZZI, 2001, p. 60).

4.2. Tipo de pesquisa quanto aos objetivos

Considerando o conjunto de objetivos deste trabalho, o tipo de pesquisa é o descritivo. Segundo Lakatos e Marconi (2010, p.59), a pesquisa descritiva é aquela que descreve, registra, analisa e interpreta fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente. Visa proporcionar maior familiaridade com o problema para torná-lo claro ou construir hipóteses para a realização de novas pesquisas. A pesquisa descritiva também é descrita por vários autores como aquela cuja finalidade é analisar as características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas ou o isolamento de variáveis chaves; os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles. Portanto, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador.

4.3.Procedimentos Técnicos

Na realização da pesquisa, adotamos uma série de procedimentos que irão contribuir para o cumprimento de nossos objetivos, com destaque para a pesquisa bibliográfica e documental.

Bibliográfica, pois terá como instrumento de coleta de dados a revisão de literatura de diversas obras já escritas a respeito da temática. Buscamos respaldo bibliográfico em obras de autores como Frigotto (2005), Ciavatta (1992), Luiz Antônio Cunha (1995), Machado (2005), Márcio Pochmann (2004), Caldas e Wood Jr (1999), Coraggio (1996), Kuenzer(2000) Habermas (1980), Luckmann (1982), Machado entre outros, nos utilizando também de artigos científicos de temáticas afins com este trabalho. Também realizamos levantamento acerca da produção acadêmica sobre nossa temática, direcionando nossas buscas para os seguintes descritores: desenvolvimento, educação profissional e expansão dos institutos federais de educação e identidade organizacional.

Marconi e Lakatos (2010) observam que este tipo de pesquisa implica levantamentos de dados de diversas fontes, independentemente dos métodos ou técnicas utilizadas que darão embasamento para o assunto de interesse.

A análise documental foi outro instrumento utilizado, neste estudo, apenas para auxiliar na compreensão dos fatos relatados e enriquecer a interpretação dos mesmos. Nossas principais fontes de pesquisa documental foram os documentos do governo brasileiro relativos à educação e expansão da rede federal de EPT, tais como legislação referente à educação profissional e tecnológica, a relatórios do MEC/ SETEC, informativos governamentais acerca da educação profissional.

Essa pesquisa trata-se de um estudo de caso. Para Godoy (1995, p.62) o estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular. Um estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

4.4.Enfoque Predominante

Quanto à abordagem, a estratégia escolhida para realizar este trabalho foi a qualitativa, assim caracterizada por Godoy (1995):

A pesquisa qualitativa considera que existe um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. O ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador é fundamental (GODOY, 1995, p. 62).

Minayo, Deslandes e Gomes (2009, p. 21-28) afirmam que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, com um nível de realidade que não pode ou não deve ser quantificado. Transita no universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. O universo da produção humana, resumido no mundo das representações e intencionalidades, é o objeto da pesquisa qualitativa, dificilmente traduzido em números e indicadores quantitativos.

A análise qualitativa não deve ser apenas uma mera classificação de opinião dos entrevistados, mas antes de tudo a descoberta de seus códigos sociais interpretados à luz da teoria contextualizada pelo pesquisador.

A pesquisa qualitativa, em resumo, procura dar respostas aos aspectos da realidade que não podem ser quantificados e trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, opiniões, simbologias, crenças, valores e atitudes. Porém, num mundo dos significados e das relações humanas, os dados quantitativos e qualitativos se complementam. Pode ser quantificada através da identificação de categorias e realização de análise frequencial, na perspectiva de análise de conteúdo, Bardin (2009, p.49).

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos. Sendo aquela que busca entender um fenômeno específico em profundidade. Ao invés de estatísticas,

regras e outras generalizações, a qualitativa trabalha com descrições, comparações e interpretações. Ela lança mão de instrumentos e técnicas abertas que permitam a compreensão e análise qualitativa do estudo como: entrevista, observação, grupo focal, história de vida.

O objetivo da pesquisa qualitativa, segundo Martinelli (1999, p.21) é trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado. Não é só a visão de pesquisador que é importante, mas também o que o sujeito tem a dizer em relação ao problema.

Na abordagem qualitativa há interesse especial no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas, no que as pessoas experimentam e no modo como interpretam suas experiências, assim como estruturam o mundo social em que vivem.

A investigação, na pesquisa qualitativa, reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os sujeitos do estudo. Reconhece a singularidade do sujeito, sendo primordial o reconhecimento da importância da experiência social do sujeito e o conhecimento do seu modo de vida, o que pressupõe o conhecimento de sua experiência social.

4.5. Instrumento de Coleta

Reconhecemos neste trabalho que entrevistas são fundamentais quando se precisa mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Quando bem realizadas, permitem que se faça uma espécie de mergulho em profundidade, para coletar indícios dos modos como cada sujeito pesquisado percebe e significa sua realidade. Permitem, outrossim, que se levantem informações consistentes para que possam descrever e compreender a lógica das relações que se estabelecem no interior de um dado grupo, o que, em geral, fica mais difícil de se obter com outros instrumentos de coleta de dados. Reconhecendo ainda que este instrumento possa fornecer material empírico rico e denso é que se definiu a entrevista semiestruturada como instrumento que melhor se adequaria à obtenção dos dados do presente estudo.

A entrevista é definida por Haguette (1997, p.191) como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”.

Porém, o instrumento ora definido demanda preparo teórico e competência técnica por parte do pesquisador. Realizar entrevistas, sobretudo se forem semiestruturadas ou abertas, não é tarefa fácil, estabelecer um contato de forma a “provocar” um discurso mais ou menos

livre, mas que atenda aos objetivos da pesquisa e que seja significativo no contexto investigado e academicamente relevante é uma tarefa bem mais complexa do que parece à primeira vista.

O pesquisador tem que intervir no momento que achar oportuno, ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o entrevistado se distancie do tema ou tenha dificuldades com ele, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.

Entrevistas semiestruturadas são os instrumentos de coleta para investigar a percepção dos atores sobre o assunto em questão, cujo roteiro será construído com base no referencial teórico do presente trabalho. Esse tipo de estratégia busca compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, como é o caso do presente estudo, cujo objetivo é dar voz aos atores do processo de transformação ocorrido no IFPB.

As entrevistas devem ser gravadas, transcritas e submetidas à análise de conteúdo.

Para que se tenha a oportunidade de coletar informações que permitam atingir os objetivos propostos, foram selecionados três Gestores, 02 Servidores Técnicos da área pedagógica, 01 representante do sindicato, que faziam parte do quadro de pessoal entre 2003 a 2010. Para esta seleção, foi levado em consideração aqueles os quais possuíam maior conhecimento acerca da Instituição, sendo selecionados aqueles que lidavam mais diretamente com as decisões ocorridas com a transformação. A escolha dos sujeitos ocorreu também de acordo com o procedimento da amostragem intencional, proposto por Thiollent (2000), segundo o qual os sujeitos são escolhidos por se revelarem com maiores chances de abordar o tema que se quer investigar.

Para proteger a identificação garantir o sigilo e impessoalidade em relação aos entrevistados, foi estabelecido um código de identificação, composto pela letra G maiúscula e os números 1,2,3,4,5,6.

No quadro a seguir está demonstrado os sujeitos entrevistados, sua função e a codificação utilizada no trabalho.

Entrevistado	Função/atividades	Código
Gestor	Diretor do Cefet no período de transição entre 2003-2008	G1
Gestor	Pró-Reitor de Ensino período 2003 - 2010	G2

Pedagogo	No período de transição entre 2003-2010	G3
Pedagogo	No período de transição entre 2003-2010	G4
Representante do Sindicato	No período de transição entre 2003-2010	G5
Gestor	Reitor período 2008- 2010	G6

Quadro 3 Sujeitos entrevistados, sua função e a codificação

Fonte Construído pelo pesquisador

4.6. Análise de Conteúdo

Qualquer que seja a técnica de análise de dados que for escolhida pelo pesquisador ela significa uma metodologia de interpretação, possuindo procedimentos peculiares, envolvendo a preparação dos dados para a análise. A análise de conteúdo, assim como outras técnicas, também apresenta certas nuances bem peculiares.

Analisar entrevistas, assim como realizá-las, exige muito cuidado com a interpretação, a construção de categorias e a análise do material empírico. A imparcialidade é condição indispensável para não ser tendencioso. Tendencioso aqui significa inferir dos dados coletados apenas aqueles elementos que confirmem as hipóteses de trabalho e/ou os pressupostos das teorias de referência. É preciso estar muito atento em relação à interferência da subjetividade e ter consciência para assumir esse viés como parte do processo de investigativo.

Em relação à escolha do procedimento de análise de dados:

A decodificação de um documento pode utilizar-se de diferentes procedimentos para alcançar o significado profundo das comunicações nele cifradas. A escolha do procedimento mais adequado depende do material a ser analisado, dos objetivos da pesquisa e da posição ideológica e social do analisador (CHIZZOTTI, 2006, p. 98).

Os dados em si constituem apenas dados brutos, que só terão sentido quando forem trabalhados de acordo com uma técnica de análise apropriada.

Para Flick (2009), a análise de conteúdo, além de realizar a interpretação após a coleta dos dados, desenvolve-se por meio de técnicas mais ou menos refinadas.

Para Minayo (2001, p. 74), a análise de conteúdo é “compreendida muito mais como um conjunto de técnicas”. Na visão da autora, constitui-se na análise de informações sobre o comportamento humano, possibilitando uma aplicação bastante variada, e tem duas funções:

verificação de hipóteses e/ou questões e descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos. Tais funções podem ser complementares, com aplicação tanto em pesquisas qualitativas como quantitativas.

O processo de análise de dados em si envolve várias etapas para auferir significação aos dados coletados. Bardin (2009) organiza-o em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise é a fase em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Trata-se da organização propriamente dita por meio de quatro etapas: (a) leitura flutuante, que é o estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer o texto; (b) escolha dos documentos, que consiste na demarcação do que será analisado; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise (BARDIN, 2009, p.95).

A análise de conteúdo é portanto, "um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens" (Bardin, 2009, p. 44).

O que a técnica propõe é analisar o que é explícito no texto para obtenção de indicadores que permitam fazer inferências. Bardin (2009) enfatiza que a análise de conteúdo tem por objetivo a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem. A partir de leituras minuciosas dos textos, buscam-se elementos comuns e divergentes, que possibilitam estabelecer relações e promover compreensões acerca do objeto de estudo.

Assim depois de uma primeira leitura das entrevistas, com o intuito de codificar (salientar, classificar, agregar e categorizar) chegou-se a matriz para análise desta pesquisa. Quando três categorias foram estabelecidas, conforme a figura

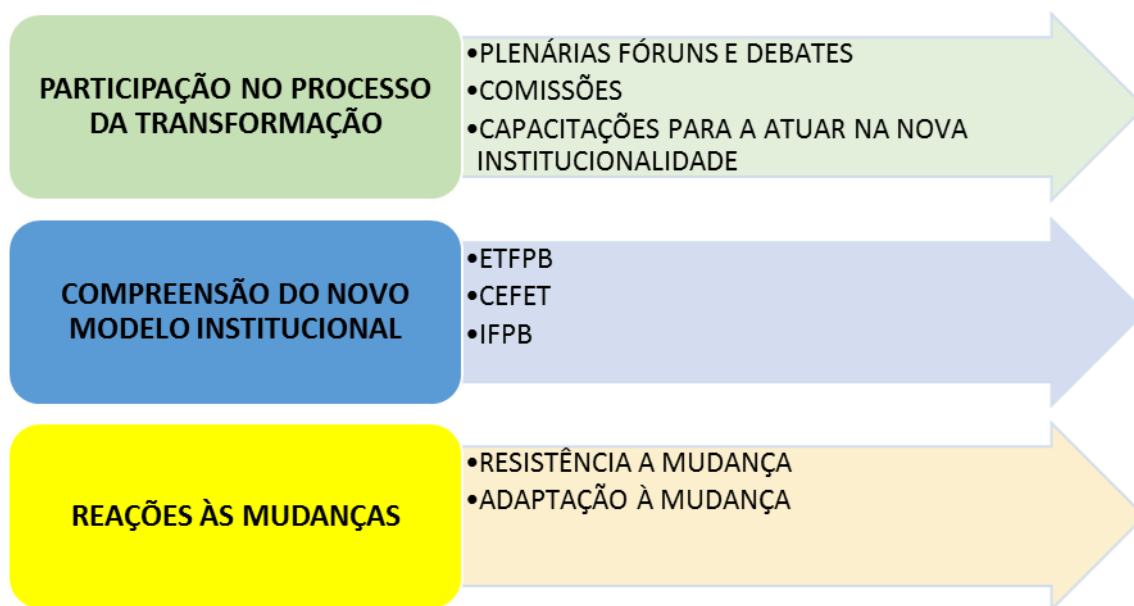


Figura 6. Matriz para análise da pesquisa.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

V. ANÁLISE DOS DADOS : RELATOS DA PESQUISA

Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos, para sabermos o que seremos. Paulo Freire, 1985.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFEs – nasceram da transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs – os quais, se originaram da transformação das Escolas Técnicas Federais que eram as escolas de Aprendizizes e Artífices, criadas por Nilo Peçanha em 1909.

A Lei 11.741, de 16 de julho de 2008 altera o art. 39 da LDB, substitui o termo educação profissional por educação profissional e tecnológica (EPT), que abrange todos os níveis e modalidades da educação nacional. Esta Lei sela o destino para a publicação da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que “Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia” (BRASIL, 2008c).

Um fato curioso de observar é o uso do verbo “cria”, ao invés de “transforma”, o que demonstra a vontade de fazer nascer uma nova institucionalidade, bem diferente do que existia na REDE. Isso do ponto de vista jurídico ou simbólico, pode até ter sido válido,

significando que havia a necessidade de criar uma identidade própria, inovadora, distinta das múltiplas identidades que compunham o mosaico institucional da REDE. Porém se levarmos em conta a tradição histórica dessas Instituições, “criar” se torna um termo é impróprio, pois estas “novas” instituições simbolizam o resultado de um processo de transformação institucional que se desenrolou por 100 anos.

Para a criação dos Institutos Federais usou-se como argumento a afirmação de que essa modalidade de educação vem sendo considerada como fator estratégico não apenas na compreensão da necessidade do desenvolvimento nacional, mas também como um fator para fortalecer o processo de inserção cidadã para milhões de brasileiros. (MEC,2008). O documento – Concepções e Diretrizes (MEC, 2008) ressalta a dimensão simbólica dessa nova institucionalidade, quando afirma:

Os Institutos Federais trazem em seu DNA elementos singulares para sua definição identitária, assumindo um papel representativo de uma verdadeira incubadora de políticas sociais, uma vez que constroem uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade. (MEC, 2008, p.22)

A inovação prometida com a criação dos Institutos no entanto foi representada por alguns poucos aspectos distintos quanto às finalidades e objetivos institucionais já inerentes aos CEFETs.

Não seria exagero afirmar que a educação foi considerada, e ainda é, como possibilidade de mobilidade social e como meio de oportunidades iguais no que se refere ao campo de produção. Seriam os Institutos Federais o *lócus* de construção de possibilidades de mudanças?

Nos documentos oficiais vemos claramente a afirmação de que os Institutos são aqueles os quais podem “redimir” os males sociais da sociedade em que vivemos, no sentido de diminuir as desigualdades sociais e permitir, por meio da educação, o acesso ao trabalho e renda. Apesar de o novo desenho institucional abrir caminhos para que isso se consolide, ainda há no interior das instituições, concepções e práticas que se conflitam com a ideia de uma educação emancipatória e de um país mais democrático. Isto porque a instituição está imersa numa sociedade neoliberal em que as ideias de globalização, multiculturalismo, “oportunidade para todos”, se propagam, mas ao mesmo tempo, vemos o crescimento da precarização do trabalho, dos salários, da insegurança social como motor privilegiado da atividade econômica. (BOURDIEU; WACQUANT, 2004).

Pacheco afirma:

O Instituto Federal aponta para um novo tipo de instituição, identificada e pactuada com o projeto de sociedade em curso no país. Representa, portanto, um salto qualitativo em uma caminhada singular, prestes a completar cem anos. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social. (PACHECO, 2010, p. 12)

A proposta político-pedagógica, dos Institutos Federais foi a oferta da educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como, programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*, enfocando, também, a formação inicial e continuada de trabalhadores. Para tanto, a transversalidade e a verticalização foram dois aspectos que contribuíram para a singularidade do desenho curricular dos cursos ofertados pelos Institutos Federais. A organização curricular dos cursos, foi organizada por eixo tecnológico, porque a ênfase foi dada às bases tecnológicas e conhecimentos científicos associados a determinados processos, materiais, meios de trabalho, dentre outros.

Ademais, a perspectiva da verticalização parece ter sido um elemento inovador na proposta dos Institutos Federais uma vez que concebeu o conhecimento de forma integrada e verticalizada, o que exigiu do professor uma postura diferente, para superar o modelo hegemônico disciplinar.

Focando nossas atenções na investigação de nosso problema de pesquisa, com foco na reconfiguração da identidade dos Institutos Federais apresentaremos a seguir uma breve análise de alguns dos principais artigos do texto original da Lei 11.892/08.

A Portaria MEC/SETEC N° 116 (BRASIL, 2008) de 31 de março de 2008 apresentou o resultado da Chamada Pública, e em junho de 2008, foi lançado o documento “Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia” (MEC/SETEC, 2008) que apresentava “Os fundamentos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O Poder Executivo, então, apresentou ao Congresso Nacional Projeto de Lei que propunha a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o PL 3.775/2008 (BRASIL, 2008). A Lei foi aprovada pelo Congresso Nacional, como a Lei

11892/2008(BRASIL, 2008), e entrou em vigor em dezembro de 2008, dando início a reorganização na rede federal de educação profissional.

O marco inicial legal portanto para a concretização da Reforma, foi o Decreto 6.095/07, que estabelecia a criação dos Institutos Federais e as normas para a transformação dos 33 CEFETs, 36 Escolas Agrotécnicas, 32 Escolas Vinculadas às Universidades Federais e a Escola Técnica Federal de Palmas em campi desses Institutos. No Decreto fica explícito o projeto de organização de uma rede federal com nova engenharia organizacional, que seria montada a partir da “agregação voluntária” das instituições já existentes, à nova instituição – os Institutos Federais. As instituições de educação profissional foram “convidadas”, pela Chamada Pública MEC/SETEC 002/07, a aderir à nova instituição, no prazo de 90 dias. Em julho de 2008, deu entrada no Congresso Nacional a Mensagem 513, assinada pelo presidente da república, encaminhando o Projeto de Lei 3.775, que daria uma nova conformação à rede federal e criaria os IFs. O Projeto foi aprovado em dezembro de 2008, dando origem à Lei 11.892.

Em 12 de dezembro de 2007, o Ministério da Educação realizou a Chamada Pública MEC/SETEC 02/2007, para receber, num prazo de 90 dias, as propostas de constituição dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Como resultado os Institutos Federais foram criados pela Lei nº 11.892/2008, e fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela mesma Lei, vinculados ao Ministério da Educação.

Apesar dessa proposta ter sido opcional, o fato que fica muito claro é que muitas “restrições” estavam implícitas para as instituições que não aderissem à Chamada Pública, como: dificuldades na realização de novos concursos, não autorização para a criação de novos cursos, diminuição do orçamento etc.

O governo, na nossa análise, foi o personagem principal que orquestrou o processo o tempo todo, de forma mesmo que implícita, autoritária, porque toda a opção de escolha tinha “punições” para quem não fizesse a opção pelo que o governo recomendava.

Com a transformação em IF, agrupa-se um conjunto de Escolas que foram denominadas *Campus* com uma Reitoria responsável pela gestão em relação ao Ministério da Educação.

A expansão como podemos observar no gráfico 1, se deu de forma muito rápida, de 140 unidades preexistentes até 2003, atingiu em 2014, 562 unidades, beneficiando 512 municípios, com uma taxa de crescimento de 301,4%.

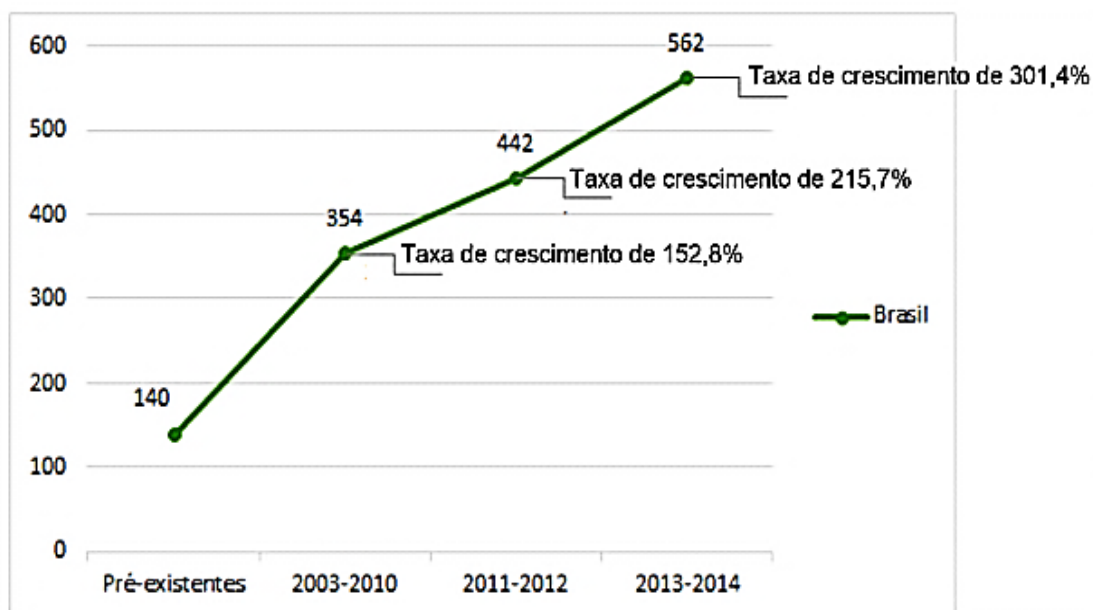


Gráfico 1 Expansão das unidades dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia no Brasil, período de 2003 a 2014.

Fonte: MEC/SETEC/SISTEC

No gráfico 2 podemos observar a expansão das unidades dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia no Brasil, período de 2003 a 2014, indicando a taxa de crescimento por região.

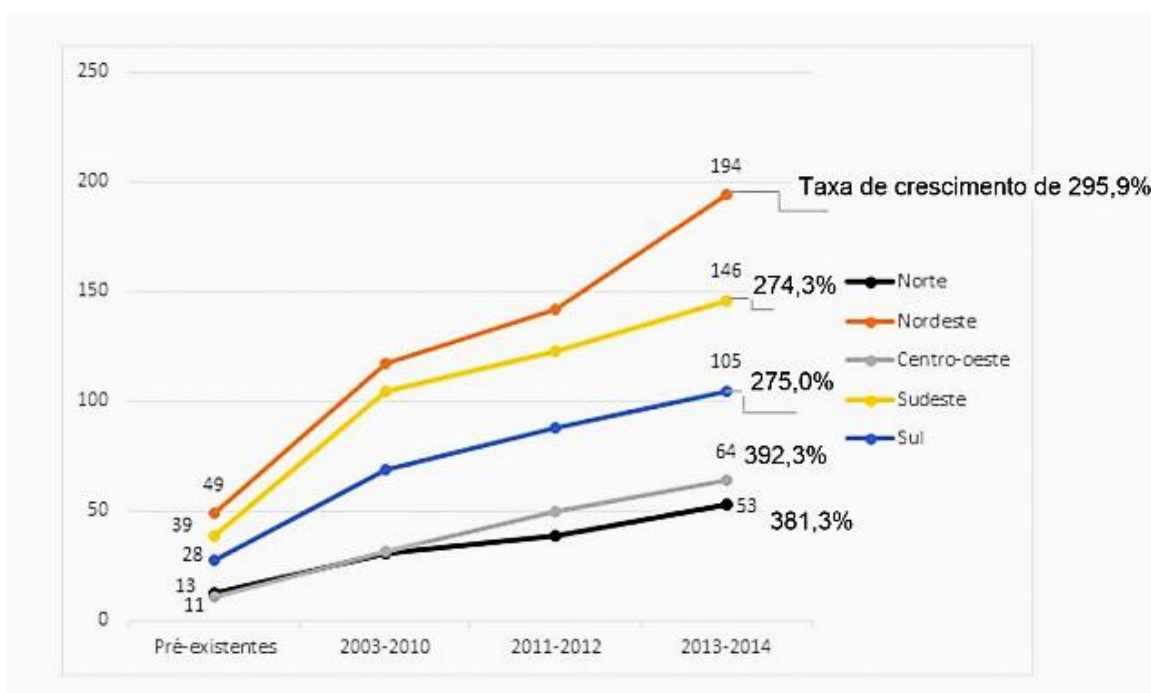


Gráfico 2 Expansão das unidades dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia no Brasil, período de 2003 a 2014. Taxa de Crescimento por região.

Fonte: MEC/SETEC/SISTEC

Com a expansão, podemos destacar, que os maiores percentuais de crescimento da foram os da região Centro-Oeste: 392% (trezentos e noventa e dois por cento), seguido pela região nordeste com uma taxa de crescimento de 381,3%(trezentos e oitenta e um por cento).

Os Institutos são autônomos, possuem uma estrutura *Multicampi*, cada *campus* possui certo grau de autonomia, que configura a territorialidade como uma dimensão essencial ao cumprimento da sua função social. Esse novo modelo de gestão requer, porém, uma estrutura administrativa que se congregue nas Reitorias. Além do gabinete, pró-reitorias e diretorias de atuação sistêmica, esses órgãos tem a função de trabalhar matricialmente vinculados às unidades afins dos *Campi*. Cada *Campus*, por sua vez, é responsável pela execução dos objetivos finalísticos institucionais, e necessita de uma estruturação, para através da associação da departamentalização funcional e a matricial – viabilizar o diálogo e interação dos departamentos da área acadêmica com as unidades operacionais dos demais departamentos das áreas de administração, de apoio ao ensino, de extensão e de pesquisa.

Na realidade, o arranjo situacional dos Institutos Federais caracteriza-se como próprio de uma estrutura em rede, para integrar sistemicamente diversas organizações de ensino através de um núcleo central – no âmbito nacional, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, e no espaço regional, os vários *Campi*, através de uma Reitoria (FERNANDES, 2009: p.3).

Com vistas a entender o que foi modificado dentro da Instituição, mesmo não sendo o objetivo principal deste estudo, temos o entendimento de que a primeira etapa para melhor elucidar como a comunidade percebeu a transformação ocorrida é comparar, mesmo que de forma superficial, o que aconteceu de novo para o trabalho das Instituições.

O Quadro 4 resume os objetivos pelos quais foram criados pela Lei 11892/2008 com os dispositivos legais que implantaram os Centros Federais de Educação Tecnológicas, em especial o Decreto 5224/2004, e o Decreto 7.566, de 23 setembro de 1909, com o objetivo de identificar semelhanças e diferenças estabelecidas na legislação que trata das referidas Instituições.

OBJETIVOS DAS ETFS	OBJETIVOS DOS CEFETS	OBJETIVOS DOS IFS
Formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendem aprender um ofício.	Ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, (...) Ministrar ensino médio, observada a demanda local e regional.	Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados
Oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário.	Ministrar educação de jovens e adultos;	Ministrar educação profissional técnica de nível médio para o público da educação de jovens e adultos;
	Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, em todos os níveis e modalidades de ensino. (...) ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos;	Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
	Realizar pesquisas aplicadas (...) estendendo seus benefícios à comunidade;	Realizar pesquisas aplicadas (...) estendendo seus benefícios à comunidade;
	Promover a integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, mediante ações	Desenvolver atividades de extensão (...) em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de

	interativas que concorram para a transferência e aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada;	conhecimentos científicos e tecnológicos;
	Estimular e apoiar a geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento local e regional;	Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
	Ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica. Ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;	Ministrar em nível de educação superior: cursos superiores de tecnologia, cursos de licenciatura e programas de formação pedagógica (sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional), bacharelado, engenharia e pós-graduação;

Quadro 4 Objetivos das Escolas Técnicas, dos CEFETs, dos Institutos Federais.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador baseado nas: Lei 81192/2009, Decreto 5224/2004, Decreto 7.566, de 23 setembro de 1909.

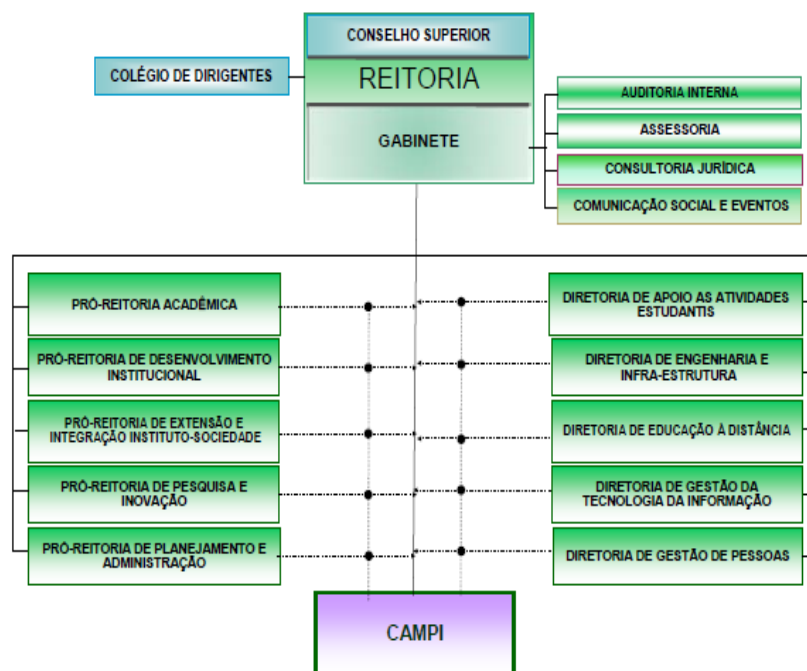
Nos objetivos, praticamente não se percebe diferenças, conforme pode ser observado no Quadro 4, quanto da comparação entre IFS e CEFETs.

Os Institutos são definidos como Instituições de Ensino Superior, básica e profissional, e os CEFETs eram definidos como Instituições especializadas na oferta de educação profissional nos diversos níveis de ensino. A diferença é o fato de a legislação, definir os IFEs como instituições de ensino superior, o que antes aparecia somente de forma dissimulada na expressão “diversos níveis de ensino”. Ambas ficam, portanto, caracterizados como especializados na oferta de Educação Tecnológica, e para os Institutos, o termo Educação Profissional também aparece na legislação.

Na estrutura organizacional os IFEs mudam pouco em relação aos CEFETs. Porém no Estatuto dos Institutos surge a composição e as atribuições do Conselho Superior, instância máxima da Instituição, ausente nos CEFETs.

Embora o modelo de Pró-reitorias do IFE seja, aparentemente, semelhante às Diretorias Sistêmicas do CEFET, foi implantado um modelo de gestão diferente do que era aplicado nos CEFETs, que era composto de uma Unidade Sede, a qual centralizava os recursos financeiros administrativos e Unidades Descentralizadas, e apresentavam uma autonomia administrativa.

No quadro 5 se pode observar o modelo referencial da estrutura administrativa para Reitoria dos Institutos Federais adotado, a forma como a organização se articulou para desenvolver suas atividades.



Modelo referencial de estrutura administrativa para Reitoria dos Institutos Federais

Quadro 5 Modelo Referencial da estrutura administrativa para Reitoria dos Institutos Federais.

Fonte: MEC

Os *campi*, são as unidades de execução da ação educacional, responsáveis pelo cumprimento dos objetivos finalísticos do Instituto Federal, necessitam de uma estrutura administrativa híbrida, através da associação da departamentalização funcional e da matricial – que viabiliza o diálogo e a interação dos departamentos da área acadêmica com as unidades operacionais dos departamentos das áreas de administração, orçamento e finanças, de apoio ao ensino, de extensão e integração instituto-sociedade, de pesquisa e inovação e de gestão de unidade produtiva. As diferentes dimensões e especificidades dos *campi* espalhados por todo o país implicam variados tamanhos de estruturas administrativas, em função dos quantitativos de cargos de direção e de funções gratificadas disponíveis para cada Instituto Federal.

Quanto a regulação, supervisão e avaliação, o Decreto 5.773/2006 equiparava os CEFETs aos Centros Universitários, porém “para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.” (BRASIL, 2008) e os parâmetros nacionais de avaliação da Universidade é mais rígido que dos Centros Universitários.

Quando analisamos as características e finalidades, encontramos algumas diferenças significativas entre os IFEs e os CEFETs.

No Decreto 5224/2004, existe referência para a relação das instituições com a sociedade, em termos de “tendências do setor produtivo” ou “articulação com a sociedade e o setor produtivo”. Já para os IFEs se expande o conceito de inserção social: quando o texto especifica como finalidade consolidar e fortalecer os arranjos produtivos, sociais e culturais locais e propõe o mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural. Aos IFEs é lançado o desafio de perceber a sociedade como um todo, expandindo o foco para além do setor produtivo tradicional.

Aos IFEs é dada também a tarefa de formação de docentes para educação básica, destinando 20% das vagas para estes cursos. A Lei estabelece que os Institutos devem ser “centros de excelência na oferta de ciências” e também “qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino”.

“Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo” é outra finalidade dos IFEs, aqui houve a preocupação em deslocar o viés tecnicista, tradicional na educação profissional brasileira, para uma visão sociológica do processo de educação profissional (Ferreti, 2004).

O grande desafio institucional para os IFEs foi, portanto, a atuação nos diferentes níveis e modalidades de ensino, a verticalização e a transversalidade associada à verticalização, que se destaca como aspecto contribuinte para a singularidade do desenho curricular dessas instituições, além da otimização da infraestrutura física, dos quadros de pessoal e dos recursos de gestão para atendimento dos objetivos. Esse novo modelo de instituição está caracterizado por peculiaridades representativas de sua identidade educacional, as quais conferem aos Institutos Federais um caráter único e inovador.

É importante, para fins de análise, falarmos um pouco acerca da expansão quantitativa da rede federal, em termos históricos. Em quase um século – desde as primeiras escolas de Aprendizes e Artífices, criadas pelo Governo do Presidente Nilo Peçanha, em 1909, até o final

da Era FHC, em 2002 – o número de escolas técnicas era de 140 unidades educacionais. No curto intervalo de 2003 e 2010, a expansão da rede foi de mais 214 escolas, sem contabilizar as que foram federalizadas. Em 2013, girava em torno de 405 unidades implantadas, sendo 38 IFs, 02 CEFETs, a UTFPR e o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento.

Dentre essas peculiaridades, como já citado acima, encontra-se a oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino, a educação profissional e tecnológica se faz presente desde a educação básica até a educação superior. Diante dessa proposta político-pedagógica diferenciada, os Institutos ofertam ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio, ensino técnico em geral, licenciaturas, bacharelados e cursos superiores ligados à área da Ciência e da tecnologia, programas de pós-graduação lato e stricto sensu e educação continuada.

O modelo diferenciado, singular e único dos Institutos Federais com relação às outras instituições educacionais do país, em razão da atuação nos diversos níveis da educação nacional e da articulação do ensino com a pesquisa e extensão, além da organização estrutural multicampi e pluricurricular, conduz a uma nova institucionalidade e, conseqüentemente, exige novos procedimentos de gestão. A nova configuração dos Institutos Federais provocou, a nosso ver, um cenário de profundas mudanças na sua gestão e atuação.

Necessário se faz também a observação também da hibridez institucional que se configurou na criação dos IFEs, considerando que as instituições que foram transformadas ou integradas umas com as outras em uma fusão multidimensional tiveram que incorporar novos direcionamentos dos marcos legal e regulatório.

Os Institutos, no caso analisado, o IFPB, se reorganizou em uma estrutura multicampi, visando atender a função social alvo de suas finalidades e objetivos, através de uma ação acadêmica que garantisse, em cada exercício, o mínimo de 50% das vagas para cursos técnicos de nível médio, bem como, no mínimo, 20% das vagas da educação de nível superior para cursos de licenciaturas e/ou programas especiais de formação pedagógica, visando à formação de professores para a educação básica e para a educação profissional.

A expansão aconteceu de forma muito rápida, e há que se considerar que esse novo cenário da educação profissional e implantação dos Institutos Federais ainda é um fato relativamente novo. É importante ressaltar que a velocidade com que essas transformações

ocorreram não deu o tempo suficiente para uma preparação consistente, o que possivelmente acarretou uma instabilidade nos atores institucionais.

As importantes mudanças na vida das instituições e de consequências relevantes para docentes e alunos, devem ser problematizadas. Qual seria o real significado da transformação identitária da instituição, de CEFET em IFE? Será que houve real ressignificação da lógica dos currículos e dos tempos formativos? Até que ponto o modelo IFEs no contexto da política mais recente vem representando uma ruptura com o modelo CEFET? Se observarmos, não apenas a legislação de criação dos IFEs, mas a materialização (implantação e expansão) do modelo de instituto federal identificamos que na prática o modelo de Instituto Federal não se diferencia na essência do modelo de Centro Federal.

Daí a importância de uma observação e análise atenta, reflexiva e crítica da nova institucionalidade criada no âmbito da educação profissional no Brasil.

Concordando com Ribeiro quando este afirma que:

A construção da história de uma instituição educativa tem como um de seus objetivos conferir uma identidade cultural e educacional, específica daquele grupo. Por isso ganham importância a interpretação do itinerário histórico, e os da produção de seu próprio modelo educacional. A partir dessas considerações, pode-se perceber que a história das instituições educativas busca recuperar a identidade ímpar para cada instituição, considerando seu modelo educacional, sua estrutura, seus sujeitos e sua forma de organização. (RIBEIRO, 2011, p.333)

Acreditamos que a alteração da nomenclatura tem a ver com o surgimento de nova identidade. O que percebemos na realidade histórica do IFPB é que o movimento de mudanças de nomenclaturas caracteriza momentos distintos dos seus projetos educativos.

Certamente a transformação de CEFET-PB para IFPB, reforça o processo de constituição de uma nova identidade para a instituição.

Transformar a instituição de ETEPB para CEFET-PB e de CEFET-PB para IFPB, expandir as unidades de ensino, flexibilizar oferta escolar, alterar perfil de entrada, mudar o nome, não transforma do dia para noite a instituição. A identidade institucional é processo social e construído historicamente, que não se reduz a um ato de força ou por decreto, onde as mudanças são realizadas, num passe de mágica, por um movimento de adesão, mas também por um ato de resistência, que podem produzir resultados contraditórios relacionados aos múltiplos interesses envolvidos no processo.

Como o objetivo da presente pesquisa é compreender a percepção dos atores institucionais quanto às mudanças ocorridas no IFPB e as consequências dessas modificações

para suas configurações identitárias, o conceito de identidade será tomado em sua dimensão profissional, ou seja, será contemplada apenas uma parte da identidade pessoal total. A identidade profissional é entendida como o resultado de um contínuo processo de socialização (DUBAR, 1997).

A identidade das Escolas de Aprendizizes Artífices, que possuía um caráter assistencialista, tem passado por grandes mudanças, sendo reformulada de acordo com os interesses estratégicos dos diversos governos e de acordo com as transformações econômicas, sociais, culturais e políticas do país (Pereira, 2003). Ao longo dos anos teve que reconfigurar a identidade primeira, pois foram transformadas em Liceu de Artes e Ofícios em 1937, em Escola Industrial e Técnica em 1942, em Escola Técnica Federal em 1959, em Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET – em 1978 e em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em 2008 (BRASIL, 2008).

As transformações reverberaram de forma imediata na Identidade das antigas Instituições de educação profissional, científica e tecnológica, na medida em que estas, ao comporem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica passaram a ter outro estatuto jurídico e administrativo. As mudanças ocorridas introduziram em uma nova lógica de atuação.

Depois de analisar comparativamente os marcos regulatórios da criação das Instituições, não será exagero afirmar que estas vem enfrentando um processo conflituoso na construção de sua nova institucionalidade, e estão sendo palco de um tensionamento constante entre a secular identidade de escola técnica, representada pela oferta de formação técnica à classe trabalhadora, e pelo direcionamento da oferta para os cursos em diversos níveis. Este tensionamento, embora difuso, tende a opor dois grupos polares entre as forças de manutenção e de transformação das institucionalidades.

Tentando esclarecer se houve realmente alguma tensão e conflito, no processo de constituição da nova identidade, no primeiro momento, buscou-se testar o conhecimento dos próprios servidores acerca do propósito da criação desta nova institucionalidade.

Com o estudo concentrado no IFPB, que se desenvolveu através de entrevistas realizadas com servidores, principalmente com aqueles que vivenciaram todo o processo e participaram ativamente da transformação, foi possível obter a visão deles quanto a implementação da política e responder à questão do objetivo geral do estudo: Analisar a política pública de transformação do Sistema Federal de Educação Profissional no período

2003 a 2010, e suas repercussões na reconfiguração identitária, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), a partir da visão dos seus atores.

Sobre os entrevistados, os dados permitiram algumas observações. Todos têm idade superior a 55 anos; começaram a trabalhar na Instituição nos anos de 1970 com exceção de dois entrevistados que ingressaram nos anos de 1990, assim sendo, praticamente todos atuam na instituição há mais de 20 anos. Isso permite entender que vivenciaram muitos momentos de transformação institucional e da própria educação profissional. Com exceção de um entrevistado, os demais continuam trabalhando na instituição: o entrevistado G 4 aposentou-se há seis meses. No quadro 6, apresentamos a caracterização dos sujeitos entrevistados.

SUJEITO INSTITUCIONAL - DENOMINAÇÃO	SEXO	FORMAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO NA INSTITUIÇÃO	IDADE
G1	MASC	EX –ALUNO, Administrador de Empresa, Professor	41 ANOS	63
G2	FEM	Graduação em História, Técnica em Assuntos Educacionais- Pedagoga	21 ANOS	63
G3	FEM	Pedagogo	21 ANOS	57
G4	MASC	EX –ALUNO, Engenheiro Civil, Mestre em Engenharia Agrícola, Doutor Engenharia Mecânica Professor	49 ANOS	63
G5	MASC	Administração Pública, Especialista em Metodologia do Ensino Técnico, Professor	41 ANOS	62
G6	MASC	EX –ALUNO Administração de Empresas Especialização em Metodologia do Ensino Técnico, Professor	37 ANOS	61
TOTAL				06

Quadro 6 Caracterização dos sujeitos entrevistados

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Como etapa seguinte, entrou-se em contato pessoalmente, com oito servidores, convidando-os a participar da pesquisa e explicando do que se tratava. Dois dos servidores preferiram não participar, por entender que não tinha uma boa memória e que outros poderiam contribuir mais significativamente com a pesquisa. As entrevistas foram agendadas pessoalmente e por telefone ficando a critério do servidor, a melhor data e horário para as mesmas.

A coleta dos dados das entrevistas foi realizada nos meses de novembro a janeiro de 2017. Os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Todas as entrevistas foram gravadas, com o consentimento dos interlocutores e, em seguida, transcritas e novamente repassadas aos entrevistados para análise e aprovação.

Com o propósito de realizar uma melhor compreensão dos discursos, utilizou-se a análise por categorias, e compreendeu a pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento, inferência e interpretação dos resultados. A categorização possibilitou a organização dos elementos coletados semelhantes entre si, permitindo a atribuição de sentido e a interpretação qualitativa dos discursos.

Buscou-se verificar junto aos atores institucionais informações sobre o processo de mudança, considerando as seguintes categorias de análise: a primeira consistiu na participação na transformação, a segunda na compreensão do novo modelo institucional: ETEPB, CEFET, IFPB e a terceira nas reações às mudanças: resistência à mudança, adaptação à mudança institucional.

Concluídas as entrevistas, começou-se a transcrição conforme a fala dos entrevistados. Com a transcrição feita, foi utilizada a categorização a partir das falas das entrevistas.

A seguir, os fragmentos dos discursos dos atores institucionais serão apresentados, relacionando-os com as categorias de análise e com os objetivos da pesquisa, além de uma série de inferências e comentários sobre estes.

5.1.Categoria 1- Participação no processo da transformação

Quanto à participação na formulação da transformação, encontramos nas análises dos documentos e reportagens da época, que na percepção dos gestores federais e dos membros da SETEC, todo o processo de transformação transcorreu num contexto de amplas e democráticas discussões. No entanto, a afirmação dos membros da SETEC não foi confirmada pelos atores institucionais, entrevistados no presente estudo.

Dos seis entrevistados, 03 participaram ativamente dos processos de transformação da Instituição desde a ETEPB para CEFET e deste para o IFPB. Os outros três afirmam não terem participado ativamente:

(...) Mas não foi uma participação ativa. Tudo já veio pronto. Isto é a medida veio de cima para baixo. O que cabia a nós era cumprir a determinação. (G1)

(...) o processo de cefetização, ocorrido no ano de 1999, se deu de forma de cima pra baixo, com poucas discussões, e pouco esclarecedoras, de forma

autoritária, impositiva, sem a devida atenção às pessoas que ali atuavam, gerando muitas expectativas, dúvidas e incertezas.

A meu ver, mesmo sendo algo imposto e determinado de cima pra baixo para acontecer, se poderia ter minimizado os efeitos negativos que ocorreram, nos primeiros cursos, sobretudo, se tivesse ocorrido mais reflexões e solicitação do apoio das Universidades, que já possuíam larga vivência e experiência, de cursos modulares.

À época, eu sentia como se ninguém quisesse esclarecer nada, queria só dizer faça-se assim, e pronto, não interessam as dúvidas, as dificuldades, muito menos a razão do porquê desse jeito e não de outro. A equipe que veio do MEC, apenas, vomitava seus argumentos, e as pessoas da Instituição que defendiam (ou que se sentiam obrigadas) a ideia, simplesmente, reproduziam esse mesmo discurso. (G2)

(...)foi uma proposta imposta.

(...)Não tivemos a oportunidade de absorver as mudanças ocorridas tão rapidamente. É claro que a proposta inicial não teve aceitação e entendimento fácil e homogêneo em nossas escolas técnicas, o que julgo ser fruto de um histórico e centenário processo de constituição destas instituições. No caso do IFPB, tivemos, em aproximadamente 8 anos, configurações bem diferentes para a mesma instituição. Passamos de Escola Técnica para CEFET, reestruturando ou acomodando esta nova institucionalidade sem significativas mudanças até 2008. Em 2008, com novo cenário e nova institucionalidade, o IFPB passa sofrer alterações de proporções gigantescas. (G3)

(...)De forma decidida e imponente foram criados os 38 Institutos Federais, mantidos os dois CEFET's: Rio de Janeiro e Minas Gerais por não aceitarem esta condição, o Colégio Dom Pedro II e a UFTPR, formando uma rede com 42 Instituições. (G6)

Podemos afirmar que a maioria dos atores institucionais tiveram contato com a proposta de transformação do governo via Diretores e Coordenadores os quais participaram de reuniões em Brasília para a apresentação e conhecimento da mesma. Os depoimentos acima nos leva a concluir que foi impositiva a forma como ocorreu a transformação, sem muita possibilidade de escolha pela comunidade através de debates ou discussões. Essa observação foi registrada pela maioria deles, o que denota certa insegurança e desconforto, sobre essa questão.

Também podemos afirmar que, apesar da Lei nº 11.892/08 definir os termos da nova institucionalidade, ainda há servidores que não se sentem suficientemente esclarecidos sobre o tipo de instituição em que a antiga ETEPB se transformou, por falta de exaustivo debate e ausência de treinamento para atuar na nova Instituição.

É possível perceber ainda, que essa questão tende a ser ainda mais problemática no âmbito da comunidade externa, esta só teve acesso à informação via mídia escrita e falada. Esse é um dos grandes desafios que ainda não foi superado, haja vista, que alguns servidores

e a comunidade externa ainda continuam tratando o IFPB como CEFET-PB e/ou ETEPB, acreditamos que estes nomes marcaram muito a Instituição e ainda predominam, principalmente na população de mais idade, por ausência da comunidade nos debates. Podemos constatar isso na fala do G5:

Provavelmente pela ausência de um amplo debate interno sobre seus objetivos, aliado a ausência de uma boa e eficiente política de comunicação, atualmente o IFPB encontra-se sem um maior reconhecimento por parte da comunidade em que está inserido. (G5)

A discussão, de fato, se deu no âmbito restrito aos quadros técnicos governamentais, a partir da contribuição de assessores especialmente selecionados, sem o reconhecimento do quadro técnico das instituições.

A comunicação e participação efetiva deveria ser elemento prioritário na fase de concepção e implantação do novo desenho institucional, tendo participado e discutido a proposta governamental a comunidade certamente se adaptaria melhor às mudanças do que uma cultura em que a forma como as pessoas devem agir é imposta, sem explicações ou justificativas. Atores informados são de fundamental importância em situações de mudança. As pessoas precisam entender por que devem mudar para que haja menos resistência.

Recorrendo a Taylor (1998), podemos afirmar em relação ao reconhecimento, ou ao não reconhecimento e sua relação com a formação da identidade, que a identidade é constituída:

(...) “em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento e, muitas vezes, pelo reconhecimento incorreto dos outros, podendo uma pessoa ou grupo de pessoas serem realmente prejudicadas, serem alvo de uma verdadeira distorção, se aqueles que os rodeiam refletirem uma imagem limitada, de inferioridade ou de desprezo por eles mesmos” (Taylor, 1998, p. 45).

A identidade é um processo que é construído relacionalmente, que representa influências mútuas entre o indivíduo e a comunidade que o cerca, no interior das práticas discursivas específicas, em diálogo com os outros membros da sua comunidade. Essa troca dialógica contribui para a interpretação do mundo, e a incorporação de valores, que são adquiridos não individualmente e isoladamente, descontextualizadamente, mas sempre em diálogo com os outros.

Portanto, a identidade é moldada, em grande parte, pelo reconhecimento social ou pela ausência dele. O reconhecimento errôneo ou distorcido acarretará na não construção de uma imagem positiva de si mesmo e isso pode causar danos reais à percepção/formação identitária.

Taylor fala em “política de reconhecimento”, como uma prática que conduz a diminuição das consequências resultantes de uma desigual distribuição de poder na sociedade, pois o não reconhecimento, acarreta a criação de entraves à sobrevivência, à autonomia. Isto configura a situação clássica de opressor/oprimido. Podemos relacionar a teoria de Taylor com o tema objeto desse estudo, pois o reconhecimento (comunicação da transformação aos atores institucionais), passa a ser importante para que se perceba, ao menos em parte, a razão dos conflitos gerados no interior da instituição.

5.2.Categoria 2- Compreensão do novo modelo institucional

As organizações estão vivas na mente de seus membros e a identidade organizacional faz parte de sua identidade individual; reforçando a ideia de que a identidade organizacional se manifesta mediante as ações dos indivíduos como organização, quando eles incorporam valores, crenças e metas da coletividade (BROWN, 1997). A identidade é o meio através do qual os membros organizacionais dão sentido ao que fazem, de acordo com as regras gerais da organização. As pessoas na organização constroem o significado de suas ações com base na intermediação de um conjunto de crenças atribuídas como identidades. As identidades refletem como os indivíduos e os grupos definem o que fazem em relação ao seu entendimento sobre o que é a organização da qual fazem parte. Identidades, então, representariam aspectos da cultura traduzidos a determinado contexto (NOGUEIRA, 2000).

No que se refere à compreensão do novo modelo institucional do IFPB constatou-se que apesar de alguns não terem clareza do modelo instituído, na época da sua instituição, manifestaram-se positivamente em relação à mudança, por considerar que essa institucionalidade alavancaria o desenvolvimento da instituição e principalmente o desenvolvimento do País. Observa-se porém entendimentos diferenciados e, em alguns aspectos demonstram concepções diversas sobre a consolidação da institucionalidade do IFPB, como pode ser verificado nas afirmações a seguir:

Na fala do entrevistado G1, percebemos que sua compreensão da Instituição dá ênfase à interiorização;

(...)A transformação em CEFET deu origem a interiorização, iniciando com a UNED Cajazeiras e depois a UNED Campina Grande hoje transformadas em Campus.

A transformação em IF ampliou a interiorização com também ampliou os níveis de ensino, hoje temos cursos técnicos, tecnológicos, bacharelados, licenciaturas e pós graduação. Isso contribui de forma direta com o

desenvolvimento do nosso estado. A expansão levou o ensino técnico aonde não chegava, e atende a quem nunca foi atendido. (...) É uma instituição que hoje está presente em todo estado da Paraíba, com um campus a cada 50km de raio, isto associado a ampliação dos níveis de ensino fortaleceu a função social e econômica dentro do estado. Isto é um fato incontestável apesar das dificuldades. (G1)

Na dinâmica das transformações ocorrem tensões de naturezas diversas. Em 1995, o Ministério da Educação (MEC) anunciou que iria realizar uma reforma no ensino técnico-profissional do país, para isso, alegou que as Escolas Técnicas Federais (ETFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) tinham muitos "problemas e distorções", a saber: operação a custos elevados, comparativamente às outras escolas da rede pública estadual; oferta de vagas em número limitado; distorção na composição social de seu alunado pela dificuldade de acesso de alunos trabalhadores e de baixa renda; cursos de duração muito longa e que não atendiam às demandas dos setores produtivos; e disposição da maioria de seus egressos de prosseguimento dos estudos no ensino superior, desviando-se do ingresso imediato no mercado de trabalho (BRASIL.MEC, 1995, 1997a).

Na afirmação do entrevistado G2 podemos perceber que a instituição não tinha esses “problemas e distorções” ou, pelo menos, os atores institucionais não percebiam.

Em 1995, data do meu ingresso na ETFPB, a Instituição, historicamente detentora de grande prestígio, e muito procurada para a formação de jovens, nos diversos cursos técnicos, primando pela sua excelência, conquistada ao longo de sua trajetória histórica, a ETFPB se mostrava como uma das melhores opções à formação profissional de jovens, que queriam exercer profissões técnicas, de nível médio. Além de um excelente ensino técnico, bem como o ensino nas áreas de Ciências Humanas e da Natureza, a Instituição primava por outras atividades, que fortaleciam o envolvimento discente, com seus cursos e o corpo docente, a exemplo dos jogos escolares e atividades culturais (SEMADEC), que envolvia toda Instituição, além do festival de intérpretes. O alunado da ETFPB, embora isto ocorra, também, na atualidade, não quer deixar de estudar, na Instituição, cursando vários cursos e permanecendo o dia todo na escola. Percebi, desde então, que o alunado se sente muito bem na Instituição. (G2)

Na fala do entrevistado G2 podemos destacar, ainda, que a reforma da educação profissional, quando da transformação das Escolas Técnicas para CEFETs, se deu para atender aos interesses do capital, mediados pelas agências de financiamento internacionais.

A transformação das Escolas Técnicas em CEFETs, se deu em resposta às exigências do Banco Mundial, dentro do processo neoliberal, iniciado em toda América Latina, que prima pela atuação, cada vez menos, do Estado, na formação educacional e profissional da população. Com a cefetização, embora, a Instituição passasse a ministrar cursos superiores, estes teriam um caráter de Tecnólogo, ficando a pessoa formada num nível superior ao

médio, mas inferior ao universitário, sem uma definição clara, no mercado de trabalho. (G2)

Interessante observar, ainda, na fala do entrevistado G2, que apesar das restrições à transformação em CEFET, a transformação da instituição para IFE trouxe mais clareza quanto a identidade institucional.

(...)O Instituto, veio trazer uma identidade própria a estas Instituições, conferindo a estas um papel mais claro e sólido, dentro da formação profissional média e superior, na educação do país. Para além da ampliação da própria rede, do atendimento a muitas áreas geográficas do Estado, tudo isto propiciou o ingresso significativo de jovens discentes, sem contar com o aumento de concursos públicos e, conseqüentemente, de mais empregos federais, em várias áreas de conhecimento e formação acadêmica. (G2)

O entrevistado G3 sinaliza que a transformação foi motivada pela necessidade da educação profissional acompanhar o avanço e as inovações do mundo do trabalho e que houve uma ampliação expressiva dos recursos orçamentários destinados ao IFPB para implementação da nova institucionalidade, os quais proporcionaram melhorias significativas na infraestrutura, fomento à pesquisa, aumento no número de servidores, e na autonomia. Que o IFPB passou a ofertar muitos de cursos, desde qualificação de curta duração (FIC) até mestrado profissional, nas modalidades presencial e a distância, além da implantação de diversos programas governamentais, como por exemplo PRONATEC e Mulheres Mil.

(...)o processo de transformação em Instituto, ocorrido em 2008, vejo como algo bastante positivo, pois trouxe, como já mencionei antes, uma cara nova à Instituição, uma identidade própria e um papel claro e definido, no âmbito da formação profissional e tecnológica, dentro da educação do país, ampliando as possibilidades de mais pessoas ingressarem no mundo do trabalho, com uma boa formação profissional, em áreas diversas. Nossa Instituição cresceu bastante. O IFPB, atualmente, está presente em várias cidades do Estado, e isto propiciou que mais pessoas pudessem ingressar pra trabalhar.

(...)passou a ofertar muitos de cursos, desde qualificação de curta duração (FIC) até mestrado profissional, nas modalidades presencial e a distância. Num período muito curto, a Escola Técnica Federal, Instituição referência em Cursos Técnicos, passou a ofertar uma diversidade de cursos Houve também a implantação dos diversos programas governamentais, como por exemplo PRONATEC e Mulheres Mil, que na minha visão são importantíssimos, com forte cunho social, mas que necessitam de uma preparação maior por parte da comunidade acadêmica, a fim de uma participação efetiva. (G3)

O G4 afirma que apesar de oito anos da implantação do novo modelo, a instituição ainda vive um momento de transição, pois ainda está consolidando o funcionamento dos

Campi decorrentes da Expansão II. De acordo com Machado (2005), o passado, o presente e a expectativa do futuro são variáveis associadas à imagem cognitiva da organização. A identidade de uma organização, é definida a partir de representações construídas por seus atores organizacionais e orienta a ação desses indivíduos no contexto do seu trabalho.

Quando ingressei na instituição em 1967 como estudante a escola era denominada Escola Industrial Federal da Paraíba, que só tinha a unidade em João Pessoa e oferecia o Ginásio Industrial e os cursos Técnicos de Nível Médio em Mecânica e Estradas.

Quando fui admitido como professor no ano de 1975 já tinha ocorrido a transformação em Escola Técnica Federal da Paraíba e, nesta época, a Escola já tinha ampliado o leque de ofertas de cursos, implantando os cursos técnicos de Eletrotécnica, Edificações, depois vieram os cursos de Eletrônica e Saneamento. Só para ilustrar quando ingressei na escola em 1967, a prática profissional que a instituição oferecia era a formação em encadernação, tipografia, marcenaria e tornearia mecânica, além dos cursos de Mecânica e Estradas que correspondiam ao antigo 2º grau e formava técnicos neste nível. (...)ainda estamos consolidando o funcionamento dos Campi decorrentes da Expansão II (Patos, Picuí, Princesa Isabel, Cabedelo e Monteiro) e de forma concomitante implantando os Campi da Expansão III (Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, Esperança, Catolé do Rocha e Santa Rita), além dos Campi Avançados de Cabedelo, Mangabeira e Soledade e ainda com a responsabilidade pela transformação em Campus Avançado das unidades de Areia, Pedras de Fogo e Santa Luzia.

Os Campus de João Pessoa, Campina Grande, Cajazeiras e Sousa por serem os mais antigos e estarem localizados em municípios com um razoável estágio de desenvolvimento, precisam também de investimentos para atualizarem seu parque de laboratórios e salas de aulas. (G4)

O que percebemos na fala do entrevistado G4, quando ele resume as mudanças ocorridas, é que a formação da identidade é uma construção dinâmica e social. Entender a construção da identidade social e, por extensão, da profissional, implica investigar duas dimensões segundo, Dubar (2005). A dimensão do contexto da situação de trabalho como elemento que interfere nas concepções do sujeito acerca da profissão e de sua formação e, também, a forma como concebe o trabalho a partir de sua trajetória pessoal, de sua biografia.

Se pensarmos, através das proposições de Dubar (2005), que a construção identitária se afirma, também, no contexto da situação de trabalho, enquanto elemento que interfere nas concepções do indivíduo acerca da profissão e de sua formação, podemos pressupor que nossas reflexões acerca da reconfiguração da identidade dos servidores do IFPB está justificada.

Já o entrevistado G5 apesar de ter se aposentado recentemente, vê os Institutos Federais como entidades educacionais exemplares, com uma carga histórica de fazer educação admirada por muitos que fazem educação no país.

Um Escola referência da Educação brasileira, com uma prática pedagógica conservadora, entretanto apresentando bons resultados no tocante ao desempenho dos seus alunos ao ingressarem nas Universidades e/ou no mundo trabalho.

A transformação das Escolas Técnicas em CEFETs já era um sonho antigo, espelhando-se nos exemplos dos CEFETs existente: Paraná, Rio de Janeiro e Maranhão; sendo o do Paraná o exemplo de Instituição que mais interessava aos dirigentes das então Escolas Técnicas Federais pois tinham um grande quadro de professores, ministravam cursos superiores e tinham um excelente orçamento.

Já a transformação dos CEFETs em IFs aparece de forma nítida a partir da transformação do CEFET Paraná em Universidade Federal Tecnológica. Esta transformação despertou o desejo, em parte dos dirigentes dos CEFETs, em transformação dos seus Centros em Universidades.

Verificando-se esta tendência (e já havia até ações parlamentares de alguns dos CEFETs, resolveu o MEC criar os Institutos Federal que em essência têm basicamente as mesmas atribuições e objetivos da Universidade Federal do Paraná.

Como estou aposentado da Instituição desde maio deste ano não teria muitos elementos para avaliar com mais profundidade o “agora”. Entretanto quero afirmar que vejo os Institutos Federais como entidades educacionais exemplares, com uma carga histórica de fazer educação admirada por muitos que fazem educação no país. (G5)

Sabemos que a educação profissional brasileira enveredou por percursos e trajetórias bem singulares buscando sua identidade e caracterização de formas próprias de organização do ensino. Ela evoluiu e, às vezes, retrocedeu em rupturas acentuadas e facilmente observadas. Apresentou diversas formas e muitas variações ao longo do tempo, demonstrando estar estreitamente ligada às transformações sociais, econômicas e políticas que caracterizaram os diferentes momentos históricos do país. A formação profissional, desde as suas origens, sempre foi reservada às classes menos favorecidas, estabelecendo-se uma nítida distinção entre aqueles que detinham o saber - ensino secundário, normal e superior, e os que executavam tarefas manuais - ensino profissional.

De 1999 a 2008, o IFPB atuou como Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, ofertando educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, com prioridade na área tecnológica.

Segundo Guimarães (1995), a criação dos CEFETs estava vinculada à perspectiva de verticalização dos cursos oferecidos pelas instituições de nível médio em função da necessidade de atender às demandas e dinâmicas do mercado de trabalho.

Isto se deu com base no pressuposto de que esta estrutura de formação, visando ao crescimento e à modernização econômica do país, deveria ser pautada pela integração escola e empresa. Ocorre então o fomento de “cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização de seus profissionais, de acordo com os avanços na área técnico-industrial, seja na prestação de

serviços e na realização de pesquisas aplicadas” (GUIMARÃES, 1995, p.63).

A criação dos CEFETs segundo Lima Filho(1999), visou atenuar a demanda reprimida e crescente, por ensino superior. Houve também acordos e/ou alianças internacionais realizados cujo objetivo era o de

(...) promover o desenvolvimento das nações mais pobres, integrando-as ao projeto de modernização econômica pela expansão do parque industrial destes países, principalmente através da importação de tecnologias e produtos ou através da abertura destas economias ao mercado internacional. (GUIMARÃES, 1995, p. 52).

Na entrevista G6 é possível se perceber, que mesmo em 1970, ainda existiam resquícios da antiga escola de aprendizes artífices, porém salienta a boa qualidade do ensino na Escola Técnica.

Quando ingressei na ETEP em 1970 como aluno, vivíamos uma época em que não se valorizava muito a modalidade de educação profissional, ou seja, ainda tinha resquícios da "Escola dos desafortunados da sorte". Gradativamente este estigma foi mudando, graças à boa qualidade do ensino que já se praticava, bem como, o fértil período das políticas de industrialização no país, face a carência de profissionais qualificados e pensantes, bem como, o melhor esclarecimento da sociedade sobre esta modalidade de ensino, fez com que a procura aumentasse consideravelmente. (G6)

O entrevistado G6 afirma ainda:

(...)considero ciclos evolutivos estas passagens que, no caso de Escola Técnica para CEFET, tomando por base os pré- requisitos existentes e consolidados de estrutura física, recursos materiais modernos e recursos humanos de alto nível acadêmico e bons projetos pedagógicos foi a criação dos cursos de nível superior com a chegada dos Cursos Superiores de Tecnologia - Tecnólogos que nasceram sobre a sombra das engenharias, ou seja relativo preconceito que se resume na perene dúvida " de profissional que nem é técnico e nem engenheiro", ou seja uma crise de identidade que precisa ser vencida.(G6)

É importante fazer referência a Pires (2005) que ressalta:

[...] o que pudemos verificar é que as antigas escolas técnicas buscaram paulatinamente sua cefetização, criando os seus diferentes cursos de tecnologia. Para estas escolas, a transformação em CEFETs asseguraria maior autonomia, possibilidades de ampliação e diversificação na oferta de cursos e maiores recursos, o que levava a cefetização a se transformar em um filão a ser alcançado. (PIRES, 2005, p. 118).

Cabe aqui o destaque de que o IFPB, antes da transformação, possuía a sua identidade cultural bastante arraigada, pois centenária que era, com estruturas organizacionais hierarquizadas, funcionais, com características burocráticas, especificidades e traços culturais consolidadas, mas que a partir da mudança, passa a ter outros objetivos, princípios, valores e outra missão institucional. O que nos leva a afirmar que levará algum tempo ainda para que a compreensão da Instituição seja clara para toda a comunidade. Podemos considerar que as mudanças na organização ou a nova institucionalidade certificada ao IFPB se materializa, fundamentalmente no oferecimento de variados cursos técnicos (integrados e subsequentes) e superiores, conferindo à instituição a promoção de um leque de ofertas educativas conforme a Lei 11.892/2008 prevê.

Ressaltamos, também, que as novas características do IFPB acarretaram algumas diferenciações quanto a sua compreensão, pois sua herança educacional tinha como foco a oferta dos cursos técnicos, e alterar a visão interna quanto às novas atribuições educacionais, não é algo fácil, pois faz-se necessário uma drástica mudança na rotina da Instituição. A criação dos IFPB possibilitou a conquista de um novo espaço acadêmico, científico, político e de inserção em todo o território paraibano, com a oferta de cursos técnicos e superiores, naturalmente, dúvidas surgem a todo momento quanto aos procedimentos a serem utilizados. No entanto o IFPB, agora Instituição de ensino superior, possui ao mesmo tempo, uma imagem organizacional advinda do formato educativo anterior, ou seja, dos CEFET e ETEPB.

Por outro lado, o formato organizacional enquanto CEFET-PB era composto da Direção Geral das unidades dos CEFETs e os departamentos vinculados e, com o surgimento do IFPB um novo formato organizacional se institui, agora existem as Direções Gerais de cada *Campus* e as Diretorias e Coordenações vinculadas à Direção Geral, tendo a Reitoria, como órgão máximo dos IFPB. Esse novo modelo repercute diretamente na dinâmica diária dos servidores e na própria cultura organizacional, novas funções foram criadas e outras extintas, novos concursos foram realizados ocasionando a chegada de servidores novos que passarão a conviver com servidores mais antigos na instituição, oriundos da Escola Técnica Federal e CEFET, novos *Campi* foram criados, ou seja, novos territórios e culturas se estabelecem.

As mudanças organizacionais a partir da criação dos IFPB, mesmo que tenham sido implementadas “com força impositiva legal”, conforme Lima Filho (2006, p. 29), devem ser acompanhadas de uma reflexão sobre as singularidades, pois não é somente com a imposição de uma legislação que as formas e os rituais presentes no cotidiano institucional são alterados.

Convém salientar que um novo modelo institucional foi lançado e que funcionaria como Universidade e, com estrutura multicampi, reitorado e pro reitorias, regido por estatutos, PDI's, Regimentos e Regulamentos próprios à luz das legislações vigentes. A diferença neste modelo está na consignação da manutenção da Educação Básica no percentual de 50% das matrículas, 20% para implementação de cursos de Licenciatura Plena e os outros 30% para bacharelados, CST e a pós graduação. O que se viu foi uma grande expansão da EPT no país e em especial na Paraíba, proporcionando oportunidades de formação profissional com menos êxodos regionais e a fixação desses valores em seus torrões, onde chegamos a consignação de implantar 21 Unidades. (G6)

Conhecer os significados e a razão de ser da Instituição, bem como se familiarizar com as percepções e comportamentos mais aceitos e valorizados nela, conduz os atores institucionais a uma uniformidade de discurso e também de atitudes, o que possibilita maior coesão. Quando se apresenta e se debate os ritos, crenças, valores, rituais, normas e rotinas da Instituição, o que se pretende é buscar a sua identificação com os padrões a serem seguidos e se fornece um senso de direção para todas as pessoas que compartilham desse meio. As definições do que é desejável e indesejável são introjetadas pelos indivíduos atuantes no sistema, orientando suas ações nas diversas interações que executam no cotidiano.

O que concluímos, mediante análise das entrevistas, é que muitos atores não participaram das discussões sobre as mudanças ocorridas na Rede Federal de Educação Tecnológica acarretando, desta maneira, uma certa variedade na compreensão do novo modelo institucional:

(...) Senti como se estivesse convivendo em duas Instituições distintas ao mesmo tempo. As pessoas que estavam e estão ocupando cargos de gestão estavam e estão preparadas? Algumas sim, outras não. Percebo que a ETEPB, ainda, existe em muitas pessoas e atitudes, percebidas no cotidiano. É um processo. É uma construção. Estamos nos adequando à medida que vamos vivenciando. Mesmo assim, vejo este processo com viabilidade, projeção de futuro (que já está acontecendo no presente) e com bons olhos. (G2)

Porém há um ponto de convergência na percepção dos entrevistados, o principal atributo e qualidade do IFPB é a oferta de formação continuada, que vai do ensino técnico integrado até o nível de pós -graduação, propiciando ao aluno construir uma carreira acadêmica na Instituição.

5.3.Categoria 3- Reações às mudanças: Resistência à mudança e Adaptação à mudança

Com o objetivo de compreender as mudanças causadas pelo processo de transformação das antigas Escolas Técnicas para CEFETS e desses para IFES procurou-se evidenciar os aspectos principais enfatizados pelos participantes da pesquisa.

Diante das opiniões dos entrevistados percebe-se que todos trazem, ainda que implicitamente, a ideia de expansão do ensino técnico como principal motivo para a transformação.

Quando perguntados sobre a aprovação da implantação do Instituto, todos viram com bons olhos, ou seja: acreditam que a criação do IFPB fortaleceu a educação profissional e trouxe desenvolvimento ao país. Houve um grande impacto social no que diz respeito à expansão territorial da rede, a criação de campi em locais antes impensáveis para as antigas instituições dando oportunidade a um maior número de pessoas, a redução das desigualdades sociais, de maneira significativa nas cidades em que estão instalados os Campus. Uma cara nova à Instituição, uma identidade própria e um papel claro e definido, no âmbito da formação profissional e tecnológica, dentro da educação do país, ampliando as possibilidades de mais pessoas ingressarem no mundo do trabalho, com uma boa formação profissional, em áreas diversas.

Um aspecto que pode ser observado na fala do G1 é que se todos aprovaram, não teria como não aprovar. (...)Aprovei, todos aprovaram.

O depoimento do entrevistado G1, revela ainda que subliminarmente, que os servidores não foram convocados para participar do processo, ou seja, eles tiveram que “aceitar a transformação”. As mudanças chegaram subitamente, mas já havia acontecido e nada poderia ser feito, a não ser aceitar. É o que percebemos também nas falas dos entrevistados G2, G3, G4, G5:

(...)A transformação em CEFETs, eu desaprovei, na época, a forma como tudo se deu. Foi um processo muito atropelado, sem discussões suficientes para dirimir tantas dúvidas. Tudo foi muito imposto. Afinal de contas, iríamos introduzir cursos superiores modulares, numa estrutura curricular, antes de nível médio, com disciplinas anuais, passando para semestralidade, e este processo não era algo fácil. E não foi. Parecíamos que estávamos inventando a roda, quando esta já tinha sido inventada, daí a minha queixa da falta de diálogo, com as universidades, que teriam nos auxiliado, enormemente, neste aspecto, pois estas já tinham experiências no processo de semestralidade. As avaliações, também, sofreram uma mudança radical. O que antes se avaliava como aprendizagem era voltada ao domínio do conteúdo trabalhado num bimestre, ou no mês, ou, ainda na semana. A partir desta modalidade, as avaliações do alunado passariam a perceber a aprendizagem, através do domínio de habilidades e competências, provocando, desta forma, uma gama de incertezas, dúvidas, temores, tanto no grupo docente, como, também, no setor pedagógico, que necessitaria de

um suporte maior, para subsidiar a classe docente. O que seriam habilidades? E as competências? Tudo é a mesma coisa? Tem o mesmo sentido? **Tudo muito novo, nesse aspecto, confuso. Nossa formação profissional não aconteceu neste caminho. Estudamos numa linha tradicional. Mudar pra algo tão distinto e inovador, no mínimo, precisaríamos de tempo hábil, para entendermos como proceder, a partir de então, nas avaliações por habilidades e competências, o que não ocorreu, naquele momento.** (Grifo do autor). (G2)

É claro que a proposta inicial não teve aceitação e entendimento fácil e homogêneo em nossas escolas técnicas, o que julgo ser fruto de um histórico e centenário processo de constituição destas instituições. No caso do IFPB, tivemos, em aproximadamente 8 anos, configurações bem diferentes para a mesma instituição. Passamos de Escola Técnica para CEFET, reestruturando ou acomodando esta nova institucionalidade sem significativas mudanças até 2008. Em 2008, com novo cenário e nova institucionalidade, o IFPB passa sofrer alterações de proporções gigantescas. (G3)

Sim. Nenhum cidadão em sã consciência pode discordar da importância destas mudanças para o fortalecimento da educação profissional e o desenvolvimento da tecnologia no país, pois o Brasil para alavancar o seu crescimento e desenvolvimento precisa produzir e reproduzir tecnologias, incentivando e estimulando a pesquisa, a extensão e a inovação. (G4)

(...) aprovei a transformação com a ressalva de que seria necessário um grande Seminário Nacional, precedidos de seminários estaduais, sobre a identidade das nossas Instituições. (G5)

Percebe-se que as discussões sobre a reconfiguração da EPT aconteceram “na cúpula” do SETEC/MEC e do Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica – CONCEFET, só depois de processadas é que os servidores tomaram conhecimento na forma de lei. Estes, ao receberem o pacote pronto não tiveram alternativas a não ser procurar formas, paulatinamente, de adaptação ao novo contexto.

Verifica-se, que o impacto inicial das transformações, deixaram muitas dúvidas e instabilidade, reação natural frente ao desconhecido, uma vez que não houve tempo para absorção à nova legislação. No entanto, mesmo diante desses aspectos, há quem, mesmo vendo o processo de transformações como uma imposição, considera-o como uma medida importante, conforme se verifica a seguir:

(..)Claro que aprovei, principalmente por entender a necessidade das mudanças ocorridas na sociedade e da possibilidade de transformação de tantas vidas, face a geração de oportunidades de crescimento profissional e pessoal, aliás, Educação é fator de desenvolvimento humano. A Paraíba agora conta 21 Unidades do IF (...)Acredito neste modelo e vejo tempos melhores no futuro, logicamente, torcendo que não haja descontinuidade desse processo e que não falem recursos e, que os políticos encarem como projetos de Estado, via tratamento supra partidário. Quando falo que este projeto mudou a vida de muita gente, também incluo os novos empregos

gerados, bem como a agitação que esses campi promoveu nos municípios e porque não dizer na meso-região por eles polarizada em termos de economia, cultura, etc....(G6)

Os relatos das entrevistas apontam as incertezas frente as mudanças:

(...)Mudanças consideráveis aconteceram em todos os sentidos e vistas de diversos olhares. A gestão central, digo a Reitoria para enquadrar-se a este novo tempo, face o agigantamento da Instituição, hoje com mais de 2200 servidores ativos e mais de 1000 inativos, com mais de 20.000 alunos, teve que adotar novos paradigmas, uma nova cultura organizacional e de trabalhar com planejamento estratégico e integrado com todas as suas unidades, principalmente na formação de lideranças em termos quantitativo e qualitativo, acuracidade na gestão do orçamento e finanças e, a necessidade de conhecer profundamente os eixos vocacionais, os arranjos produtivos locais e regionais para melhor empreender na localização dos nossos Campi. No aspecto contextual de cada campus, a sua organicidade e integração com a sociedade e a sua cultura. (G6)

(...)Muitas e muitas mudanças. Sair de uma estrutura educacional, de nível médio, vivenciada por longos anos e partir para cursos superiores, ampliação das áreas de conhecimento e formação profissional, além da ampliação das unidades educacionais, em várias cidades do Estado, nomenclatura da estrutura física, a exemplo de Reitoria e Pró-Reitorias, tudo isto trouxe uma mudança significativa no cotidiano da Instituição.

Muitas pessoas, que já trabalhavam na Instituição, por longos anos, foram transferidas para as novas unidades, com o objetivo de preparar a implantação de novos campi, e iniciar o processo educacional, nestas localidades. Novas pessoas concursadas foram chamadas para iniciarem suas carreiras profissionais, nesta nova modalidade de Instituição, que mesclava a Instituição de antes e a esta nova que se iniciava. Muitas mudanças simultâneas. (G2)

(...)Não percebo muita mudança na gestão. Estamos ainda construindo nossa institucionalidade. Acredito que ainda estamos num processo de transição. As indefinições, desestabilizam e confundem a instituição. Portanto, é preciso, definir estratégias claras para a consolidação institucional. (G3)

Observa-se nos comentários dos entrevistados, uma certa preocupação no sentido de que o IFPB possa atender às novas responsabilidades que lhe foram atribuídas pela Lei.

Os desafios impostos pela nova Lei requeriam uma mudança geral no processo de gestão da nova instituição e esta foi a maior dificuldade experimentada no início da implantação.

Para se ter ideia de 2008 para 2009 a instituição já passava de 3 para nove campus e era implantada a Reitoria do instituto para gerir este novo modelo definido em Lei, ou seja, a criação de uma instituição multicampi com gestão descentralizada e com delegação para ser acreditadora e certificadora da educação em todos os níveis e com a obrigação legal de promover a extensão, a pesquisa e inovação, como formas de transformar o ambiente e a comunidade onde estivesse inserida.

A criação em lei de novas funções de gestão como as de Reitor, Pró-reitores, Diretores Gerais de Campi, além de outras funções, permitiu um novo arranjo na administração, de modo a promover o planejamento, a execução e avaliação das ações e metas propostas pela Lei.

Apesar das dificuldades iniciais o novo modelo de gestão, foi construído a partir da Estatuinte que definiu o estatuto e o regimento Geral da instituição, onde foram definidos as Diretorias, Departamentos e Coordenações, promovendo a divisão das atribuições e a responsabilidade de seus ocupantes.

Com estas mudanças foi possível que a Gestão desenvolvesse um trabalho mais organizado sistematicamente com planejamento e definição de metas, sendo esta a grande mudança na condução da instituição, o que proporcionou o acompanhamento, o controle transparente das ações e o sucesso do Instituto ao longo deste tempo. (G4)

Com intuito de compreender melhor as implicações causadas pelo processo de transformação, nas entrevistas, questionamos sobre os pontos positivos e negativos dela. Construímos um quadro com as respostas:

	Pontos positivos	Pontos negativos
G1	O desenvolvimento do País. A transformação em CEFET deu origem a interiorização, iniciando com a UNED Cajazeiras e depois a UNED Campina Grande hoje transformadas em Campus. A transformação em IF ampliou a interiorização com também ampliou os níveis de ensino, hoje temos cursos técnicos, tecnológicos, bacharelados, licenciaturas e pós graduação. Isso contribui de forma direta com o desenvolvimento do nosso estado.	A exclusão de setores da sociedade no processo de transformação da educação Tecnológica; Separação obrigatória entre o ensino médio e os cursos técnicos de nível médio; O crescimento muito rápido, sempre gera alguns problemas; Escassez de servidores, diante do crescimento; Existe uma indefinição de papéis; A capacitação de servidores; A atuação dos Campi de forma isolada; liberação de vagas do governo;
G2	Identidade própria; Clareza nos objetivos e missão da Instituição; Maior absorção, no mundo de trabalho, diante dos diversos cursos profissionalizantes ofertados; Ampliação do atendimento à população com aumento de Campi, novos cursos e vagas pra discentes; Possibilidade de mais concursos e, conseqüentemente, mais vagas de emprego.	Falta de recursos do Governo Federal; Possibilidade de ampliar a capacitação e/ou atualização da equipe gestora, nesta modalidade de Instituição, bem como demais profissionais que trabalham na Instituição.

G3	Ampliou o universo da educação profissional, descortinou novos horizontes e gerou novas oportunidades, favoreceu o crescimento e o desenvolvimento do discente, e impulsionou investimentos na formação profissional.	Em alguns campi o processo de implantação ainda não está consolidado, que a infraestrutura física e o quadro de pessoal necessário ao seu pleno funcionamento, ainda não estão totalmente disponíveis para que essas instituições possam cumprir com eficiência o seu papel e apresentar os resultados esperados pela sociedade. A consolidação e a adaptação as mudanças por todos os servidores do IFPB. Documentalmente podemos estar avançados nos processos, mas atitudinalmente ainda precisamos evoluir muito.
G4	Sem sombras de dúvidas o aumento dos investimentos na educação profissional é ponto mais positivo da reforma, pois proporcionou a construção de novas escolas, com a implantação de 21 Campus em todo o Estado da Paraíba, permitindo a interiorização do ensino e oportunizando um aumento excepcional na diversidade da oferta de cursos e consequentemente um aumento na oferta de vagas, permitindo a que mais jovens e adultos tenham acesso a uma escola de qualidade. Decorrente destes benefícios podemos associar o aumento da empregabilidade, a visibilidade dada a extensão, a pesquisa e inovação.	A velocidade com que esta mudança ocorreu, não dando nem tempo para que a instituição se acomodasse bem, associada as dificuldades orçamentárias e a carência de pessoal, seja em quantidade ou em qualificação para promover a gestão da mudança, além do funcionamento inicial em Campus provisórios.
	Pontos positivos	Pontos negativos
G5	Maior abrangência na oferta de Cursos e Programas; atinge-se maior abrangência territorial; ampliação do quadro de professores e técnicos administrativos; ampliação significativa do orçamento da Instituição.	Ausência de um debate mais amplo sobre a Identidade da Rede Federal e da nova Instituição que surge com a transformação de CEFET em IF. Algumas pessoas ainda não sabem que viramos Instituto, ainda pensam como escola técnica.
G6	Programas de Assistência ao aluno. Estrutura física moderna e bem equipada. Política de cotas de 50% para alunos oriundos da Escola Pública. Preocupação com programas sociais. Não se abalar com os avanços tecnológicos. Corpo administrativo e docente que se identificam com a Instituição. Valorização do servidor. Bom itinerário formativo, ou seja, a possibilidade do aluno cursar do Ensino médio a pós graduação. Interação entre alunos e professores de vários níveis de escolaridade. Ensino profissional com alternativas para públicos distintos. Valorização do PROEJA.	Fraca interação com a sociedade empresarial. Fixação do servidor por mais tempo nas unidades do interior. Melhor disseminação de projetos de incubadoras tecnológicas. Estímulo a formação de novos grupos de pesquisa e de Inovação tecnológica. Baixa interatividade com alunos egressos. Melhorar a interação com servidores dos diversos campi, via programa comunica IFPB. Controle do alto índice de evasão escolar.

Quadro 7 Pontos positivos e negativos elencados pelos entrevistados

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Evidencia-se nos depoimentos que os atores institucionais reconhecem a importância da mudança tanto para o desenvolvimento do país como para a instituição, principalmente no que concerne aos investimentos assegurados a ampliação das oportunidades, ampliação no quadro de cursos oferecidos, contudo, admitem que a mudança ocorrida trouxe uma certa instabilidade institucional. É nítido o entendimento de que os efeitos positivos de toda transformação sempre são acompanhados de algumas dificuldades.

Por outro lado a ausência de um debate amplo sobre a nova institucionalidade se apresenta como o principal entrave gerando dúvidas e incertezas. Segundo o Professor Jesué Graciliano da Silva:

A partir dos depoimentos e pesquisa bibliográfica é possível inferir que os principais atores responsáveis pela concepção do modelo dos Institutos Federais foram o Ministro da Educação prof. Fernando Hadadd, prof. Getúlio Marques Ferreira, prof. Gleisson Rubin e prof. Eliezer Pacheco. Essa concepção não foi previamente discutida com a maioria dos dirigentes que se organizavam nos conselhos CONCEFET, CONEAF e CONDETUF, o que gerou uma série de interpretações e reações em todo o país. Os dirigentes foram surpreendidos com o lançamento da ideia dos Institutos Federais em evento realizado no Palácio do Planalto no dia 24 de abril de 2007, quando foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação e também a Chamada Pública 01/2007, que previa a construção de novos 150 *câmpus* da rede EPT em todo o país.

SILVA, Jesué Graciliano da Silva, SANTOS, Consuelo A. Sielski e SILVA, Marcelo Carlos da Silva (2014 p. 35)

Quanto as expectativas para o futuro da instituição destacamos o seguintes depoimentos:

(...)Fortalecimento da instituição no estado e na região com a consolidação dos campi no interior do estado; a necessidade de aperfeiçoamento do acompanhamento da taxa de evasão; acompanhamento sistemático, e institucionalizado, das egressas e egressos; apropriação de fatores legais, e burocráticos, por parte dos gestores; proporcionalidade e qualidade entre expansão da estrutura física e humana; política de fixação de professores e técnicos em regiões interioranas; políticas específicas para os diversos seguimentos e modalidades presentes no IFPB.(G1)

(...)Minha visão de futuro ou perspectiva pra o IFPB é de uma Instituição promissora, **com ampliação do seu processo de fortalecimento de suas bases estruturais, (grifo do autor)** mais cursos, inclusive de Pós-Graduação, aumento do número de vagas, mais pessoas concursadas contratadas, maior número de docentes e pessoal do Corpo Técnico Administrativo com qualificação profissional, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado, com vários projetos nas áreas sociais e comunitárias, com inclusão e pesquisas relevantes.

Entretanto, com a tomada do governo federal por este grupo golpista, de extrema direita, e defensora do neo-liberalismo, que retira o papel do Estado na oferta da educação à população, deixando que o capital privado assumira tal papel, dentre outras questões, **eu temo que esta minha visão se resuma numa utopia, e que nossa Instituição, assim como as Universidades e toda educação brasileira, sejam privatizadas, e que, só as pessoas com recursos financeiros possam estudar, nessas Instituições** (grifo do autor). (G2)

(...)Tenho a opinião de que o nosso crescimento em termos de expansão e criação dos campi no interior do estado, apesar de frutífero, hoje revela-se demasiado.

Me preocupa também o fato de que hoje tenhamos instituições que estão próximas e ofertam cursos similares e que se esvaziam por falta de estudantes. Outro problema que é muito preocupante para a rede reside na redução da procura pelos cursos da instituição, fenômeno este que pode ter justificativas plausíveis, mas que precisam de um estudo mais aprofundado para se encontrar uma solução. É preciso investir fortemente na oferta de vagas para os cursos técnicos integrados para atrair os jovens egressos do ensino fundamental, principalmente nos municípios mais carentes de escolas de nível médio. **Vejo que o futuro dos Institutos e principalmente nos Campi do Interior, com muita preocupação, pois reputo os resultados como indesejáveis, pois as taxas de conclusão são muito baixas, enquanto que as taxas de retenção e evasão são altas, conforme dados do SISTEC** (grifo do autor). (G4)

(...)O futuro de nossa Instituição está muito atrelado a governança do país (pois somos autarquia federais). **Neste sentido não vejo com bons olhos.** (grifo do autor) (G5)

O caminho natural, caso não tivesse havido o golpe parlamentar contra a presidenta eleita, seria a preparação para uma futura transformação do IF em Universidade Federal Tecnológica da Paraíba.

Sem um retorno da política implantada pelos governos Lula e Dilma; a continuar a atual política nos anos vindouros, estaremos condenados a sermos uma mera Escola de formar mão de obra para um Mercado que nem sei se existirá. (G5)

O que fica claro, a partir desses relatos, é que passado o impacto da constituição da nova institucionalidade, foi ficando cada vez mais nítido o caráter precário e as inconsistências da condução governamental do processo de expansão da rede. Bastante progressista, porém, a expansão não foi acompanhada por investimentos em nível adequado para materializar a promessa inicial, onde a insuficiência orçamentária revelou os limites administrativos e educativos da expansão. Os Institutos Federais foram criados para desempenharem o papel de uma ampla rede federal de instituições de educação profissional e tecnológica articulada com a educação básica. Cujo papel seria de dar suporte a economia do país através de uma mão-de-obra qualificada, e paralelamente estimular o progresso sociocultural nas localidades onde foram criadas. O ensino, a pesquisa e a extensão de

excelência, deveria estar focada no desenvolvimento dos arranjos produtivos locais. Isso se tornaria viável devido a qualificação de seu corpo docente e técnico-administrativo.

Percebe-se que diante de tantas inovações, os atores institucionais viveram e ainda convivem com uma certa instabilidade e que se faz necessário reconhecer, se moldar e aceitar esse novo *status* para o bom andamento do processo. Sobretudo, construir uma nova identidade, o que se comprova no depoimento abaixo:

(...)Vejo que o futuro dos Institutos e principalmente nos Campi do Interior, com muita preocupação, pois reputo os resultados como indesejáveis, pois as taxas de conclusão são muito baixas, enquanto que as taxas de retenção e evasão são altas, conforme dados do SISTEC Precisamos urgentemente discutir estes fenômenos, não apenas com a divulgação dos dados, mas principalmente com a exposição e discussão das causas, definindo metodologias e ações para melhorar estes índices.

A alta rotatividade e mobilidade dos servidores que são responsáveis pela dificuldade de criação da identidade do Campus e da garantia de uma educação de qualidade,(grifo do autor) a falta de uma política mais agressiva para assistir aos servidores e estudantes, associados a um planejamento de ofertas de cursos mais identificados com os estudantes e as demandas locais, são gargalhos que precisam ser analisados e estudados com mais ênfase, levando a discussão para o encontro ao interesse da sociedade, tomando como referência a missão da instituição que é centrada no estudante, buscando o foco na aprendizagem.(G4)

Concluindo a análise das entrevistas podemos afirmar que criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, segundo a lei 11.892/2008, criou uma nova institucionalidade e inaugurou várias possibilidades que resultam numa diversidade de práticas ligadas à oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades. Isso acarretou no interior do IFPB, a construção de vários campos e *habitus*. No processo de transformação da educação profissional, surgiram várias contradições quanto à percepção dos atores institucionais em relação ao papel das instituições, gerando conflitos acerca da identidade das escolas e da verticalização e multiplicação acelerada dos *campi*.

O IFPB, visto como o “espaço estruturado de posições cujas propriedades dependem das posições nestes espaços” (BOURDIEU,1983) significa a história escrita pelos seus atores através das concepções, práticas e *habitus* adquiridos, e é também um campo em construção, na formação de novos *habitus*. Um campo define-se segundo Bordieu, pela disputa “entre o novo que está entrando e tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência” (BOURDIEU, 1983.p.89).

A identidade, por sua vez, aqui considerada como produto da cultura de um determinado grupo, é construída por ressignificações dos elementos referentes ao sistema

cultural, e usando a expressão de Bourdieu, pode-se chamar de cultura legítima, apreendida empiricamente, pelo conceito de *Habitus*. Construída no *habitus* com os efeitos da estrutura institucional na forma de ser dos seus profissionais, conduzindo-os a determinados traços funcionais e tomada de posição. A Instituição como ambiente de trabalho, como manifestação da vida, em toda sua complexidade é o ambiente que traduz os anseios e as necessidades profissionais dos atores institucionais, que são aqueles que agem na dialética da sociedade, permeados por *habitus*, que formam uma matriz de disposições duráveis, reatualizadas e modificadas ao longo da vida. (BOURDIEU, 1983).

Gostaríamos de, neste ponto, sublinhar que estamos diante de um fenômeno social envolvendo a história das instituições e a trajetória social dos seus agentes. Os Institutos precisaram adquirir sentido para os seus agentes. Um fator preponderante que devemos levar em conta é o forte valor simbólico da antiga Instituição e que os agentes que nela permaneceram foram por ela moldados e talvez possamos mesmo achar que se trata de um “estigma de origem”, um elemento do imaginário coletivo cuja origem remonta ao início de sua fundação (1909), mas que ainda está presente nas representações sociais construídas por diferentes grupos sobre a educação profissional tecnológica.

À guisa de conclusão, podemos destacar os principais pontos elencados, segundo a análise dos depoimentos: a maioria dos entrevistados entende que o processo foi motivado pela intenção do governo em expandir o ensino técnico a diversas regiões, dando mais oportunidade de acesso, bem como o desenvolvimento nacional; todos concordam que o processo se deu de forma impositiva, sem consultar os profissionais que atuavam na instituição. O processo de transformação institucionalizou-se de forma política, através de uma nova lei, sem nenhuma medida antecedente que preparasse o corpo técnico para esse novo desafio.

Outro ponto foi a preocupação demonstrada nos depoimentos com a rapidez com que ocorreram as mudanças e com a proliferação, em curto espaço de tempo, de novas unidades. E a preocupação com a diversidade de modalidades de ensino praticadas depois das mudanças. Existe o temor também que essas mudanças, possam gerar uma perda da excelência sempre praticada na Instituição, característica tradicional e consolidada desde a época das Escolas técnicas.

Não se percebeu, nas declarações, que os atores institucionais tenham muita resistência à mudança organizacional, o que se percebeu foi sim uma preocupação maior com a implementação a nível de gestão. O fato é que as mudanças sempre exigem uma alteração

nos valores e atitudes institucionais, e que a alteração, muito rápida e imposta, tenha de certo modo, comprometido a capacidade de fazer uso de novas regras requeridas pela nova institucionalidade. Desse modo, pode-se afirmar que a efetividade da mudança organizacional depende do modelo de intervenção adotado pela Instituição, o qual implica em uma compreensão aprofundada da realidade e o alinhamento das ações gerenciais com os padrões culturais formais e informais que norteiam o comportamento organizacional.

A pesquisa indicou algumas dificuldades e incertezas dos atores institucionais entrevistados e evidenciou que apesar de passados oito anos desde a implementação inicial da mudança, estas ainda persistem. E que é preciso que a comunidade se redefina, pois a construção de uma identidade institucional, sólida, é um processo conflituoso e longo.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi elaborado com o intuito de analisar o processo de transformação da Rede Federal de Educação Profissional, tomando como referência básica o caso do IFPB. Partimos das mudanças que se originaram na estrutura da antiga Escola Técnica e CEFET, para dar lugar ao novo contexto como IFPB, procurando demonstrar como os fatos ocorreram, indo desde a concepção da ideia de criação dos Institutos Federais, até a concretização dessa formação, com todas as implicações que advieram ao cotidiano da instituição e conseqüentemente, dos segmentos nela inseridos.

O interesse pelo tema não surgiu apenas da necessidade de ter um título acadêmico. O ímpeto investigativo se desenvolveu durante a minha vivência no interior da antiga Escola

Técnica Federal da Paraíba e cresceu no exercício profissional como servidora dessa instituição de ensino.

Igressei na escola Técnica Federal da Paraíba, por concurso público, em 1992 e pude presenciar duas grandes transformações da instituição, ambas muito marcantes: de Escola Técnica Federal para Centro Federal de Educação Tecnológica, que logo deu lugar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

Uma forte inquietação foi surgindo à medida que passei a vivenciar o processo das transformações e conjecturar sobre o fato de que as instituições que compõem a rede federal de educação profissional e tecnológica vinham atuando, tradicionalmente, na formação profissional, especialmente no setor técnico-industrial e agropecuário, e em apenas dez anos se transformaram em Centros Federais de Educação Tecnológica e logo depois em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ofertando além do ensino médio, o superior e diversos cursos técnicos para alunos em idade regular, técnicos para jovens e adultos, tecnológicos, engenharias, licenciaturas, e pós-graduação *latu sensu* e *stricto sensu*.

Ao refletir sobre a extensão e consequências dessa expansão, encontrei a motivação para escolher o tema do presente estudo, pois, percebi que me aprofundar sobre as mudanças que se iniciaram, após as transformações em CEFET-PB, e que foram acentuadas, após a transformação em IFPB, poderiam se tornar elementos importantes para minha atuação profissional.

Ao longo deste estudo fui imergindo, gradativamente no contexto institucional, passeando sobre sua história, observando sua dinâmica e recordando fatos vivenciados no seu interior, como ator institucional que, além de ter interesse no tema, também participou de todo o processo de transformação, enquanto técnico do IFPB. Ao longo da realização das entrevistas me reconheci no discurso de alguns colegas e confirmei, que a inquietação inicial, razão da escolha do tema, não era só minha. Desde o início, sabia que a situação não era de neutralidade, visto que, eu também era um ator institucional e que deveria haver um distanciamento para a análise, de forma a não comprometê-la. Até este momento a distância foi mantida, mas o sentimento pessoal da compreensão dos sentidos dessa mudança me leva a fazer algumas considerações.

Desde a sua criação, há oito anos, o IFPB ganhou muita projeção social, devido a sua inserção em todo o estado, e aos enormes investimentos do governo federal, em infraestrutura física e de pessoal. Ele vem se constituindo com uma nova institucionalidade, mas também coexistindo com um passado tradicional. O desafio que está sendo posto, no entanto é a

construção de uma nova identidade institucional, tendo como contexto as tensões entre os níveis de ensino, consensos/dissensos, semelhanças/diferenças, concordâncias/contradições.

Podemos certamente afirmar que o IFPB, bem como os demais Institutos, vem enfrentando um processo conflituoso na construção de suas novas institucionalidades, um tensionamento entre a secular identidade de escola técnica, representada pela oferta de formação técnica à classe trabalhadora, e seu novo status, representado pela oferta, também de cursos superiores. Este tensionamento, embora não revelado abertamente, tende a fazer emergir no interior da instituição, forças de aceitação e de rejeição.

Preciso, também reconhecer que a questão estudada não se esgota no presente estudo, ela é muito mais profunda do que a concebida no início deste estudo. Esta constatação foi reforçada quando da revisão histórica da Educação Profissional no Brasil. A formação para o trabalho manual, sempre foi desprestigiada historicamente, houve sempre um descaso com a educação para o trabalho, enquanto que, para a formação do “livre pensar”, para a especulação filosófica, sempre foi destinada para os estratos sociais mais privilegiados, valorizada em demasia, se configurando como um fator de distinção social. Neste contexto, as escolas da REDE surgem como um elemento de transformação social.

O fato é que ao longo da história podemos certamente encontrar as causas, os motivos e as justificativas, para a transformação das Escolas Técnicas em CEFETs e estes em IFEs. O ensino profissional no Brasil já era ministrado, no início informalmente pelos jesuítas, a Revolução Industrial, acarretou a necessidade de mão-de-obra especializada, surgindo a Escola de Aprendizes Artífices, criada para atender os desvalidos, que, após muitas transformações – e tradição em ensino técnico de nível médio –, tornou-se um Centro Federal de Educação Tecnológica, momento em que passou a ofertar cursos de nível superior, pós-graduação e EJA, daí para Instituto, com *status* de universidade. Uma transformação e tanto para quem sempre foi considerada a opção para os menos favorecidos.

Os Institutos Federais foram criados, através da Lei nº 11.892/2008, com estrutura pluricurricular e multicampi, de natureza jurídica de autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. A Lei atribuiu finalidades e características a essa nova instituição, que tem a missão de formar um profissional que seja cidadão consciente e portador de conhecimentos que o habilite a ser capaz de mudar a sua realidade política, econômica, social e cultural.

Quando nos debruçamos sobre os dispositivos legais que determinaram as mudanças ocorridas na instituição, se constatou que ela manteve como foco principal a formação

profissional, passando depois de algum tempo para a formação de artesãos em nível primário, pela formação técnica de trabalhadores no ensino secundário, para finalmente chegar na formação profissional e tecnológica de nível superior. Permaneceu, portanto, sempre focada na formação profissional. Historicamente a instituição caracterizou-se pela oferta de cursos na área profissional, mesmo que visando atender as demandas do setor produtivo.

Sem dúvida, os IFEs, representam um modelo educacional arrojado e inovador cabendo ao governo federal o mérito da sua concepção, porém, este, criou-os através de uma enorme expansão, antes nunca acontecida no cenário da educação brasileira. A forma como se deu essa transformação, a meu ver, muito rápida e desordenada, levou a um certo comprometendo na qualidade do ensino ofertado, causando certa insegurança e inquietação por parte da comunidade. A ausência de planejamento e amplo debate agravaram o quadro de incertezas, acentuados pela falta de servidores docentes e técnico-administrativos, com consequências marcantes e perspectivas de recuperação a longo prazo. Os desafios enfrentados foram grandes e desafiadores. O volume de *campi* inaugurados, no estado da Paraíba, atinge hoje cerca de vinte unidades, sob a tutela do IFPB, não permitindo à gestão administrativa, planejamento e organização, dada as intensas novidades, como o dever de atuar em áreas que fugiam à sua tradição.

A Lei também determinou que fosse obrigatória a oferta de cursos na área de formação de professores, ampliando a área de atuação das antigas Escolas Técnicas Federais, sem considerar a falta de experiência na formação de licenciandos por parte da grande maioria das unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Importante também frisar que, além do legado patrimonial e imobiliário, que cada novo Instituto Federal recebeu, deve-se considerar, que os servidores das escolas que foram incorporadas à REDE passaram a fazer parte de um mesmo corpo social, gerando um fator complicador no seio da Instituição. Diferentes culturas escolares passaram a conviver em uma nova e única, instituição.

Outra observação, diz respeito à ausência de avaliação acerca das mudanças, enquanto política pública. O fato é que inexistem mecanismos institucionalizados de análise e acompanhamento de sua implantação, algumas ações de avaliação são realizadas, objetivando apenas o cumprimento formal de uma exigência legal. É importante ressaltar que o ciclo das políticas públicas deve ser avaliado sob pena de ter seu resultado incompleto. O desenvolvimento de mecanismos para a constante avaliação de sua implantação, certamente, possibilitaria uma reflexão acerca da seu alcance, além da correção de rumos, ou até mesmo

subsidiar as futuras decisões políticas tomando como referência os resultados das ações anteriores.

Depois dessas considerações, também é importante registrar que a intenção deste estudo não foi tirar o mérito da política educacional que criou os IFEs. Os Institutos Federais são instâncias educativas de referência fundamental para a educação profissional e tecnológica, comprometida com o social e com a formação integral do cidadão, além de ter aumentado o leque de oportunidades de capacitação, para grande parte da população brasileira.

No processo de expansão do IFPB, é possível perceber tanto benefícios, quanto pontos fracos, que interferiram no cotidiano dos segmentos que compõem o instituto, o que consideramos absolutamente natural. Porém para fins deste estudo, o destaque fica para a comprovação de que os atores institucionais ainda estão vivenciando o movimento de mudanças e estão tomando consciência da complexidade de suas novas atividades profissionais, e que há uma dinâmica de desestruturação/reestruturação da identidade profissional dos servidores do IFPB. Esses servidores estão construindo novas identidades profissionais a partir do novo *habitus*.

Por fim, percebemos que apesar do novo desenho institucional do IFPB ter sido aprovado pela maioria da comunidade, ainda há no interior da instituição, concepções e práticas que remontam ao início da sua constituição e que a política de expansão e interiorização, o diversificou demais, quando ofertou dentro de uma mesma instituição, uma diversidade de níveis de ensino.

Evidenciou-se também neste estudo, que o nível de compreensão da realidade organizacional não possibilitou, ainda, que o novo modelo institucional adotado atingisse a plenitude de resultados esperados. Na percepção dos atores institucionais, esses resultados ainda são incipientes, em relação ao grande desafio posto e que muito ainda precisa ser feito.

A comprovação de que a transformação institucional provocou a transformação identitária do servidor do IFPB, nos leva a entender o grau de complexidade e da diversidade de ações que os servidores devem realizar, para garantir a excelência no atendimento ao seu público.

O IFPB ainda tem um longo caminho pela frente. E o mais importante rumo a ser seguido, deve ser o de desenvolver um trabalho, junto aos servidores. A conscientização de que: o que faz o IFPB ser a instituição descrita na Lei n 11.892/2008 são principalmente as

pessoas e suas ações, e essas ações devem estar vinculadas a uma identidade que ainda precisa ser construída.

A Reitoria e os Campi precisam realizar um amplo movimento de alinhamento organizacional, o que inclui processos de tomadas de decisão e de gestão, que possam contribuir para o alcance de sua missão institucional, o que exige empenho na coordenação e definição de ações coletivas, onde os atores institucionais sejam reconhecidos. E ainda, que estes atores institucionais possam trabalhar em conjunto com o objetivo de mobilizar o desenvolvimento de uma nova identidade institucional, porém, sabemos que esse é um trabalho de médio e longo prazo. O alinhamento das ações e o reconhecimento das vozes institucionais, certamente, muito contribuirá para o entendimento e o gerenciamento de questões do comportamento organizacional frente à mudança.

Acreditamos que o verdadeiro processo de mudança organizacional, só será efetivado, se as expectativas dos atores institucionais estiverem alinhadas com os objetivos estratégicos da instituição e, quando houver um amplo conhecimento e convergência sobre o modelo que está sendo construído, além dos aspectos a serem superados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMATUZZI, M. M. Pesquisa Fenomenológica em Psicologia. In: BRUNS, M. A. T.; HOLANDA, A. F. (Orgs.). Psicologia e Pesquisa Fenomenológica: reflexões e perspectivas. São Paulo: Ômega Editora, 2001

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.

_____. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998.p. 29-39.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

_____. NBR 10520: informação e documentação – citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

_____. NBR 14724: informação e documentação - trabalhos acadêmicos- apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASHFORTH, Blake E., MAEL, Fred. Social identity theory and the organization. *Academy of Management Review*, 1998, vol.14, n.1, p.20-39

AZEVEDO, Luis Alberto; SHIROMA, Eneida Otto; COAN, Marival. As Políticas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? *Boletim técnico do Senac: a reforma da educação profissional*. Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, maio/ago. 2012.

BARBOSA, Luiz e SOUZA, José. Política e economia no governo Lula. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

BARDIM L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 2009.

BARROS, Elizabeth; BRUNACCI, Maria Izabel. Superação e permanência: políticas públicas da educação brasileira e neoliberalismo. In: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen (Org.). *O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea, uma análise dos governos Collor a Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós- modernidade*. Trad. Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

BECKER, H. (1994) *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 2a. ed. São Paulo: Hucitec.
BERGER, L. Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petropolis, Vozes, 2004.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em *Tese*, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027> acesso em 09 jan. 2016.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

_____. *O Poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Sobre a televisão. Traduzido por Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C. E PASSERON, J.C. A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. A economia das trocas simbólicas. Tradução de Sergio Miceli e outros. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BRITO, A. X. de; LEONARDOS; A. C. A identidade das pesquisas qualitativas: construção de um quadro analítico. Cadernos de Pesquisa, Campinas, n. 113, p. 7-38, jul. 2001.

BROWN, Andrew D. Narcissism, identity, and legitimacy. Academy of Management Review, vol.22, n.3, 1997, p.643-686

CAMPOS, Fernanda Araújo Coutinho. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro de. História dos CEFET's dos primórdios a atualidade: reflexões e investigações. Belo Horizonte: 1º Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, 2008.

CASTELLS, Manuel. Paraíso comunais: identidade e significado na sociedade em rede. In: CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.21-28.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. Informação & Sociedade: Estudos, v. 24, n. 1, 2014.

CERQUEIRA, Kléber Chagas. Educação e Indústria: Elementos de História do Ensino Industrial no Brasil, 2004. Disponível em: www.asselegis.org.br. Acessado em 11 jan.2016

CALDAS, Miguel P.; WOOD JÚNIOR, Thomaz. Identidade organizacional. In: CALDAS,

CHIZOTTI, A. (1991) Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Cortez.

COLOMBO, Irineu Mario. Educação para um novo tempo: o Instituto Federal. Brasília: SETEC/MEC, 2008.

CONSELHO DE DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA – CONCEFET. Manifestação do Concefet sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, 2007.

CRITELLI, D.M. A analítica do sentido: uma aproximação e interpretação da real orientação fenomenológica. São Paulo: Educ/Brasiliense, 1996.

DARTIGUES, André (1973): O que é a Fenomenologia. Rio de Janeiro, Eldorado.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>. acesso em 08 jan 2016

DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *A crise das Identidades: A interpretação de uma Mutação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DURKHEIM,  mili. *As regras do método sociológico*. Trad. Paulo Neves e revisão da tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

ETFPB. Sinopse histórica da Escola Técnica Federal da Paraíba (1909 - 1979). Disponível em: <http://ifpb.edu.br/institucional/historico> acesso em 14 set 2015

FONSECA, Celso Suckow. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. In: *Educação e Sociedade*, v. 26, n. 92, Campinas, Out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302005000300017>. Acesso em: 12 dez. 20015.

GARCIA, Sandra Regina de oliveira. "O fio da história: a g nese da formação profissional no Brasil". In: *Trabalho e Crítica*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 2010.

GIORGI, A. (2008). Sobre o método fenomenológico utilizado como modo de pesquisa qualitativa nas ciências humanas: teoria, prática e avaliação. In J. Poupert (Org.), *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp.386-409). Petrópolis: Vozes.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 1995. 35(2), 57-63.

GOMES, Alfredo Macedo; DE MORAES, Karine Numes. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 118, p. 171-190, 2012.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. Tradução de Marcel A F. Silva, São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2002.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 5  edic  o. Petrópolis: Vozes, 1997.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In T. T. da Silva (Ed.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (3.ed., pp. 103-133). Petropolis, RJ: Vozes. 2004.

_____. *A Identidade Cultural na Pós- Modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HUSSERL E. *A filosofia como ciência do rigor*. Coimbra: Atlântica, 1965.

IFPB. Histórico CEFET Paraíba. Disponível em: <http://www.ifpb.edu.br/>. Acesso em 23/01/2016.

JACQUES, M. G. C. Identidade. In: M. N. Strey et al. *Psicologia social contemporânea* (pp.159-167), Petrópolis, Vozes, 1998.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de pesquisa*. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução de Lúcia Mathilde Enddlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA FILHO, Domingos Leite. A universidade tecnológica e sua relação com o ensino médio e a educação superior: discutindo a identidade e o futuro dos CEFETs. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 349-380, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>>. Acesso em: 18 jan .2016.

LÜDKE, M. Aprendendo o caminho da pesquisa. In: FAZENDA, I. *Novos enfoques da pesquisa educacional*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 35-50

MACHADO, Hilka V. A identidade e o contexto organizacional: perspectivas de análise. *Rev. adm. contemp.* 2003, vol.7, n.p., pp. 51-73. ISSN 1982-7849.

MACHADO-da-SILVA, C. L. e NOGUEIRA, E. E. S. Rocha. Identidade Organizacional: um caso de manutenção, outro e mudança. *Revista de administração Contemporânea*, v.5, p.35-58, 2001.

MACHADO-da-SILVA, Clóvis L. e NOGUEIRA, Eros E. S. Rocha. Instituições, cultura e identidade organizacional. *Anais do ENEO 2000*. Curitiba: Cromos, 2000.

MANFREDI, S. M. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social*. NESPI nº 1. São Paulo: PUCSP, 1994.

MARTINS J., BICUDO M.A. *A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos*. São Paulo: Moraes, 1989.

MENDONÇA, Aline Graciele. "Ensino técnico de nível médio: momentos de prestígio e de esquecimento se alternando durante a história da educação profissional no Brasil." *Horizontes* v.32 n.2 (2014).

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade. MINAYO, M. C. de S (Org) Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAYO, M.C.S. e SANCHES, O. (1983) Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v.9, n.3, pp.239-262.

_____. (1993) O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed., São Paulo: Hucitec/ Abrasco.

MIRANDA, C. Identidade: síntese das múltiplas identificações. São Paulo: Cabral Editora, 1998.

LIMA, Mirian Pereira. "O Instituto Federal de Pernambuco: a construção da identidade do campus Recife." (2011).

MOREIRA, Daniel Augusto. O método fenomenológico na pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MORGAN, Gareth. Imagens da Organização. São Paulo: Atlas, 1996.

NEGRÃO, José J. Para conhecer o neoliberalismo, São Paulo, Publisher Brasil, 1998. Disponível no endereço eletrônico <www.unb.br/acs/acsweb>. Acessado em; 16 de nov de 2015.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 2, 1996.

OTRANTO, Célia Regina. Criação e implantação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Revista RETTA (PPGEA/UFRRJ), ano 1, n. 1, jan. /jun. 2010. Disponível em: <<http://www.celia.na-web.net/pasta1/trabalho19.htm>>.90 Acesso em: 11 nov. 2015.

PACHECO, E. M. PEREIRA, L. A. C. SOBRINHO, M. D. Educação profissional e tecnológica: das Escolas de Aprendizes Artífices aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. T&C Amazônia, Ano VII, Número 16, Fevereiro de 2009.

PACHECO, Eliezer. SETEC/MEC: Bases para uma Política Nacional de EPT. Brasília: MEC, 2008.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. Por uma história da educação profissional: contribuições e desafios de pesquisas em história oral. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). Cultura, Saberes e Práticas: Memórias e História da Educação Profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. 2012. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291>. Acesso em 09 jan. 2016

SCHIMIDT, Michele de Almeida. Os institutos de educação, ciência e tecnologia: um estudo da expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2010.

SILVA, Caetana Juracy Rezende (Org.). INSTITUTOS FEDERAIS LEI 11.892, de 29/12/2008: Comentários e Reflexões. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3753&Itemid=>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

SILVA Jesué Graciliano da Silva, SANTOS Consuelo A. Sielski e SILVA Marcelo Carlos da Silva, Transformação do CEFET-SC em IFSC: concepções, conquistas e desafios. 2014 Disponível em: <https://transformacaodocefetscemifsc.wordpress.com/> acesso em 20 de nov 2016

SILVA, Suzete Câmara da; GONÇALVES, Francisco Ednardo. Expansão da rede federal de educação e impactos socioespaciais: reflexões iniciais sobre o IFRN. IV Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte e Nordeste de Educação Tecnológica. Belém, 2009.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In T. T. da Silva (Ed.), Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais (3. ed., pp. 73-102). Petropolis, RJ: Vozes. 2004.

SPINK, M.J.P. (1993) O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial. Cadernos de Saúde Pública. v.9, n.3, pp.300-308.

SPINK, M.J.P. (1994) Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In: JOVCHELOVITCH, S. e GUARESHI, P. (orgs.) Textos em Representações Sociais. Petrópolis: Vozes.

TAYLOR, Charles **As fontes do self: a construção da identidade moderna**. São Paulo: Loyola, 1997.
_____; et al. **Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento**. Lisboa: Piaget, 1998.

TAVARES, M. G. Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. In: IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, Caxias do Sul. Rio Grande do Sul, 2012.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez. 2000.

WHETTEN, D.A. Albert and Whetten Revisited strengthening the Concept Organizational Identity. Journal of Management Inquiry, vol.15, nº. 3, September 2006. Vol. 15 n.3, p. 219-234, Sep.2006.

WITTACZIK, L. S. Educação Profissional no Brasil: histórico. E-Tech: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 1º. sem., 2008

WOODWARD, K. Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In T. T. da Silva (Ed.), Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais (3. ed., pp. 7-72). Petrópolis. 2004

YIN, R. K. (2001). Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman.

ANEXOS

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Política Pública de Transformação do Sistema Federal de Educação Profissional e Tecnológica: Uma Reconfiguração Identitária do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB

Pesquisador: MARIA DE FÁTIMA DANTAS CARNEIRO SOUTO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 62242516.1.0000.5168

Instituição Proponente: Universidade Federal da Paraíba

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.918.227

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa egresso do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - MESTRADO PROFISSIONAL, do CENTRO DE EDUCAÇÃO da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, da aluna MARIA DE FÁTIMA DANTAS CARNEIRO SOUTO, sob orientação do professor Swamy de Paula Lima Soares.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar possíveis reconfigurações da identidade institucional do IFPB ocorrida entre o período 2003 a 2010, a partir da visão dos atores da instituição.

Objetivos Secundários:

1. Examinar os documentos base da mudança ocorrida entre os anos 2003 a 2010 no IFPB;
2. Identificar os elementos que constitui a identidade organizacional do IFPB objeto deste estudo de acordo com a visão de atores sensíveis aos processos de mudança;
3. Identificar os saberes que foram convocados, criados ou recriados pelos servidores para

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOÃO PESSOA

Telefone: (83)3218-7791

Fax: (83)3218-7791

E-mail: eticaccae@cca.ufpb.br

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Política Pública de Transformação do Sistema Federal de Educação Profissional e Tecnológica: Uma Reconfiguração Identitária do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB

Pesquisador: MARIA DE FÁTIMA DANTAS CARNEIRO SOUTO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 62242616.1.0000.5188

Instituição Proponente: Universidade Federal da Paraíba

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.918.227

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa egresso do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - MESTRADO PROFISSIONAL, do CENTRO DE EDUCAÇÃO da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, da aluna MARIA DE FÁTIMA DANTAS CARNEIRO SOUTO, sob orientação do professor Swamy de Paula Lima Soares.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar possíveis reconfigurações da identidade institucional do IFPB ocorrida entre o período 2003 a 2010, a partir da visão dos atores da instituição.

Objetivos Secundários:

1. Examinar os documentos base da mudança ocorrida entre os anos 2003 a 2010 no IFPB;
2. Identificar os elementos que constitui a identidade organizacional do IFPB objeto deste estudo de acordo com a visão de atores sensíveis aos processos de mudança;
3. Identificar os saberes que foram convocados, criados ou recriados pelos servidores para

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-000

UF: PB

Município: JOÃO PESSOA

Telefone: (83)3218-7791

Fax: (83)3218-7791

E-mail: etic@ccs@ccs.ufpb.br

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



Continuação do Parecer: 1.218.227

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB - INFORMAÇÕES BÁSICAS_DO_P ROJETO_752447.pdf	05/01/2017 19:35:17		Aceito
Outros	Termodeanuencia.pdf	05/01/2017 19:33:53	MARIA DE FÁTIMA DANTAS CARNEIRO SOUTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto detalhado.docx	19/12/2016 20:00:53	MARIA DE FÁTIMA DANTAS CARNEIRO SOUTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.docx	19/12/2016 19:57:47	MARIA DE FÁTIMA DANTAS CARNEIRO SOUTO	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	22/11/2016 13:29:18	MARIA DE FÁTIMA DANTAS CARNEIRO SOUTO	Aceito
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODECONSENTIMENTO.pdf	21/11/2016 12:45:43	MARIA DE FÁTIMA DANTAS CARNEIRO SOUTO	Aceito
Parecer Anterior	parecer.docx	27/09/2016 16:05:50	MARIA DE FÁTIMA DANTAS CARNEIRO SOUTO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao.pdf	27/09/2016 15:29:32	MARIA DE FÁTIMA DANTAS CARNEIRO SOUTO	Aceito
Brochura Pesquisa	projeto.pdf	17/08/2016 14:27:33	MARIA DE FÁTIMA DANTAS CARNEIRO SOUTO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 13 de Fevereiro de 2017

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3218-7791 Fax: (83)3218-7791 E-mail: eticacsa@ccs.ufpb.br

APÊNDICES

Apêndice A

Entrevista

Prezado(a) Servidor (a)

Esta entrevista é o instrumento metodológico da pesquisa; A Política Pública de Transformação do Sistema Federal de Educação Profissional e Tecnológica: uma Reconfiguração Identitária do Instituto Federal de educação Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, desenvolvida por Maria de Fátima Dantas Carneiro Souto e orientada pelo Prof. Swamy de Paula Lima Soares no âmbito do Mestrado em Políticas Públicas da Educação, na Universidade Federal da Paraíba –MPPGAV.

A entrevista trata de questões referentes a percepção dos servidores do processo de transformação das Escolas Técnicas Federais, ao longo da última década, em Institutos Federais de Educação.

Lembramos que sua participação é voluntária e que seu anonimato será garantido.

A entrevista será gravada e posteriormente transcrita, de modo a respeitar o conteúdo exato das suas informações.

Comprometemo-nos que ao término desta pesquisa divulgar para os entrevistados o estudo concluído. Ressaltamos que sua participação será de suma importância para o êxito desta atividade.

Agradecemos imensamente sua disponibilidade e a assinatura do termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Roteiro

1. Em que ano você ingressou na instituição - ETEPB? Como você entrou na Instituição?
2. Como foi o seu trajeto na instituição- ETEPB? Quais funções você exerceu?
3. Descreva a Instituição no momento da sua contratação?
4. O que mais chamou sua atenção nesse momento?
5. Em sua opinião, quais os motivos que justificaram a transformação das ETFs em CEFETS e IFS?
6. Você aprovou ou desaprovou as mudanças ocorridas?
7. O que modificou na gestão da instituição com a transformação?
8. Quais os pontos positivos e negativos dessa transformação?
9. Descreva a instituição atualmente, isto é pós transformação em IF.
10. Que papel você desempenha atualmente no IFPB?
11. Qual a sua perspectiva/visão para o futuro do IFPB?

Apêndice B

Carta aos Entrevistados

Caro(a) Servidor(a)

Sou Maria de Fátima Dantas Carneiro Souto, servidora do Quadro Permanente do Pessoal Técnico Administrativo do IFPB, lotada na Reitoria matrícula, estou fazendo Mestrado em Políticas Públicas da Educação, na Universidade Federal da Paraíba – MPPGAV- cujo tema da minha dissertação é: A Política Pública de Transformação do Sistema Federal de Educação Profissional e Tecnológica: uma Reconfiguração Identitária do Instituto Federal de educação Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB e, a metodologia utilizada será a pesquisa qualitativa e exploratória com entrevistas semiestruturadas.

Venho solicitar a V.Sra. a cooperação voluntária e participação, seu depoimento é muito importante para nós, pois ao longo da sua experiência deve ter uma opinião sólida sobre o assunto acima citado. Gostaria de saber se posso dispor do seu valioso tempo para uma entrevista, sem que isso possa prejudicar seu trabalho ou seu descanso.

Venho também solicitar autorização de uso para fins de amostragem. Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas, bem como garante, também, a preservação da identidade e da pessoa entrevistada. Ainda queremos dizer-lhe que uma das metas para a realização deste estudo é o comprometimento deste pesquisador em possibilitar, aos entrevistados, um retorno dos resultados da pesquisa. Por outro lado, solicitamos-lhes, aqui, permissão para a divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisa preservando sigilo e ética, conforme termo de consentimento livre que será assinado pelo participante/entrevistado. Esclarecemos que tal autorização é uma pré-condição. Agradecemos vossa compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento deste estudo. Colocamo-nos à vossa disposição.

Agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

Maria de Fátima Dantas Carneiro Souto

Mestranda do MPPGAV –UFPB

Matrícula: 2015107419

Fone 999853507

Apêndice C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre: A Política Pública de Transformação do Sistema Federal de Educação Profissional e Tecnológica: uma Reconfiguração Identitária do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB aluna do Curso de Mestrado em Políticas Públicas da Educação – MPPGAV, da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do(a) Prof(a) Swamy de Paula Lima Soares.

Os objetivos do estudo são:

Objetivo Geral

Analisar a política pública de transformação do Sistema Federal de Educação Profissional no período 2003 a 2010, e suas repercussões na reconfiguração identitária, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), a partir da visão dos seus atores.

Objetivos Específicos

- 1.Examinar os documentos-base da mudança ocorrida entre os anos 2003 a 2010 no IFPB;
- 2.Identificar os elementos que constituem a identidade organizacional do IFPB, de acordo com a visão de atores envolvidos;
- 3.Identificar os saberes que foram convocados, criados ou recriados pelos servidores para construir as referências necessárias à sua nova atividade de trabalho.

A finalidade deste trabalho é contribuir para a compreensão do Processo de Transformação da Educação Profissional no Brasil.

Solicitamos a sua colaboração para a entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Educação e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir

do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal

Assinatura da Testemunha

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) Maria de Fátima Dantas Carneiro Souto, Mestranda do MPPGAV – UFPB, Matrícula: 2015107419
Fone 999853507

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante